



FBV  
200  
PRETO

AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS MARANHENSES  
NO IMPÉRIO (1834-1889)

*Maria do Socorro Coelho Cabral*

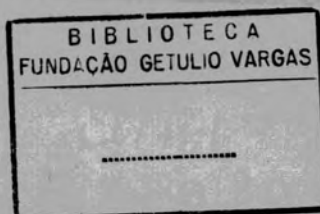
AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS MARANHENSES  
NO IMPÉRIO (1834-1889)

*Maria do Socorro Coelho Cabral*

Tese submetida como requisito  
parcial para a obtenção do  
grau de Mestre em Educação.

Orientador: *Cândido Grzybowski*

130



Rio de Janeiro  
Fundação Getúlio Vargas  
Instituto de Estudos Avançados em Educação  
Departamento de Filosofia da Educação

1 9 8 2

*A meus pais,*

*Joaquim e Perolina que me  
dedicam tanto amor e  
carinho.*

*A meu marido,*

*Valdemar, companheiro e  
amigo a quem tanto devo.*

*A meus filhos,*

*Vanio e Vanna, quem tanto  
estimo.*

# S U M Á R I O

Páginas

## APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO .....	01
Origem e delimitação do tema escolhido .....	01
Considerações sobre o método .....	04
Procedimentos .....	07

## CAPÍTULO I

A EVOLUÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO .....	11
1. Retrospectiva histórica e a necessidade de reorganização do ensino no Maranhão .....	12
2. O ensino público elementar no Maranhão .....	17
2.1. O ensino elementar na perspectiva dominante .....	17
2.2. As bases jurídico-institucionais da estrutura de ensino primário .....	23
2.3. A questão do magistério primário .....	27
2.4. A evolução do ensino elementar .....	31
3. O ensino secundário público no Maranhão .....	39
3.1. A organização do ensino secundário - A fundação do Liceu Maranhense .....	40
3.2. As propostas de reforma do ensino secundário público .....	42
3.3. O declínio do ensino secundário público...	45
4. O ensino técnico e agrícola no Maranhão .....	48
4.1. Os fundamentos ideológicos da formação profissional .....	49
4.2. A Casa dos Educandos Artífices .....	53
4.3. O Asilo Santa Teresa .....	59
4.4. A Escola Agrícola do Cutim .....	61

## CAPÍTULO II

AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO MARANHÃO NO IMPÉRIO .....	65
1. A produção e a exportação no século XIX .....	66
1.1. O algodão .....	68
1.2. O arroz .....	72
1.3. O açúcar .....	75
1.4. Os gêneros agrícolas de subsistência .....	80
1.5. A pecuária .....	82
2. As relações sociais de produção e suas contradições .....	85
2.1. O trabalho escravo e a crise econômica ...	86
2.2. A reforma da escravidão .....	89
2.3. A colonização e a imigração estrangeiras .	92
2.4. O trabalho livre .....	98
3. O Progresso técnico e a capitalização da agricultura .....	101
3.1. A mecanização da produção mercantil .....	101
3.2. O problema dos transportes .....	107
3.3. A mobilização do capital para a grande <u>l</u> avoura .....	114

## CAPÍTULO III

RELAÇÕES DE CLASSE E PODER NO MARANHÃO .....	122
1. A evolução da estrutura de classes sociais no Maranhão .....	123
2. A adesão do Maranhão à Independência brasileira.	127
3. As lutas políticas no Primeiro Reinado e período regencial .....	130

4. A Balaiada .....	134
5. O confronto das forças político-partidárias no <u>Se</u> gundo Império .....	137
6. As práticas de resistência dos escravos .....	140
7. A política de integração do índio .....	142
8. Os projetos políticos dominantes .....	146
CONCLUSÃO .....	153
1. Hegemonia, garantia da ordem e educação .....	156
2. Ordem social, crise econômica e educação .....	158
BIBLIOGRAFIA .....	174

LISTA DAS TABELAS

	Páginas
I - Escolas primárias públicas do Maranhão (1832-1870).....	161
II - Distribuição das escolas públicas primárias na capital e no interior do Maranhão (1838).....	162
III - Distribuição por município das escolas públicas primárias do Maranhão (1860).	163
IV - Movimento da Companhia Progresso Agrícola (Engenho Central S. Pedro) .....	164
V - População do Maranhão (1798-1890).....	165
VI - Exportação do algodão em pluma do Maranhão (1760/1764 a 1875/1879).....	166
VII - Exportação do algodão no Maranhão (1852 - 1898) .....	167
VIII - Evolução do preço de exportação do açúcar e do algodão em pluma do Brasil (1821-1890) .....	168
IX - Valor da exportação do algodão e da exportação total do Maranhão (1852 a 1867)	170
X - Exportação de arroz pilado do Maranhão (1767-1881) .....	171
XI - Exportação de açúcar no Maranhão (1860 - 1898) .....	172
XII - Produção de mandioca no Maranhão (1852 - 1853 a 1854 - 1855) .....	173

## APRESENTAÇÃO

As situações presentes, como se sabe, provêm de situações do passado, cujo conhecimento contém em si mesmo uma maior explicação da realidade atual. O conhecimento histórico, portanto, ampliando a compreensão do presente, habilita o homem a mais livremente construir o futuro.

O estudo aqui desenvolvido, tentando compreender aspectos da educação maranhense de um passado próximo, cujos problemas e marcas ainda hoje de todo não desapareceram, pretende contribuir modestamente para animar o debate em torno de questões da maior importância para a reconstrução da história da educação no Maranhão.

Este trabalho, como toda experiência desta natureza, não é uma tarefa que se empreenda sozinha. Na realização do estudo foram, pois, inúmeras as contribuições recebidas de pessoas, traduzidas em críticas, em estímulos, em afetos, às quais sou imensamente agradecida. Gostaria, entretanto, de deixar registrada a importância de algumas dessas pessoas.

O estímulo e o apoio, indispensáveis para a execução desta tarefa vieram-me, fundamentalmente, de Cândido, que soube ser, além de um bom orientador, um amigo. Suas incansáveis críticas estimularam-me a estudar e a crescer mais. Agradeço-lhe por tudo.

Zilah Xavier de Almeida e Julieta Costa Calazans foram, no IESAE, incansáveis, lutando pelo bom êxito dos mestrados do Maranhão. A ambas sou deveras reconhecida.

Núbia Baltar foi a pessoa de quem no Rio, ausente de minha família, recebi o maior carinho, o maior afe

to. Gostaria, pois, de deixar marcada a minha gratidão e amizade por Núbia.

Sou imensamente grata aos amigos Luís Pires e Francisco Coelho, este último meu irmão, que tão carinhosamente cederam-me salas de seu escritório, onde pude confortavelmente redigir grande parte deste trabalho.

A minha Tia Olindina e a Madalena que cuidaram tantas vezes de meus filhos para que eu pudesse, com mais tranquilidade, ausentar-me de minha casa, sou também agradecida.

Ao Professor Ramiro Azevedo que tão gentilmente corrigiu a redação dos originais dessa tese, o meu muito obrigada.

O mérito que possa ter este trabalho está dividido, pois, com todas essas pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram. As falhas devem ser debitadas somente à minha inexperiência.

## RESUMO

A instrução pública no Maranhão sofreu certas mudanças, a partir do Ato Adicional (1834), que colocou sob a responsabilidade das Administrações provinciais a direção do ensino público, primário e secundário no Brasil.

No século passado, (XIX), no final dos anos 30 e durante os decênios de 40 e 50, houve, no Maranhão, um certo esforço do Estado, no sentido de exercer um controle maior sobre a instrução provincial e de desenvolver a uma maior clientela o ensino elementar. Nessa época, foram promovidos pela Administração local os primeiros incentivos à difusão do ensino técnico e agrícola; e reorganizado o ensino secundário com a criação do Liceu Maranhense. Nas últimas décadas do Império, entretanto, o Estado demonstrou um grande desinteresse pelo desenvolvimento da educação escolar no Maranhão. As realizações oficiais dessa época, nos diversos níveis, foram insignificantes. A Administração Local, decretando o livre exercício do ensino, em 1874, demonstrou legalmente o descaso a que relegou a instrução pública provincial.

As tendências verificadas no ensino público maranhense, nesse período (1834-1889), foram determinadas, sobretudo, por particularidades do processo político-econômico maranhense da época. Nos primeiros decênios (final de 30 e décadas 40 e 50); a situação política maranhense caracterizava-se por um grande empenho dos fazendeiros (fração da classe dominante no poder) em garantir a ordem e buscar a hegemonia. No âmbito econômico, destacava-se um afã por reformas materiais, visando ao soerguimento da economia mercantil. Já nos últimos decênios analisados, a situação político-econômica traduzia-se por um maior fortalecimento do poder político dos fazendeiros, mas com uma grave crise econômica.

As condições sociais maranhenses nas primeiras décadas favoreceram, pois, o surgimento de uma maior preocupação do Estado pela educação escolar, enquanto que, na última fase, a situação político-econômica maranhense desestimulou um interesse maior do Estado pelo desenvolvimento do ensino público no Maranhão.

## SUMMARY

Following the Additional Act of 1834, which placed the administration of primary and secondary public education in Brazil under the responsibility of local authorities, public instruction in the state of Maranhão underwent a series of changes.

Towards the end of the 1830's and during the forties and fifties, an effort was made by the State to exercise greater control over provincial instruction as well as to develop elementary education in the hopes of reaching more of the public. It was during these years that the local administration began to stimulate the teaching of technical and agricultural issues and secondary education was reorganized with the creation of the "Liceu Maranhense". However, during the last years of the empire the State began to show less interest in the development of formal education in Maranhão and the official accomplishments of this period, at all levels, were insignificant. By decreeing the free exercise of teaching in 1874, the State legally revealed its lack of interest in assuming the responsibility for public education.

The tendencies observed in Maranhão's public instruction during the period from 1834-1889 have been associated with the political and economic factors affecting the State during the same time period. In the early decades of the nineteenth-century, the political situation in Maranhão was characterized by the determination of the large landowners (a small fraction of the dominant class in power), in guaranteeing order and in seeking an hegemony. In the economic sphere, a trend in favor of material reforms directed towards the economic recuperation of the mercantile economy can be noted. However, during the later decades analyzed, the political situation of the landowners was strengthened, even though it continued to be threatened by a serious economic crisis.

The social conditions of Maranhão during the first decades of the century led to a greater interest in education on the part of the State, while during the later decades the general political and economic situation in Maranhão led to a decreasing interest in its public education.

"O conhecimento histórico, dando ao homem a consciência de um passado que até então pesava obscuramente sobre ele opera uma verdadeira catarse: liberta-o das motivações ocultas que o vinham conduzindo, e, tornando-o capaz de compreender esse passado e de integrá-lo conscientemente em sua própria vida, habilita-o a construir livremente seu próprio futuro. Somente o homem que se assenhoreia de seu passado compreende toda a extensão da própria responsabilidade".

Maria de Lourdes Mariotto Haidar

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender as propostas e realizações educacionais no Maranhão num período historicamente determinado na fase imperial (1834-1889).

Esse fenômeno, verificado de forma imediata e sensível, apresenta apenas aspectos acidentais que não evidenciam a sua real significação e o lugar que ocupa na totalidade social concreta. Ganha, entretanto, novo sentido e importância, se examinado à luz de uma perspectiva teórica que vê os fatos sociais, correspondentes a uma determinada realidade social, como partes integrantes dessa totalidade, como elementos que a complementam e a refletem. Sob esse método interpretativo - que será comentado aqui na Introdução - o fenômeno passa a mostrar suas conexões essenciais com o todo que o contém, podendo-se reconstruir esse todo em suas contradições e movimentos mais profundos.

Antes, porém, das considerações sobre o método, urge fazer um ligeiro comentário sobre as origens e a delimitação do tema escolhido. Enfeixando, por fim, esta Introdução virá uma rápida explanação sobre a estruturação do trabalho e o conteúdo dos capítulos.

## ORIGEM E DELIMITAÇÃO DO TEMA ESCOLHIDO

Falar das origens do tema desse trabalho é expor, fundamentalmente, algumas experiências práticas, algumas delas já remotas, que, de certa forma, condicionaram-me a pesquisar esse assunto.

Uma delas, a mais remota, talvez, está ligada ao meu trabalho profissional, como professora de História. Através dessa prática, passei a interessar-me, verdadeira

mente, pelo estudo da História e a verificar a sua importância, como ciência que busca conhecer as ações humanas, esforçando-se "por penetrar além dos fatos de superfície"<sup>1</sup> e contribuindo de, certa forma, para uma ação mais consciente dos homens.

Essas motivações pelo estudo da História foram responsáveis, em grande parte, pelo meu ingresso no curso de Mestrado em Educação da Fundação Getúlio Vargas - IESAE. Esse curso me tem possibilitado descobertas novas no campo da produção do conhecimento; sobretudo no âmbito mais relacionado à problemática educacional brasileira. A partir dessas descobertas, tive a atenção voltada para os problemas ligados à educação no Estado do Maranhão. Foi, então, que verifiquei a quase total ausência de estudos acurados, específicos, sobre a realidade educacional maranhense em todo seu devenir histórico. Uma tal escassez de conhecimentos dessa natureza favorece a prática educativas menos conscientes, onde os problemas educacionais são examinados, em sua quase generalidade, sob a ótica empirista ou do senso-comum. Essa constatação, aliada à minha velha inclinação pelo estudo da História, levou-me a decidir estudar alguns aspectos da educação maranhense, num determinado período de sua história. Quanto a esse período, foi escolhido o Império, em grande parte, por uma forte razão de ordem prática.

Essa razão de ordem prática tem relações com o projeto de investigação sobre a história da agricultura brasileira (SUPLAN - IBDF - EIAP, FGV - 1976), do qual participei, na parte de levantamento de dados sobre a agricultura maranhense. Na ocasião foram arrolados, no Maranhão (Arquivo Público, Biblioteca da Associação Comercial e Biblioteca Pública), inúmeros documentos, colhendo-se dados sobre vários aspectos da economia e da política maranhense, especialmente da fase imperial. Apropriado, pois, pareceu-me beneficiar-me desses dados.

1) BLOCH, Marc. Introdução à História, Mira-Sintra, Mem Martins, Europa-América, 1976, p. 19.

Dentro do período imperial tive ainda a atenção despertada para uma fase, às alturas das décadas de 40, 50 e 60, que se mostrava das mais ricas, apresentando a formação de um projeto dominante de reformas sociais, políticas, econômicas e educacionais. Nessa época, a direção do ensino público no Brasil havia sido delegada, por força do Ato Adicional (1834), às Administrações Provinciais. Achei, portanto, que seria bastante interessante investigar as propostas e realizações educacionais desse período, a partir do Ato Adicional, procurando ver como a Administração Provincial, encarregada de cuidar da promoção do homem maranhense, através da educação, passou a ver o problema e assumiu o encargo.

Dessa forma, fiz a primeira delimitação do tema, recaindo minha análise sobre o período de 1834 a 1870, cobrindo, a meu ver, toda uma conjuntura, caracterizada por esse surto reformista. No decorrer da análise, contudo, fui levada a estender, até o final do Império (1889), o meu período de estudo, por razões ligadas às condições sociais concretas maranhenses.

A partir do final dos anos 60 e início da década de 70, ocorreram certos fatos políticos e econômicos da maior importância no Maranhão, como sejam: o agravamento da situação econômica e o surgimento de uma nova correlação de forças no interior da classe dominante local. Esses acontecimentos que tinham relações íntimas com o malogro das propostas reformistas da fase anterior, deveriam, pois, ser examinados para que se tivesse uma maior compreensão da realidade maranhense em estudo.

Além desse fator, constatei, também, que a questão fundamental que lançava uma luz sobre todo o período era a questão da escravidão, alicerce da estrutura social vigente, tornando-se, portanto, necessário acompanhar o desfecho desse regime escravocrata no Maranhão.

Assim, sob o peso das determinações da realidade social da época, fui levada a estender o tema escolhido até o final do Império.

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO

A compreensão de todo e qualquer fenômeno social exige um esforço da razão, para que o investigador possa, além da aparência, atingir a própria essência do fenômeno. Como se penetra na essência de um fenômeno? É uma questão que o método dialético ajuda a responder, na medida em que permite que o pesquisador decifre os fatos, descobrindo suas conexões essenciais. Dizer como a dialética possibilita ao investigador penetrar na essência do fenômeno é falar do próprio método dialético. Antes, porém, que se fale, especificamente, desse método, devem-se adiantar algumas questões básicas sobre a própria produção do conhecimento.

O conhecimento não é uma elaboração a partir da observação sensível, a partir do imediatamente percebido como concreto. O conhecimento é uma construção sob o comando da razão e condicionada pela realidade. Os fatos, não falam, sem que se saiba interrogá-los. É necessário, pois, que o pesquisador, através da teoria, faça com que os dados falem. O pesquisador, portanto, busca algo nos fatos e não qualquer coisa, embora esse algo não seja, antecipadamente, conhecido e possa ocorrer que o investigador encontre o que não esperava. *"Quem sabe o que quer procurar e sabe mais a respeito daquilo que procura, seguramente procura melhor e, assim, observa melhor e percebe melhor"*<sup>2</sup>. O pesquisador investiga, à luz de conceitos anteriormente formulados o que lhe permite fazer construções mais ricas e mais próximas da realidade em exame.

2) CARDOSO, Miriam Limoeiro. Para o conhecimento dos objetos históricos - para questões metodológicas. Rio de Janeiro, sd. (mimeo).

"O conceito é, assim, capaz de apreender o seu objeto de uma maneira mais ampla e profunda, muito mais concreta, no sentido de que reproduz o concreto real de uma forma muito mais integral e, daí, mais objetiva do que uma noção que acredita na objetividade primeira e que fica presa à aparência imediata do fenômeno"<sup>3</sup>.

Muito embora os conceitos permitam a compreensão dos fenômenos, tem-se que estar atento para o fato de que a realidade é sempre mais rica e mais complexa, não sendo as categorias capazes de apreendê-la em toda sua riqueza e complexidade. "Nenhuma teoria pode ser tão boa, a ponto de nos evitar erros"<sup>4</sup>. Aquele que pesquisa, pois, tem que estar voltado para o real, para a prática, podendo assim verificar o maior ou menor acerto de seu trabalho com os conceitos.

Feitas essas observações gerais sobre a produção do conhecimento científico, volta-se a falar do método dialético, como recurso interpretativo que permite uma compreensão mais objetiva dos fatos, ou seja, que possibilita a penetração na essência dos fenômenos.

O conceito básico da dialética capaz de apreender a realidade social concreta é o da totalidade. Segundo o pensamento dialético, a realidade é uma totalidade concreta. Daí Kosik dizer que, na dialética, "totalidade é a teoria da realidade, como totalidade concreta"<sup>5</sup>. Segundo esse método, a realidade é concebida como uma totalidade, estruturada organicamente e em movimento. Essa totalidade é formada por uma base e uma superestrutura que se relacionam reciprocamente, embora caiba à base, em última instância, um papel determinante. Segundo a dialética, pois, todos os fatos se interrelacionam entre si e com o todo, constituin

3) Idem, p. 10.

4) KONDER, Leandro, O que é a dialética, S. Paulo, Brasiliense, 1981, p. 43.

5) KOSIK, Karel. Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 36

do-se em "*sínteses das múltiplas determinações*" desse todo. Os fatos, sem o todo, são meras abstrações, da mesma forma que o todo torna-se vazio sem as partes. Somente vistos dentro do todo, como partes estruturais dele, os fatos ganham sentido e concreticidade. Desse modo todo e qualquer fenômeno social só pode ser compreendido na totalidade na qual está inserido.

*"Cada fato na sua essência ontológica reflete toda a realidade; e o significado objetivo dos fatos consiste na riqueza e essencialidade com que eles completam e ao mesmo tempo refletem a realidade"*<sup>6</sup>.

Isso implica em que a compreensão dos fatos exige a construção do todo e vice-versa. O processo de produção do conhecimento na dialética é um movimento oscilatório que vai do todo às partes e destas ao todo, procurando-se, ao recriar o todo e as partes, construir o próprio objeto do conhecimento.

Sob essa perspectiva totalizadora, busca-se apreender através da reconstrução dos conceitos, as relações essenciais que existem nos fenômenos e que, no imediato, aparecem, como diz Marx, "*mistificadas*". Karl Marx ilustra bem esse aspecto, na passagem que fala sobre o conceito de população em "Introdução a uma crítica da Economia Política". Diz ele que, quando se quer estudar determinado país, pensa-se que o mais correto é começar-se pelo que há de concreto e real nos dados, a população, por exemplo. No entanto, esse método é falso. A população é uma mera abstração, quando se deixa de lado as relações determinantes, pois, ela é um concreto complexo que contém muitas determinações. "*Se começasse portanto, pela população, elaboraria uma apresentação caótica do todo*"<sup>7</sup>. Começando-se por conceitos

6) KOSIK, Karel, op. cit., p. 45.

7) MARX, Karl. Introdução a uma crítica da Economia Política apud MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã e outros escritos, Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 129.

abstratos simples que comportam apreender o concreto em sua complexidade, chega-se a elaborações muito mais ricas e mais aproximadas da própria realidade.

*"(...)do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegando a este ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo à população, mas, desta vez, não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas"<sup>8</sup>.*

Os conceitos simples são, pois, um produto teórico, resultado de um processo de elaborações abstratas, com base no concreto e que permitem apreender o fundamental, os determinantes desse real.

A totalidade, portanto, no pensamento dialético, é o conceito simples e geral que permite apreender os determinantes mais profundos do fenômeno. A categoria de totalidade constitui-se, pois, um recurso interpretativo para a análise de cada um e de todos os fenômenos sociais.

#### PROCEDIMENTOS

Os temas desenvolvidos nos capítulos são uma demonstração do esforço empreendido para compreensão do fenômeno em estudo. As propostas e realizações educacionais maranhenses (1834-1889) examinadas sem a perspectiva do todo tornam-se bastante vazias, abstratas. No entanto vistas, à luz do contexto maior no qual estavam inseridas, ganham objetividade e sentido.

---

8) Idem, p. 129

O primeiro capítulo apresenta as propostas e as realizações educacionais de forma ainda bastante superficial. Os fatos foram organizados de maneira a mostrarem as principais tendências que marcaram o ensino público maranhense, assim como a evolução desse ensino. Apesar da precariedade das fontes, tentou-se organizar algumas tabelas que evidenciam a evolução quantitativa do ensino elementar. Para descrever esse capítulo, as fontes básicas utilizadas foram as informações oficiais contidas, especialmente, nos Relatórios, Discursos e Falas dos Presidentes e em Relatórios dos Inspectores da Instrução Pública.

A necessidade de conhecimento da dinâmica da economia provincial da época, indispensável para a compreensão da própria sociedade maranhense, conduziu ao estudo da economia maranhense do Império que é o objeto do segundo capítulo.

Mostra-se, nesse capítulo, a importância da economia mercantil implantada, a partir da segunda metade do século XVIII com a inserção tardia do Maranhão ao capitalismo europeu, como polo exportador de matéria-prima e importador de manufaturados. A economia mercantil, cujos alicerces escravistas mantiveram-se até o final do Império, influenciou, não apenas o panorama econômico, mas todo o conjunto da sociedade maranhense da época. Em função da dependência externa, estava sujeita às oscilações dos preços nos mercados de consumo e ainda às rearticulações do capitalismo externo. Em razão dessa dependência e de outros fatores internos, essa economia veio a sofrer sérias dificuldades, especialmente na segunda metade do século. Houve, contudo, a partir, aproximadamente dos anos 40, um grande esforço dos fazendeiros, no sentido de recuperar solidamente a economia mercantil maranhense. Esse esforço, embora com resultados insignificantes, mereceu um estudo especial, nesse segundo capítulo, devido sobretudo, às relações íntimas que teve com outros aspectos da vida maranhense, inclusive

com o setor educacional. Grande parte, pois da análise econômica realizada reporta-se, a esse projeto, que compreende algumas reformas nas bases produtivas e certos melhoramentos materiais.

No terceiro capítulo, tal como no anterior, avançou-se com a análise, tentando reconstruir a totalidade social maranhense da época, investigando-se a correlação de forças sociais que davam movimento ao todo. Notou-se que a relação senhor-escravo era a contradição fundamental que dominou e influenciou todas as outras relações sociais. Os senhores, proprietários de escravos, em função do poder que tinham sobre a mão-de-obra, impunham, sobre toda a sociedade, sua dominação. Dentro dessa classe senhorial, destacava-se a fração dos fazendeiros que nessa época, procurou ampliar e consolidar a sua hegemonia. Com a proclamação da Independência, essa fração de classe passou a lutar firmemente pela conquista do controle do aparelho de Estado e de outros instrumentos de dominação, para impor os seus próprios interesses. As duas facções político-partidárias em que se dividiram os fazendeiros, disputavam, pois, entre si o aparelho de Estado e procuravam consolidar a sua dominação, através da busca da adesão ideológica das mais amplas camadas sociais. Em relação aos escravos, utilizavam a força física, para mantê-los dominados.

O conceito gramsciano de hegemonia ajudou na observação e interpretação dessa dinâmica das forças sociais em jogo na realidade social maranhense da época.

Das fontes pesquisadas, as que me forneceram mais subsídios, para a redação desse terceiro capítulo, foram os jornais da época, encontrados na Biblioteca Pública do Maranhão.

Nas conclusões, finalmente, reescrevem-se as propostas e as realizações educacionais, aparecendo de maneira

neira muito mais rica, refletindo as "*múltiplas determinações*" do todo. Destaca-se, assim, a real função que desempenharam na totalidade social concreta maranhense, notando-se que as tendências que caracterizaram a instrução pública maranhense, no período em estudo, não ocorreram por acaso, porém ajustavam-se às necessidades e interesses reais da fração da classe dominante na época.

## CAPÍTULO I

## A EVOLUÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MARANHÃO

*"... a educação é parte relevante de um processo mais amplo de socialização que tem a ver diretamente com as características e transformações da totalidade social..."*

*Vanilda Pereira Paiva*

Neste capítulo, após uma ligeira retrospectiva da evolução geral do ensino no Maranhão, tenta-se mostrar as características que marcaram a evolução da instrução<sup>1</sup> pública na Província do Maranhão, no período de 1834 a 1889, apontando-se para suas relações com o contexto interno maranhense e com a realidade social brasileira mais ampla.

Observou-se que algumas tendências, como seja, a da imposição de normas à liberdade do ensino, a do estabelecimento de um sistema de fiscalização etc., foram o traço característico das propostas educacionais das primeiras décadas estudadas, enquanto que, nos últimos decênios analisados, outras idéias, como a da liberdade do ensino marcaram a evolução do ensino público maranhense. Essas mudanças decorreram de certas modificações que se manifestaram no panorama educacional brasileiro, e, mais especificamente, de

---

1) Instrução era o termo comumente usado na época, para designar, em geral, o ensino primário e secundário. Aqui a palavra é usada com o mesmo sentido, só que compreendendo, também, o ensino técnico, agrícola e industrial.

transformações conjunturais que se processaram, sobretudo, na política e na economia maranhense da época.

1. Retrospectiva histórica e a necessidade de reorganização do ensino no Maranhão

Durante os dois primeiros séculos de colonização brasileira, os jesuítas foram os únicos educadores da Colônia. Preocupados com a reprodução de seus quadros religiosos e com a difusão da fé, criaram escolas e seminários que vieram a se tornar os verdadeiros instrumentos de formação da elite colonial.

O ensino ministrado, de inspiração escolástica, caracterizava-se, por uma intensa "*rigidez na maneira de interpretar a realidade*" e pelo seu academicismo e humanismo. Constituiu-se, portanto, um ensino de caráter universalista, baseado na literatura antiga e na língua latina, voltado para o cultivo das "*coisas do espírito*" e completamente alheio à realidade brasileira.

No entanto foi esse caráter alienatório que possibilitou a permanência e o desenvolvimento do sistema educacional jesuítico, uma vez que, com essas características, não perturbava a ordem interna, caminhando paralelamente a ela.<sup>2</sup>

No Maranhão, o ensino, durante o primeiro século e meio de sua colonização, também foi monopólio dos jesuítas. Logo que aqui chegaram (1615), esses missionários criaram as primeiras escolas de ler e escrever. Ao lado des

2) Para maiores informações sobre o ensino dos jesuítas no Brasil ver - RIBEIRO, Maria Luisa Santos, História da Educação no Brasil, São Paulo, Cortez & Moraes, 1979 p.23-33 TOBIAS, José Antonio, História da Educação Brasileira, São Paulo, Juriscredi, s.d., p.28-104, XAVIER, Maria Elizabeth S.P., Poder Político e Educação de Elites, S.Paulo, Cortez, 1980 p.21 e ROMANELLI, Otaiza de Oliveira, História da Educação no Brasil, Petrópolis, Ed.Vozes, 1980 p. 33-36.

sas escolas, fundaram pequenos Seminários e Colégios dos quais o Colégio de Nossa Senhora da Luz foi o centro mais importante. Elevado à categoria de Colégio Máximo (1709), possuía cursos de Humanidades, Filosofia e Teologia, concedendo graus acadêmicos de Bacharel, Licenciado e Mestre ou Doutor. Essas escolas foram no Maranhão, como ocorreu em todo o Brasil, os únicos centros de educação da elite colonial<sup>3</sup>.

Com a expulsão dos jesuítas, desmantelou-se todo o sistema educacional desenvolvido no Brasil.

*"Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão"*<sup>4</sup>.

O Estado Português, que passou a dominar o aparelho escolar, não interessado em dotar a Colônia de uma estrutura de ensino eficiente, deixou ao abandono o ensino no Brasil.

No Maranhão, com a saída desses missionários, fecharam-se, praticamente, todos os estabelecimentos escolares.

*"...se atentarmos para o período imediatamente subsequente à determinação de*

3) Para maiores informações sobre o ensino dos jesuítas no Maranhão ver RODRIGUES, Angel Vega. Crítica ao Positivismo na Imprensa Católica Maranhense - Rio de Janeiro, PUC Dissertação de Mestrado, mimeo. 1978, p. 4-20.

4) AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira p. 539 apud LIMA, Lauro de Oliveira, Estórias da Educação no Brasil de Pombo a Passarinho, Rio de Janeiro, Brasília, 1974 p. 23.

1759, poderemos constatar, com farta evidência, a inércia, o esquecimento e o abandono a que foi atirada a instrução na Província do Maranhão. Não houve por parte da Administração Governamental, providências imediatas e suficientemente eficazes para atenuar os efeitos e reduzir, ao menos, a extensão da organização jesuítica desmantelada"<sup>5</sup>.

De toda a fase pombalina, no que se relaciona com a educação, resultou para o Maranhão a criação de três "aulas régias"<sup>6</sup>.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, a situação pouco se modificou, criando-se mais algumas "escolas e aulas régias"<sup>7</sup>.

No entanto, por essa época (segunda metade do século XVIII e começo do século XIX), o Maranhão conhecia um surto de desenvolvimento, com a expansão de sua economia agrícola de exportação. Em decorrência desse fato, as famílias latifundiárias ampliaram a sua riqueza e buscaram dar a seus filhos uma educação mais aprimorada enviando-os aos grandes centros culturais europeus.

Dessa forma, para a classe privilegiada maranhense, a medida pombalina, como bem disse Lauro de Oliveira Lima, referindo-se a todo o Brasil, "não foi uma grande tragédia, pois os fazendeiros tinham posses para mandar seus rebentos a Lisboa, Londres, Roma e Paris..."<sup>8</sup>

O costume de se educarem os jovens das famílias abastadas maranhenses nos grandes centros europeus,

5) RODRIGUEZ, Angel Vega, op. cit., p. 18

6) VIVEIROS, Jerônimo de, Apontamentos para a história da Instrução pública e particular do Maranhão, Revista de Geografia e História, S. Luís, (4): 3-43, dez. 1953.

7) Idem, p. 3.

8) LIMA, Lauro de Oliveira, op. cit., p. 28 e 29

possibilitando a formação de uma elite erudita e requintada, favoreceu a formação de um ambiente cultural de alto nível em S. Luís, elevando-a a uma posição de destaque, no cenário das letras nacionais da época. Esse clima de cultura e riqueza foi percebido pelos alemães Spix e Martius, quando de sua passagem pelo Maranhão, em 1818. Diziam eles que S. Luís merecia, à vista de sua população e grandeza, o quarto lugar entre as cidades brasileiras. Observaram ainda o tom seguro e educado da sociedade e, a respeito das mulheres maranhenses, informaram que, além da louvável modéstia e virtudes domésticas, também possuíam a do espírito, ilustrado por muitos conhecimentos. Diziam que era costume no Maranhão mandar educar em Portugal as jovens das famílias opulentas e que os rapazes iam, não raro, formar-se na Inglaterra e na França.<sup>9</sup>

Quanto à educação sistemática, no final do período colonial, a Província do Maranhão contava apenas com duas aulas secundárias e doze de primeiras letras.

Com a Independência brasileira, iniciou-se uma fase de debates e discussões em torno da idéia de criação de um "*sistema nacional de educação*", visando a promoção efetiva do ensino público no Brasil. No entanto, em que pese todas as discussões e o enorme número de projetos apresentados no Parlamento, essa idéia não se concretizou, aprovando-se, nessa fase, apenas algumas leis, que não trouxeram grandes mudanças para o panorama educacional brasileiro. Uma dessas leis a de 15 de outubro de 1827, referia-se à promoção do ensino elementar por todo o território nacional.

No Maranhão, nesse período, foram criadas algumas aulas secundárias e escolas primárias. Em 1832, havia em toda a Província 26 aulas públicas primárias, das quais apenas 18 em funcionamento e 13 aulas secundárias, porém funcionando apenas 7. Quanto ao número de alunos, afirmava

<sup>9)</sup> SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil, Melhoramentos IHGB - MEC, 1976 p. 246, v. 2.

o Presidente da Província da época que não havia informações a esse respeito por parte dessas escolas.<sup>10</sup>

Ainda nesse período regencial, foi aprovado o Ato Adicional (1834) que delegava às Administrações Provinciais a direção do ensino primário e secundário, nos territórios de sua jurisdição.

A partir desse Ato notou-se que as Administrações maranhenses manifestaram uma grande preocupação pela promoção efetiva da difusão e da melhoria do ensino. Partindo da denúncia de que o ensino no Maranhão se encontrava em situação deplorável, afirmavam que era necessária uma reorganização desse ensino, capaz de promover efetivamente a instrução pública na Província. Proclamavam que o ensino primário deveria ser racionalmente distribuído para atingir a todos os cidadãos maranhense.

Não se deve concluir, contudo, dada a base escravocrata da sociedade maranhense dessa época, que a referência "*a todos os cidadãos maranhenses*" quizesse dizer de toda a população, mas somente relacionava-se às camadas livres, pois os escravos eram legalmente excluídos das escolas.

Nessa fase observava-se, no Maranhão, nova correlação de forças entre as diferentes frações da classe dominante. Uma delas, a dos fazendeiros<sup>11</sup>, que, após a independência brasileira, procurara apropriar-se do controle do aparelho estatal, para impor os seus próprios interesses, conseguiu ampliar a sua dominação. A partir, aproximadamen

10) Fala do Presidente da Província Joaquim Vieira da Silva e Sousa, publicada no jornal Farol Maranhense. S. Luís, nº 355, 3 dez. 1832, p. 1485 a 1488.

11) O termo fazendeiro é aqui usado para designar os senhores proprietários de terras e de escravos produtores dos gêneros mercantis maranhenses. O termo tem, portanto, a mesma conotação que José de Sousa Martins usa em sua obra O Cativo da Terra, onde fazendeiro designava os senhores produtores de café de São Paulo.

te, do final da década de 30 (1830) as disputas pelo controle do aparelho de Estado manifestaram-se no seio dessa própria fração de classe hegemônica. Foram, portanto, facções dos fazendeiros que, à frente do poder provincial, procuraram transformar o seu projeto político em projeto de toda a sociedade maranhense.

## 2. O ensino público elementar no Maranhão

Com o Ato Adicional iniciou-se uma nova fase na história da instrução pública no Maranhão, Observaram-se discussões e debates, visando à reorganização do ensino em toda a Província. As Administrações locais que receberam o encargo de promover a instrução primária e secundária em toda a Província demonstraram, especialmente nos primeiros decênios analisados e sobretudo com relação ao ensino eiementar, um certo interesse pela promoção da Instrução pública no Maranhão. Esse interesse ficou demonstrado através das realizações verificadas no campo educacional nesse período. Notou-se no entanto, por outro lado, que a partir, aproximadamente, do final da década de 60 até o advento da República houve um menor interesse e até mesmo um descaso da Administração local pelo desenvolvimento da instrução pública no Maranhão. Esses acontecimentos, como já disse, se explicam sobretudo através das próprias mudanças que se efetivaram na estrutura política e econômica maranhense.

### 2.1. O ensino elementar na perspectiva dominante

Com relação ao ensino primário, pode-se observar, através das propostas educacionais, preocupações no sentido de se promover uma reorganização desse ensino, a fim de que ele pudesse ser melhorado e difundido. Nas primeiras décadas em estudo, caracterizadas por um grande esforço dos governantes pela reconstrução da ordem, essas preo

cupações evidenciavam claramente a necessidade de se distribuir o ensino elementar *"a todas as classes de cidadãos ainda os mais pobres e desvalidos"*. . . O Estado deveria, portanto, criar um sistema educacional na Província, que efetivamente promovesse a instrução primária, de forma a atingir a toda a população maranhense livre.

Na base de grande parte dessas propostas, estava a idéia de que a educação contribuía para a garantia da ordem e da moralidade social. Veja-se, por exemplo, o que a esse respeito afirmava o Presidente Costa Ferreira (1835):

"Primeira garantia da ordem política, primeira base da moralidade ... a Instrução Pública, ... certo que merece o primeiro cuidado do Legislador"<sup>12</sup>.

O Presidente Manoel Felisardo (1839) também concebia a educação como um meio de promoção do desenvolvimento moral, intelectual e político das "massas". Esse Presidente, advertindo para a necessidade de se estender a educação às "massas" ou seja, às camadas livres mais carentes, colocou claramente a importância da educação, como veículo de difusão ideológica, preservador da ordem. Expunha ele à Assembléia.

*"As massas, Senhores, nunca poderão chegar a aquisição do que propriamente se chama Luzes, mas podem e devem ser arrancadas à Ignorância, inculta e bárbara que é sua infalível partilha nos países mal civilizados, sendo iniciadas no conhecimento dos deveres do homem e do cidadão, sendo amoldados para as instituições que as regem e instruídas nas noções elementares das ciências que mais úteis lhes*

<sup>12)</sup> Discurso do Presidente Antônio Pedro da Costa Ferreira, 16/2/1835, publicado no Jornal Echo do Norte, S. Luís, nº 57 e 58, 20 fev., 1835 p. 227 a 234 - Grifo meu.

podem ser em as diversas profissões a que se houverem de consagrar".

"Creio que para isso bastará que a mocidade do sexo masculino seja exercitada na leitura, na escrita, na doutrina religiosa e moral, na aritmética prática, nos princípios mui elementares da Geografia, Geometria, Física e Mecânica e mais genéricos conhecimentos de Gramática Portuguesa e Ortografia"<sup>13</sup>.

Declarava ainda que a instrução das "massas" lançaria no Maranhão "os fundamentos do espírito de união, de inteligência e elevação"<sup>14</sup>.

O Presidente Cruz Machado (1856) também deixava explícita essa idéia, quando dizia que era indispensável que se estendesse a instrução elementar a toda as classes, inclusive às camadas mais inferiores, frisando que não era necessário dar a essas camadas instrução de "grande monta", mas apenas a "suficiente" para "dirigir seu caráter", por meio da educação moral, e de simples conhecimentos elementares, como seja ler, escrever e contar. Advertia, ainda, que "a falta de educação e a ignorância faziam germinar o vício" e que a sociedade colhia amargos frutos de sua indiferença<sup>15</sup>.

Segundo as propostas educacionais dominantes, portanto, a instrução que se deveria dar às camadas não privilegiadas era uma instrução bastante elementar, baseada principalmente na moral cristã. O ensino religioso era, pois, fundamental no currículo das escolas primárias.

13) Discurso do Presidente Manoel Felisardo de Sousa Melo, 3/5/1839, p. 16 a 21.

14) Idem, p. 22

15) Relatório Antônio Cândido da Cruz Machado, 9/6/1856 p. 24 a 25.

Atente-se para o que dizia a esse respeito o Presidente E. O. Machado (1835):

*"Se o ensino não tem prosperado, se não é moralizador, deve-o à ausência do elemento religioso sem o qual acho a ignorância preferível à instrução"*<sup>16</sup>.

A concepção de educação como um instrumento moralizador, presente na base dessas propostas educacionais, integrava, sobretudo, a mentalidade católico - conservadora brasileira da época<sup>17</sup>. Essa idéia, no entanto, aparecia no pensamento educacional maranhense redefinida, ajustando-se às próprias condições contextuais maranhenses.

A partir, porém, de meados dos anos 60, começaram a surgir novas preocupações, com relação a instrução primária. Os novos projetos que apareceram, criticando a anterior reforma do ensino, defendiam uma nova organização escolar, com base, sobretudo, na idéia de liberdade de ensino. Ligada a essa idéia, em geral, estava, a concepção de que a educação favorecia o progresso das nações, contribuía para sua riqueza, enquanto que a ignorância favorecia o seu atraso. *"Da organização da instrução pública depende o futuro das nações"*, professava o presidente Souza Aguiar (1861)<sup>18</sup>. O Presidente Maia (1870) também dizia que a educação era o *"remédio"* que impulsionava o homem ao trabalho e que este era a grande causa da riqueza das nações, estando, pois, depositada na educação *"a grande esperança da Província"*<sup>19</sup>.

O Presidente Pinto da Silva (1881) também dizia que se deveria levar às camadas da sociedade que se con

16) Relatório Eduardo Olímpio Machado, 3/5/1855, p. 15-18.

17) Sobre a mentalidade católico-conservadora brasileira ver, BARROS, Roque Spencer Maciel de., A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade, F.F.C.L. U.S.P. 1959.

18) Relatório Francisco Primo Sousa Aguiar, 3/7/1861, p. 26

19) Mensagem José da Silva Maia, 18/5/1870, p. 91

servavam nas trevas da ignorância a luz e a educação de que elas necessitavam, a fim de que se convertessem.

*"...em forças vivas e benéficas do progresso, pois este era o meio mais certo e seguro de encaminhá-las para a liberdade, para a verdade e felicidade na vida real"<sup>20</sup>.*

O Inspetor da Instrução Pública (1886), defendendo essas mesmas idéias, expunha que sem o desenvolvimento do ensino impossível se tornava.

*"lançar o progresso a que deve toda a sociedade, porque o povo, que permanece às escuras, e não recebe a luz proveniente de um ensino sabiamente esclarecido, fica sempre estacionário"<sup>21</sup>.*

A liberdade do ensino foi, então, considerada como o grande fator que impulsionava o desenvolvimento da educação.

*"nada mais salutar do que quem souber ensinar que ensine, quem quiser aprender que procure o seu melhor preceptor. O governo dê a instrução pública a que é obrigado, mas aprenda cada um onde quiser e com quem julgar mais apto. O corretivo do mau professor está no abandono dos discípulos", (1874)<sup>22</sup>.*

---

20) Fala Pinto da Silva, 19/2/1881, p. 10.

21) Relatório da Inspetoria da Instrução, 16/1/1886, p. 3 (Anexo da Fala João Capistrano Bandeira de Melo, 15/3/1886.)

22) Relatório José Francisco de Viveiros, 28/9/1874, p. 25

O Presidente Lafayette (1866), criticando a organização educacional decretada na fase anterior que restringia a liberdade de ensino, dizia:

*"... a restrição do direito de ensinar, sem trazer a menor vantagem, produz o pernicioso efeito de diminuir a propagação da instrução primária. Muitas pessoas, dos pontos mais remotos, onde são raras as escolas públicas, tendo vocação para o ensino, desistem do intento, em presença dos dispêndios e dificuldades que terão de arrastar para alcançar o diploma de capacidade"<sup>23</sup>.*

A respeito desse mesmo assunto expunha o Presidente Gomes de Castro:

*"A educação incumbe à família e o poder público, por mais solícito que seja, não pode substituí-la convenientemente em tão árdua e importante missão. Limite-se, pois, a ministrar à mocidade mestres moralizados e hábeis, e deixe aos pais, a responsabilidade e a glória de educar os seus filhos"<sup>24</sup>.*

Na realidade o que se discutia através dessas propostas era que o Estado deveria se omitir, em grande parte, do custo social de promover o ensino no Maranhão. Em relação à fase anterior essas novas idéias expressam uma grande mudança, significando que a educação escolar não se constituía mais um elemento estratégico, para manter uma determinada estrutura de poder e desenvolver um determinado projeto social. Essas novas tendências, ajustadas à realidade

23) Relatório Lafayette Rodrigues Pereira, 3/5/1866, p. 19 a 21.

24) Mensagem A. O. Gomes de Castro, 3/5/1871, p. 48 a 51.

maranhense da época, faziam também ressonância com as idéias que, nessa determinada fase, integravam o pensamento liberal brasileiro que, no campo específico da educação, defendia justamente as teses de liberdade do ensino e de obrigatoriedade do ensino primário, sustentando a crença de que a educação era o remédio para os males fundamentais do país.<sup>25</sup>

## 2.2. As bases jurídico-institucionais da estrutura de ensino primário

Os projetos educacionais apontavam para diversos meios capazes de sanar os males do ensino primário.

Nas primeiras décadas estudadas, pode-se observar que algumas providências foram conjuntamente reivindicadas: a organização de um severo sistema de fiscalização, o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino e a implantação da uniformidade dos métodos e dos conteúdos do ensino nas escolas.

Quanto ao problema da fiscalização, de um modo geral, propunha-se que todo o ensino provincial fosse colocado sob o controle e a vigilância do Estado, evitando-se, assim, que pessoas inábeis lecionassem e que as escolas deixassem de cumprir com os seus devidos deveres. Dizia o Presidente Manoel Felisardo (1839) que de um eficiente sistema de fiscalização dependia o bom desempenho e desenvolvimento da instrução provincial. Afirmava ainda que a fiscalização deveria recair, sobretudo, sobre o comportamento moral dos professores, pois a mocidade, sob seus cuidados, deveria ser *"instruída mais na prática das virtudes do que no conhecimento das ciências"*<sup>26</sup>.

25) Sobre o pensamento liberal brasileiro ver BARROS, Roque Spencer Maciel de, op. cit., p. 65 a 109.

26) Discurso Manoel Felisardo de Sousa Melo, 3/5/1839, p. 21.

A respeito desse mesmo assunto expunha o Presidente Miranda (1841):

*"Uma fonte de incalculáveis danos observa-se no direito absoluto que hoje cada um pode exercer a instrução da mocidade. É esta uma concessão impolítica e prejudicial.*

*Eu quisara... que ninguém pudesse dar instrução à nossa mocidade sem uma permissão do governo, fundada em documento que ateste a idoneidade do pretendente. Se não formos pouco a pouco dissipando esses flagelos, que parecem mui insignificantes, mas cujos resultados exercem sobre o futuro considerável influência, marcharemos no mesmo terreno com manifesta ofensa do bom senso"<sup>27</sup>.*

O Presidente Magalhães Taques (1857), também declarava:

*"Da inspeção do ensino depende inteiramente seu resultado. Só a vigilância e a fiscalização constante pode conter os professores no cumprimento de seus deveres"<sup>28</sup>.*

O Presidente Olímpio Machado (1851), falando da instrução primária, dizia que um de seus grandes defeitos era a falta de um eficiente sistema de inspeção. Disso decorria, segundo ele,

*"... que qualquer pessoa sentindo-se inábil para os outros mistérios da vida, ou sem recursos, abre ali aonde e como quer*

<sup>27)</sup> Discurso João Antonio de Miranda, 3/7/1841, p. 23 e 24.

<sup>28)</sup> Relatório Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, 20/8/1857, p. 11.

*uma escola de Primeiras Letras, sem dependência da autoridade pública, a quem não dá conta de sua suficiência intelectual e moral..."<sup>29</sup>*

A respeito da uniformidade do ensino, proclamava-se, no que dizia respeito ao método, que este deveria ser o Lancasteriano. Francisco Larroyo em sua História Geral da Pedagogia, p. 620, assim explica o método lancasteriano:

*"Os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem a seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares se denominam monitores (donde o nome também de sistema monitorial). (...) Além dos monitores há na classe outro funcionário importante: o inspetor, que se encarrega de vigiar os monitores, de entregar a estes e deles recolher os utensílios de ensino, e de apontar ao professor os que devem ser premiados ou corrigidos.*

*(...) "Um severo sistema de castigo e prêmios mantêm a disciplina entre os alunos. O mestre se assemelha a um chefe de fábrica que tudo vigia e que intervêm nos casos difíceis. Não dá lições senão a monitores e aos jovens que desejem converter-se em professores".<sup>30</sup>*

Esse método, planejado na Inglaterra para solu...

<sup>29)</sup> Fala Eduardo O. Machado, 7/9/1851, p. 12

<sup>30)</sup> LARROYO, apud RIBEIRO, Maria Luisa Santos, op. cit., p. 49.

cionar o problema de educação popular com uma quantidade insuficiente de professores, foi adotado oficialmente no Brasil, em 1827, através da Lei de 15 de outubro, e, no Maranhão, nesse período em estudo, era defendido como um dos principais recursos para solucionar o problema da difusão do ensino elementar a uma maior clientela de homens livres possível.

Do ponto de vista do conteúdo, propunha-se que o ensino primário fosse dividido em dois graus ou classes. O primeiro grau compreendendo a leitura e escrita, noções de aritmética e doutrina cristã. O 2º grau, além dos conhecimentos acima citados, deveria compreender os de gramática nacional, geografia, história e princípios mais simples de geometria. Deveriam ainda ser adotados os mesmos compêndios em todas as escolas públicas.

A partir do final dos anos 60, novas providências são reivindicadas como indispensáveis ao desenvolvimento do ensino primário. Entre esses meios figurava o da liberdade do ensino, que, muito se distanciava da idéia de fiscalização do ensino, reivindicada no período anterior. Nessa segunda fase, como se pode ver abaixo, algumas propostas passam a criticar as restrições ao ensino impostas no período precedente:

*"Nos tempos coloniais, e ainda largos anos depois da independência, subsistiu entre nós plena e incontestada a liberdade do ensino. Era lícito, sem necessidade de licença prévia, abrir escolas de primeiras letras, colégios e quaisquer estabelecimentos literários. Da prática ampla dessa liberdade em um período dilatado não se seguiram efeitos perniciosos que, mesmo de leve, afetassem a moralidade pública e privada. (...) Mas afinal veio-nos de França, o contágio de tudo*

*regular e previnir por via da lei: descobriu-se na liberdade de ensinar sério perigo para a educação e bons costumes, desde logo prescreveram-se cautelas e restrições, ninguém mais pode exercer a profissão de professor particular sem diploma de capacidade e atestados de bom procedimento"*<sup>31</sup>.

Uma outra providência reivindicada nas décadas anteriores e que continuou sendo ainda proposta nos últimos decênios do Império foi a da obrigatoriedade do ensino. No entanto essa questão não recebeu das Autoridades a atenção que mereceu a idéia do ensino livre.

Quanto ao conteúdo do ensino primário, observaram-se, nessa última fase, algumas críticas às matérias de finidas no período anterior, propondo-se a eliminação de algumas dessas disciplinas. Dizia o Presidente Lafayette (1866) que na prescrição feita anteriormente "*não ia só o mal de mentir-se à realidade*", mas um outro menos grave que era ter o professor que dividir a sua atenção por um grande número de assuntos, estudando mal a todos e não se aprofundando em nenhum<sup>32</sup>.

Nota-se, pois, que nas primeiras décadas foram defendidas certas providências, como a da fiscalização e a da uniformidade do ensino primário etc., enquanto que, no final do período em estudo, novas medidas jurídico-institucionais foram reivindicadas como a da liberdade de ensino e maior complexificação das escolas.

### 2.3. A questão do magistério primário

A preparação do professor foi uma das providên

<sup>31)</sup> Proposta do Presidente Lafayette Rodrigues Pereira, 1866, Apud MOACYR, Primitivo, *A Instrução e as Províncias 1834 - 1889*, Cia. Ed. Nacional, 1939, p. 207-208, v. 1

<sup>32)</sup> Idem p. 207.

cias frequentemente reclamadas, como meio indispensável ao desenvolvimento do ensino primário. A necessidade da criação de escolas normais foi, portanto, uma proposta bastante levantada, desde os primeiros anos do período analisado.

Em 1838, o Presidente Camargo já sugeria que fosse enviado um jovem a Europa, a fim de estudar o método Lancaster e reger, ao voltar, uma escola normal<sup>33</sup>. Nesse mesmo ano, com essa finalidade, foi aprovada a Lei nº 76, seguindo para a França o jovem Felipe Benício de Oliveira Conduru. Em 1840, foi criada a primeira escola normal do Maranhão, dirigida pelo jovem professor que então retornara da França.

Essa escola, que não teve muito sucesso, segundo a documentação examinada, devido à falta de alunos, foi fechada, poucos anos depois de criada<sup>34</sup>, em 1844. Após sua extinção, continuou-se a reclamar, através das propostas educacionais, a necessidade da formação do professor primário. Nesse mesmo ano (1844) dizia o Presidente Moura Magalhães:

*"(...) se quiserdes atender que muito convém que aqueles que se dedicam ao Magistério sejam pessoas idôneas e habilitadas em todos os diversos ramos da instrução elementar, não desconhecereis que uma Escola Normal se torna indispensável, em a qual aqueles que se destinam a preceptores da mocidade adquiram o complemento da instrução que lhes falta e sem o que não possam ser escolhidos para o Magistério. Entendo, Senhores, que fareis um relevante serviço ao vosso país se tratar-vos da educação dos Mestres,*

33) Discurso Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, 3/5/1838, p. 11 e 12.

34) VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 9-10.

*pois que deles tudo depende: o título de Mestres não é uma simples profissão, é uma função social, é um ministério moral. Feliz menino, diz um escritor moderno, Mr. Naville, cuja educação se faz debaixo da direção tutelar de um bom Mestre e na alma do qual os estudos que se chamam profanos contribuem para desenvolver o conhecimento de Deus, do dever e da verdadeira adesão a todas as coisas honestas"*<sup>35</sup>.

Nas últimas décadas do Império, a questão da fundação das escolas normais foi levantada ainda com mais frequência. Comentava o Presidente Sá e Benevides, em 1877, que, de todas as medidas de que mais carecia a instrução primária, a mais importante e a mais urgente era a criação de uma escola normal"<sup>36</sup>.

Em 1882, dizia o Presidente Manoel de Freitas que era de suma importância, para melhoramento da instrução provincial, a criação de escolas normais, recurso esse que havia sido recomendado pelo próprio Governo Central na reforma Leôncio de Carvalho<sup>37</sup>.

O Inspetor da Instrução Pública (1886) também se pronunciava a esse respeito, nesses termos:

*"(...) sem escolas normais é impossível existir o professor e, sem o professor é impossível existir instrução, educação*

35) Relatório João José Moura Magalhães, 20/6/1844, p. 6

36) Relatório Sá e Benevides, 18/10/1877, p. 38 a 40.

37) Relatório Manoel de Freitas, apud MOACYR, Primitivo, A Instrução e as Províncias 1835-1889, Rio de Janeiro, Cia Ed. Nacional, 1939, p. 232 a 233 v. 1.

*capaz, pela mesma razão porque não há frutos sem árvores e árvore sem raiz*"<sup>38</sup>.

Essa questão, entretanto, ficou sem solução, pois, durante toda essa fase, a criação de uma escola normal pelo Estado não veio a se realizar. Também um projeto que houve de iniciativa particular, da Sociedade 11 de Agosto, não veio a se concretizar.

Outra questão levantada, sobretudo nos últimos anos do Império, em função ainda da formação do professor, foi a criação das conferências pedagógicas. Essas conferências, em voga em todo o Brasil, consistiam em encontros periódicos dos mestres, com o fim de aprendizagem e troca de experiências. O Presidente Sá e Benevides, em 1877, propondo a criação dessas conferências, dizia:

*"Concorrerão elas [Conferências] para que se desenvolvendo os professores, possam obter o gosto literário, procurando conquistar o espírito da ciência, abandonando um pouco a letra a que se aferram, como o costume de aprender de cor o que estudam, método que transmitem a seus discípulos que afinal se habitua a não responder senão pela forma por que o mestre lhes faz as perguntas"*<sup>39</sup>.

Da mesma forma, porém, que ocorreu com os projetos de fundação da escola normal, as propostas de criação das conferências não vieram a se realizar.

Relacionado ainda à formação do docente, inúmeras vezes, nesse período, foi levantado o problema do baixo salário do professor elementar.

38) Relatório, Inspetoria da Instrução Pública de 16/1/1886 p. 4 (Anexo da Fala João Capistrano Bandeira de Melo, 15/3/1886).

39) Relatório Sá e Benevides, 18/10/1877, p. 39.

Dizia, em 1839, o Presidente Manoel Felisardo que o vencimento dos professores reclamava a mais séria atenção, sendo conveniente que fosse marcado um ordenado proporcional ao seu trabalho<sup>40</sup>.

O Presidente Penna (1849) também apontava para o problema, frisando que o baixo salário do professor era um desestímulo ao seu aperfeiçoamento<sup>41</sup>.

O Presidente Sã e Benevides (1877), pensando da mesma forma, exclamava: "*É impossível conseguir bom professor no interior da Província, por 600\$000 réis anuais*"<sup>42</sup>. O Presidente Luís de Vasconcelos (1880) reconhecia que com o minguado ordenado de 600\$000 réis anuais não pode a Província pretender um professorado habilitado e com a moralidade indispensável para estes cargos<sup>43</sup>.

No entanto, nada se fazia, concretamente, para mudar essa situação. O salário do professor, reajustado em 1849, quando ocorreu um aumento dos vencimentos do professor primário, segundo o número de alunos, permaneceu mais ou menos o mesmo, até o final do Império.

#### 2.4. A evolução do ensino elementar

Com relação à instrução elementar, as décadas de 40 e 50 podem ser consideradas a época de mais férteis realizações de toda a fase imperial examinada. Várias medidas foram tomadas nesse período, visando a sanar os males da instrução primária.

Uma das primeiras realizações foi a fundação

<sup>40)</sup> Discurso Manoel Felisardo de Souza Melo, 3/5/1839, p. 18 e 19.

<sup>41)</sup> Fala Herculano Ferreira Penna, 14/10/1849, p. 34.

<sup>42)</sup> Relatório Sã e Benevides, 18/10/1877, p. 39.

<sup>43)</sup> Relatório Luís de Vasconcellos, 13/2/1880, p. 23.

da Inspeção da Instrução Pública (1841), através da qual o Estado procurava manter seu controle sobre toda a educação escolar da Província. Eram atribuições da Inspeção fiscalizar as escolas da Província, regular e dirigir o sistema e método prático do ensino, fazer os regulamentos internos das escolas, dar aos professores os esclarecimentos necessários para o desempenho de suas obrigações, visitar mensalmente as escolas da capital, vigiar sobre o procedimento dos professores particulares, servir de intermediário entre o Governo e o professorado, e fazer, de seis em seis meses, relatório do estado da Instrução Pública da Província<sup>44</sup>.

Outra medida tomada, reivindicada desde o final da década de 30, foi a aprovação, em 1847, da Lei nº 234 que autorizava a reorganização do ensino na Província. Nesse mesmo ano, foi eleita uma Comissão de literatos, para elaborar o Plano da Reforma, trabalho esse que não veio a ser realizado. Apesar disso, a reforma se efetuará, em 1855.

Ainda nesse ano de 1847, uma outra medida foi tomada, relacionada às preocupações com a difusão do ensino religioso nas escolas primárias. Foi indicado pela Administração Provincial, para uso nas escolas primárias, o livro "Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo".

Atente-se para o que, a respeito desse livro, dizia, na época, o Jornal O Progresso, órgão ligado à facção no poder:

*"(...) o livro de que tratamos é incontestavelmente o meio mais conducente para se chegar a esse estado de perfeição moral de que depende a felicidade de qualquer nação porque nenhum reúne como ele em si as duas condições essenciais de desenvolvimento intelectual e de boa*

<sup>44)</sup> VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 14 e 15.

*direção moral; e na verdade um livro, cujas doutrinas se encerram no santo e sublime preceito - quod tibi non vis alteri non facias - é de todos o que melhor se poderia escolher para a educação da mocidade"*<sup>45</sup>.

A obrigatoriedade do ensino, outra providência também reclamada, nessa fase, foi legalmente efetivada com a decretação da Lei nº 267 de 17 de dezembro de 1849 que instituiu:

*"que os pais de família ou aqueles que suas vezes fizerem, residindo a certas distâncias das Escolas Públicas de Primeiras Letras, sejam obrigados, sob penas pecuniárias, mais ou menos fortes, a mandar a elas os meninos confiados a seus cuidados, salvo provarem que lhes dão o ensino em Escolas ou casas particulares"*<sup>46</sup>.

Essa lei ainda dispunha sobre o salário dos professores primários, aumentando esse ordenado de acordo com o número de alunos, da maneira que se segue:

Salário	Número de alunos
200\$000	10 a 40
450\$000	40 a 80
600\$000	80 a 160

A Reforma do ensino, aprovada em 1847, foi finalmente instituída pelo Regulamento de 2 de fevereiro de 1855 que procurou reforçar e atender legalmente as reivindicações

45) Jornal 'O Progresso', S. Luís nº 70, 28 março 1848, p. 3

46) Fala Herculano Ferreira Penna, 14/10/1849, p. 34

cações feitas e as medidas tomadas anteriormente<sup>47</sup>. O controle do Estado sobre todo o ensino provincial foi mantido e reforçado, através, não apenas do estabelecimento de normas para o exercício da liberdade de ensinar e para a abertura de escolas, mas também através de uma maior ampliação do serviço de supervisão. Renovou-se a Inspetoria da Instrução Pública que passou a contar, além do Inspetor Geral, com o serviço dos delegados dos círculos, criados para auxiliar o Inspetor na visita e inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária.

A obrigatoriedade do ensino foi reforçada pelo Regulamento de 2 de fevereiro (1855) que previu também a divisão das escolas públicas primárias em duas "classes", escolas de 1º grau e de 2º grau, com o acesso vedado ao escravo. Nas escolas de 1º grau dar-se-ia um ensino mais elementar, enquanto que nas segundas, limitadas às cidades e vilas mais importantes, o ensino deveria ser mais diversificado. As escolas de 1º grau compreendia: a instrução moral e religiosa; A leitura e escrita; As noções essenciais da gramática; Os princípios elementares da aritmética; O sistema de pesos e medidas da Província. O ensino nas escolas de 2º grau, além das matérias acima compreendia: A leitura explicada do Evangelho e notícia da História Sagrada; Os elementos de História e Geografia, principalmente do Brasil; A gramática da língua nacional; A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, e um sistema mais desenvolvido de pesos e medidas, não só da Província, mas também do Império e dos países com que este tiver mais relações comerciais. A Administração Provincial deveria suprir essas classes das condições necessárias ao seu bom funcionamento.

Uma outra medida prevista foi a introdução do ensino religioso nas escolas. A esse respeito informava o

---

47) Esse Regulamento foi estabelecido na administração do Presidente Eduardo Olímpio Machado e se encontra publicado no Jornal O Observador, S. Luís, nº 400, 6 de maio, 1855, p. 3 e 4 e nº 401, 10 de maio, 1855, p. 2 e 3.

próprio Presidente, realizador da Reforma:

*"Diligencie*ei* ainda, no futuro interesse social do Estado, casar a prática dos deveres religiosos com a instrução primária, e proporcionar aos meninos manifestamente indigentes, os meios de frequência às escolas e terem nos estabelecimentos públicos de ensino, a educação comum, de que seriam privados sem esse socorro, adotando todas aquelas providências que julguei conducentes ao conseguimento de um e outro fim"<sup>48</sup>.*

O Regulamento de 2 de fevereiro ainda previu um sistema de preparação do magistério primário, através da criação dos professores adjuntos. A esse respeito dizia o próprio Presidente O. Machado.

*"Sendo (...) evidente que a eficácia e proficuidade do ensino depende mais da prática em exercê-lo, que da teoria para dá-lo, ou que a segunda não pode aproveitar, desacompanhada da primeira, procurei, adotando a instituição dos professores adjuntos para o ensino público primário, (...) fundar uma escola prática de professores, (...) da qual saíssem não só bons substitutos para os professores atuais, mas também melhores os professores futuros"<sup>49</sup>.*

Falando dos objetivos gerais da Reforma que realizou, dizia esse mesmo Presidente:

48) Relatório Eduardo Olímpio Machado, 3/5/1855, p. 18 a 20

49) Idem p. 19

"Na reforma tive em vista, como condição de melhoramento a conveniência da inspeção e fiscalização do ensino, a organização e regularização dos diversos estabelecimentos de instrução; as condições, matéria e propaganda da mesma; as habilitações e exames para o magistério; a repressão das omissões e a distribuição de recompensas no exercício das funções magistrais; a admissão, frequência e aproveitamento dos alunos; a imposição de multas aos pais, tutores, e protetores negligentes em mandar instruir os seus filhos, pupilos e protegidos; o fornecimento de material indispensável à instrução mantida pela Província; o estabelecimento de taxas para melhorá-la no porvir; e finalmente, as mais providências que me pareceram adequadas para uniformizá-las em todos os seus diferentes círculos ou delegacias da respectiva inspeção e estendê-la a todas as classes de cidadãos ainda os mais pobres e desvalidos"<sup>50</sup>.

Ao lado dessas realizações, verificou-se, apesar da precariedade das fontes não permitirem uma avaliação mais segura, um certo crescimento do número de escolas elementares e do número de alunos, conforme se pode observar na Tabela 1.

Em 1832 havia 18 escolas elementares em funcionamento em toda a Província. Já no final da década de 50, existiam 74, atendendo a 2.548 alunos. Ampliou-se também o número de municípios e localidades atendidas pela rede escolar. Em 1838, havia escolas em 21 localidades do interior

50) Idem p. 18 a 20.

da Província, enquanto que no final da década de 50, esse número já se havia elevado a 48. (Veja Tabelas II e III).

Nesse período, a situação do ensino maranhense, a nível nacional, não era das mais inferiores. Segundo Vanilda Paiva, o Maranhão, em 1865, atendia a mais de 10% de sua população escolar livre, enquanto S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro atendiam de 8% a 8,5%. A posição do Maranhão destacava-se dentro do contexto nordestino, cujo atendimento variava de 3% a 7%, com exceção de Alagoas que era mais ou menos igual ao Maranhão. O Maranhão posicionava-se inferior apenas às Províncias do Sul que, devido à imigração, apresentavam um desenvolvimento educacional escolar superior às demais Províncias brasileiras<sup>51</sup>.

Em que pese essa posição de destaque, a percentagem de atendimento escolar no Maranhão, permite que se ajuíze quanto a educação era ainda minimizada, não havendo um atendimento, pelo menos elementar, da população em idade escolar. E para se avaliar melhor de quão lamentável era esse quadro, deve-se ter em mente que as percentagens de atendimento da população escolar apresentadas, muito baixas, por sinal, referem-se apenas à população escolar livre, quando se sabe que, aproximadamente, por essa época, uma parcela bastante significativa da população total maranhense era escrava. Se computada, portanto, esse atendimento sobre toda a população provincial, o índice se evidenciaria baixíssimo.

Nas últimas décadas do Império, as realizações educacionais, com relação à instrução primária pública, escassearam. A grande inovação desse período foi a decretação da liberdade do ensino, proposta desde os anos 60 e finalmente concretizada, através da Reforma de 1874. Fora essa providência e a reafirmação da obrigatoriedade do ensino

---

51) PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. S. Paulo, Loyola, 1973, p. 67.

primário, a Reforma de 1874 cuidou apenas da criação de um Conselho Diretor (para auxiliar o Inspetor), do regulamento sobre a vitaliciedade do professor e da abolição dos castigos corporais nas escolas.

Enquanto, nessa fase, escassearam as medidas oficiais, foram observadas algumas realizações de iniciativas particulares ligadas, em geral, a Sociedades Beneficentes. Algumas dessas Sociedades, como a "Sociedade Maranhense Protetora dos Alunos Pobres", visavam angariar fundos, em benefício da instrução elementar. Outras patrocinavam, graciosamente, geralmente para os adultos, aulas primárias e às vezes até secundárias. Dentre os institutos dessa natureza, destacaram-se a "Sociedade 11 de Agosto", a "Sociedade Protetora dos Caixeiros e Patriótica" e a "Sociedade Primeiro de Dezembro".

A Sociedade 11 de Agosto, fundada em 15/7/1870, por iniciativa dos senhores Antônio de Almeida Oliveira e João Antônio Coqueiro, oferecia, em 1873, instrução primária e secundária a 449 alunos. Essa sociedade organizou, com incentivos financeiros do governo, um curso normal, criado pela Lei nº 1088 de 19 de junho de 1847. Esse curso, no entanto, não logrou resultado, vindo, logo depois de organizado, a fechar-se. Sob o cuidado e zelo dessa Sociedade foi colocada a Biblioteca Pública Provincial, através da Lei nº 991 de 10 de julho de 1872<sup>52</sup>.

A Sociedade Protetora dos Caixeiros, criada em 19/1/1868, oferecia aulas noturnas para os caixeiros e seus filhos.

A Sociedade 1º de Dezembro, criada em 1º de dezembro de 1869, oferecia também aulas primárias e secundárias aos adultos<sup>53</sup>.

52) Sobre a Sociedade 11 de agosto, ver Relatório Carneiro da Cunha, 17/5/1873, p. 42 e ver também VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 32 a 34

53) Para maiores informações sobre essas duas últimas Sociedades ver Relatório Carneiro da Cunha, 17/5/1873, p. 42-44.

Com relação ao crescimento quantitativo da instrução primária, nessas últimas décadas estudadas, face à insuficiência e pobreza de dados, não se pode fazer avaliações muito seguras. No entanto, apesar de toda a precariedade, as fontes consultadas tendem a mostrar que houve um pequeno crescimento de escolas e de alunos (veja Tabela I) e que, embora tenha havido esse crescimento, o índice de atendimento da população escolar livre parece ter diminuído, em relação ao período anterior. Segundo o Presidente Paulo de Andrade, havia na Província, em 1884, 80.000 crianças em idade escolar e que destas, 75.000 ou seja, 93,7% não recebiam instrução<sup>54</sup>. No final do Império, (se se considerar a população de 1890, único dado mais próximo disponível como sendo a mesma de 1888), pode-se afirmar que nesse ano o Maranhão atendia apenas a 6% de sua população escolar livre<sup>55</sup>, enquanto que, em 1865, como foi visto, atendia a mais de 10%.

### 3. O ensino secundário público no Maranhão

No Maranhão, como em todo o Brasil, após a expulsão dos jesuítas (1759) e a conseqüente extinção de seus estabelecimentos escolares, o ensino secundário reduziu-se a algumas aulas avulsas (aulas régias). Com a independência, essa situação pouco se modificou, criando-se apenas mais algumas aulas avulsas. A partir, porém, do Ato Adicional, surgiram os primeiros esforços, no sentido de imprimir organicidade ao ensino secundário no Brasil. Foram criados, mais ou menos por essa época, o Colégio Pedro II, na

54) ANDRADE, Paulo de Apud MOACYR, Primitivo, op. cit.p.239

55) Cálculos baseados nas Tabelas I e V, considerando-se 15% da população livre total, como sendo em idade escolar.

Corte (1837) e os Liceus, em várias Províncias<sup>56</sup>. No Maranhão, organizou-se o Liceu Maranhense (1838) que foi o único estabelecimento de ensino secundário público que teve a Província no Império. A história desse estabelecimento, por conseguinte, é a história do alcance e dos limites das propostas maranhenses desse período, no que se relaciona ao ensino secundário público no Maranhão.

### 3.1. A organização do ensino secundário - A fundação do Liceu Maranhense

Com o Ato Adicional surgiram, pois, as primeiras propostas, visando à reorganização do ensino secundário público no Maranhão. Em 1838 foi aprovada a Lei Provincial nº 77 de 24 de junho, criando o Liceu Maranhense. Rezava essa Lei, em seu artigo primeiro:

*"Formar-se-ã um Liceu na Capital da Província com a reunião das seguintes cadeiras: 1ª filosofia racional e moral; 2ª retórica e poética; 3ª geografia e história; 4ª gramática filosófica da língua e análise de nossos clássicos; 5ª língua grega; 6ª língua latina; 7ª língua francesa; 8ª língua inglesa; 9ª desenho; 10ª aritmética, primeira parte da álgebra, geometria e trigonometria plana; 11ª segunda parte da álgebra, cálculo e mecânica; 12ª navegação, trigonometria esférica e observações astronômicas; 13ª cálculo mercantil e escrituração por partidas dobradas, formando esta cadeira com a*

56) Sobre o ensino secundário público no Brasil Imperial ver HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, O ensino secundário no Império Brasileiro. S. Paulo, Grijalbo, 1972.

10º, o curso de comércio, e as 10º, 11º e 12º, o de marinha"<sup>57</sup>.

Esboça-se dessa forma no Maranhão o ensino secundário público com a fundação do Liceu, constituído, como se pode ver, pela reunião das aulas avulsas então existentes. Essa organização do Liceu, limitada a simples justaposição das aulas avulsas, permaneceu por todo o Império. Alias foram poucos os Liceus no Brasil que adotaram outro sistema, como foi o caso do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, cuja organização fundava-se em estudos seriados desenvolvidos em cursos de regular duração.

Pelo currículo do Liceu verifica-se que havia dois cursos de formação a nível médio, o de marinha e o de comércio. Esses cursos, contudo, foram suprimidos logo depois da criação do Liceu. Com a supressão dessas cadeiras acentuou-se mais ainda o caráter literário do ensino no Liceu.

Gonçalves Dias, no Relatório que fez ao Governo Imperial sobre o ensino nas Províncias do Norte, criticando o caráter preparatório dos Liceus visitados, assim se referiu acerca da supressão da aula de comércio em alguns desses estabelecimentos, inclusive no Liceu Maranhense:

*"(...) Um curso havia em alguns destes liceus, que eu consideraria importante por habilitar para uma profissão. É o curso do comércio. Pedese, contudo, na Bahia, a supressão da cadeira de direito mercantil, ficando só a de contabilidade. No Pará pediu-se a extinção desta mesma cadeira e no Maranhão foi logo suprimida, pois é ali costume quando se quer demitir o professor suprimir-se-lhe a cadeira"<sup>58</sup>.*

57) VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 11

58) Relatório DIAS, Gonçalves, apud MOACYR, Primitivo, op. cit., p. 505.

Esse caráter preparatório e literário dos Liceus advinha do fato de ser toda sua clientela candidata aos cursos superiores, e a admissão a esses cursos ser feita mediante os exames parcelados, inicialmente junto às Faculdades e, a partir de 1873, nas capitais das Províncias. Desse modo, mesmo que o candidato aos cursos superiores tivesse concluído o curso completo dos Liceus, necessitava ainda, para ingressar nas Faculdades, prestar esses exames preparatórios. Nessas condições, o Liceu Maranhense, como todos os outros Liceus provinciais, foram procurando, cada vez mais, ajustar-se a essas exigências (exames preparatórios) que lhes eram feitas indiretamente pelo Governo Central, reproduzindo em seus currículos o conjunto de disciplinas (de cunho universalista e humanístico) desses exames preparatórios.

### 3.2. As propostas de reforma do ensino secundário público

Os preparatórios exigidos pelo Governo Central, como condição de matrícula nos cursos superiores, influíram, pois, consideravelmente, na composição do currículo e em toda a estrutura do ensino secundário.

O Liceu Maranhense, para atender a sua clientela, ajustou-se a esse padrão (preparatórios), tornando-se um mero curso propedêutico e literário.

No entanto, nas décadas de 40 e 50, surgiram propostas educacionais visando mudar esse caráter predominantemente literário e exclusivamente preparatório do ensino do Liceu. Esses projetos sugeriam a introdução de cadeiras de ciências naturais e exatas de Física, de Química, de Agricultura, etc. Pretendiam, com a introdução dessas disciplinas, dar maior flexibilidade ao ensino do Liceu, habilitando-o a preparar, não somente para as Academias, mas também para as carreiras comerciais e industriais.

O Presidente Franco de Sá (1847) assim se ex  
pressava sobre o assunto:

*"A educação secundária, qual entre nós se acha instituída, limitada à instrução preparatória para as ciências positivas deve de começar a compreender alguma parte dos conhecimentos científicos, que mais relação tenham com as necessidades das artes e da indústria e mais possam concorrer para desviar a nossa mocidade do exclusivismo jurídico, ou simplesmente clássico e teórico, aparelhando pela educação homens úteis, e de algum esclarecimento à vida prática e produtora..."<sup>59</sup>*

A respeito dessa mesma questão, dizia o Presi  
dente Olímpio Machado (1851):

*"Talvez conviesse que a reforma no tocante à instrução secundária que hoje (...) se cifra quase somente ao Liceu, fosse radical, isto é, que se tirasse a este estabelecimento literário o caráter exclusivamente preparatório que tem (...) adicionando-lhe outras matérias que habilitassem os alunos para, desde logo e sem dependência dos estudos superiores de medicina e jurisprudência, entrarem na vida prática do comércio e da indústria (...)"<sup>60</sup>*

O Presidente Sousa Aguiar (1861) também insis  
tia na introdução do Liceu de matérias com maior cópia de conhecimentos científicos<sup>61</sup>.

59) Relatório Joaquim Franco de Sá, 3/5/1847, p. 41

60) Fala Eduardo Olímpio Machado, 7/9/1851, p. 11

61) Relatório F. P. de Sousa Aguiar, 3/7/1861, p. 27

Essas preocupações, no sentido de reorganizar o ensino secundário na Província, dando-lhe um cunho mais científico e prático, eram um reflexo das idéias correntes na Europa dessa época e que influenciaram inclusive algumas reformas educacionais brasileiras desse período. Maria de Lourdes M. Haidar, ao examinar a reforma Couto Ferraz (1854) que reorganizou o ensino público no município da Corte, observou que as modificações introduzidas no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, dando desenvolvimento aos estudos científicos, eram *"um primeiro e tímido reflexo das realschulen alemãs e que vinham agitando a opinião francesa, a partir da década de 30"*<sup>62</sup>.

O Presidente Franco de Sá (1847), um dos defensores dessas propostas de mudança no ensino do Liceu argumentava que elas eram necessárias para que a Província do Maranhão pudesse acompanhar o movimento do século e compartir seu brilhante destino<sup>63</sup>.

A Reforma do ensino de 1855 no Maranhão, quanto ao ensino secundário, inspirada nessas propostas, procurou enriquecê-lo, com a introdução no Liceu de um curso de Ciências Naturais. Esse curso compreendia três matérias, sendo uma de história natural integrando conhecimentos de Zoologia, Botânica, mineralogia e Geologia, a outra de Física e Química, e a terceira de Geografia e História do Brasil. A Reforma ainda determinou que fosse enviada solicitação ao Governo Central, para que os alunos aprovados em todas as matérias do Liceu Maranhense pudessem ser matriculados nas Academias, independentemente de novos exames.

Todo esse esforço, entretanto, visando enriquecer o ensino do Liceu e conseguir com que os graus conferidos por esse estabelecimento habilitassem para a matrícula nos cursos superiores, resultou num grande fracasso. O Li

62) HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, op. cit., p. 114 e 115.

63) Relatório Joaquim Franco de Sá, 3/5/1847, p. 41.

ceu Maranhense continuou com a mesma feição literária e propedêutica, sem contar com a introdução, ao menos do curso de Ciências, aprovado pela Reforma. As matérias, pois, continuaram as mesmas: Latim, Francês, Inglês, Gramática Geral, Geografia, Retórica, Filosofia, História Universal, Matemática e Cálculo e Escrituração Mercantil, de cunho acentuadamente literário e os graus conferidos por esse estabelecimento continuaram também a não dar direito a matrícula aos cursos superiores.

O não reconhecimento desses graus influiu decisivamente para que o Liceu Maranhense continuasse com a mesma estrutura de ensino. Sua clientela exigia somente os estudos necessários à sua aprovação nos exames parcelados de admissão às Academias. Como os estudos seriados regulares e de razoável duração e os estudos das ciências físicas e naturais eram desnecessários ao bom êxito nos exames parcelados, esses estudos eram rejeitados pela clientela do Liceu, que considerava um dispêndio inútil de tempo e energia. Nessas circunstâncias, os estudos do Liceu foram-se tornando cada vez mais irregulares e deficientes, limitados exclusivamente às matérias preparatórias.

### 3.3. O declínio do ensino secundário público

O esforço provincial verificado nos decênios 40 e 50, para modificar o caráter do ensino secundário público, como se viu, não obteve sucesso. O Liceu Maranhense via-se cada vez mais pressionado pelos alunos que o iam abandonando e que buscavam em estabelecimentos particulares os ensinamentos fragmentários, capazes de possibilitar-lhes aprovação. Com isso, o ensino nesse estabelecimento ia-se tornando mais irregular e parcelado. A liberdade de ensino, decretada pela Reforma de 1874, condicionou mais ainda essa situação, favorecendo a multiplicação dos estabelecimentos particulares. Dessa forma, o declínio do Liceu foi inevitá

vel. E as Administrações Provinciais, a partir aproximadamente dos anos 70, limitaram-se, quase que somente, a denunciar a decadência que se observava no Liceu Maranhense.

Dizia o Presidente Maia (1870):

*"São tais as irregularidades (do Liceu), por parte dos alunos que considero de vantagem a sua extinção, criando-se em substituição um internato, no qual ensinando-se as mesmas matérias e mais aquelas que no futuro se considerassem precisas, tenham os alunos mais sujeição e traga a ordem e subordinação que ali não é quase possível restabelecer"*<sup>64</sup>.

Sobre a mesma questão declarava o Presidente Bandeira (1886):

*"Com efeito, no Liceu, desde que não se precisa a matéria para obter-se aprovação nos exames, ficaram as aulas desertas e ninguém mais quis sujeitar-se a uma prova que punha em evidência a ignorância e não dava utilidade alguma"*<sup>65</sup>.

O Presidente Carneiro da Cunha (1873) também proclamava que os alunos iam deixando o Liceu Maranhense pelos colégios particulares<sup>66</sup>.

Esse declínio era ainda denunciado pelo Inspetor da Instrução Pública (1886), que apontava, como causa dessa situação, os exames gerais. A esse respeito, dizia, endossando as palavras do Inspetor de Pernambuco:

*"A influência dos exames oficiais sobre a instrução pública em geral não escapa*

<sup>64</sup>) Mensagem José da Silva Maia, 18/5/1870, p. 34

<sup>65</sup>) BANDEIRA, apud MOACYR, Primitivo, op. cit., p. 242

<sup>66</sup>) Relatório Carneiro da Cunha, 17/5/1873, p. 87

aos que refletirem um pouco sobre as con  
dições do ensino. Se esses exames habili-  
 tam para alguma coisa, se eles servem pa-  
 ra a entrada em algum curso oficial que  
 conceda diploma e a esse diploma anda  
 anexo privilégio ou prerrogativa, um mau  
 sistema de exames prejudica e falseia in-  
 teiramente o ensino ativo e passivo. A  
 obtenção de diploma é, afinal, o alvo a  
 que colimam os alunos (...) Não há mais  
 estudar para saber (...) Só há procurar  
 aprovações, não importa porque meios (...)  
 Não se trata de saber, trata-se de ser  
 aprovado em exame (...) o discípulo não  
 quer mais (aprender) e de tão deplorável  
 sistema não pode, portanto, deixar de  
 vir o depreciamento da instrução, o rebaixamento do nível dos estudos (...) o que  
 convém são fábricas de exames e ciência  
 a vapor"<sup>67</sup>.

Enquanto o Liceu caminhava para o declínio, cresciam as iniciativas no campo do ensino secundário na Província. No início da década de 40 (1841), havia apenas um colégio secundário particular. Já em 1874, existiam onze colégios com 878 alunos<sup>68</sup>. Esses colégios, procurados pelos alunos aspirantes aos cursos superiores, passaram a gozar de alto conceito nas Províncias. Desses, o Instituto de Humanidades parece ter sido o de maior prestígio.

Dizia o historiador Viveiros que

"(...) o que havia de mais hábil e ins-  
 truído nos diversos ramos do ensino for

67) Relatório Inspetoria da Instrução Pública, 16/1/1886. p. 13 (anexo da Faia João Capistrano Bandeira de Mello, 15/3/1886).

68) Relatório Gomes de Castro, 18/4/1874, p. 21.

*mava o corpo catedrático deste colégio que teve vasta e justa fama em toda a província*"<sup>69</sup>.

Os currículos desses estabelecimentos particulares, entretanto, não eram muito diferentes do ministrado pelo Liceu. Informava o Presidente Pereira da Graça (1872), que as disciplinas ministradas nesses estabelecimentos eram, "*com pouca diferença, as mesmas do programa do Liceu*"<sup>70</sup>. Segundo Maria de Lourdes M. Haidar.

*"(...) a limitação dos estudos às disciplinas preparatórias não representavam, apenas, para os colégios particulares, fatores de maior prosperidade; constituiam-se, na verdade, condições de sua sobrevivência"*<sup>71</sup>.

Desse modo, pode-se afirmar que o ensino secundário público no Maranhão, ajustando-se às exigências dos exames de admissão às Faculdades, não passou de um ensino irregular e precário.

#### 4. O ensino técnico e agrícola no Maranhão

No Brasil, o ensino de ofícios começou a ser promovido pelo Estado, a partir das primeiras décadas do século XIX, com as transformações políticas e econômicas ocorridas após a vinda de D. João VI e com a formação do Estado Nacional. A princípio, o Estado promoveu esse ensino somente nos estabelecimentos militares e navais, visando à preparação de artífices para suas próprias necessidades. A partir dos anos 40, porém, foram criadas por alguns President

69) VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 27

70) Fala José Pereira da Graça, 3/5/1872, p. 22

71) HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto, op. cit., p. 259

tes de províncias, autorizados por leis das Assembléias Provinciais Legislativas, casas de educandos artífices, voltadas, em geral, para as necessidades provinciais de mão-de-obra e de integração dos marginais à sociedade. A clientela dessas casas era constituída; portanto, predominantemente, de órfãos e desvalidos e mantida sob rígida disciplina militar ou paramilitar<sup>72</sup>.

O Maranhão foi uma das províncias brasileiras, onde, nessa época, surgiram alguns incentivos, não apenas ao ensino de ofícios, mas também ao ensino agrícola. A promoção desses ensinos estava relacionada ao próprio desenvolvimento que se vinha processando no ensino de ofícios no Brasil e, ainda, às condições particulares do Maranhão da época.

#### 4.1. Os fundamentos ideológicos da formação profissional

As novas condições políticas, econômicas e sociais maranhenses, evidenciando as necessidades de restabelecimento da ordem e fortalecimento do poder e de formação de uma mão-de-obra especializada, foram os principais determinantes dos incentivos verificados no Maranhão, nas décadas de 40 e 50, à promoção do ensino técnico e agrícola.

Segundo as propostas educacionais dessa época, o ensino de ofícios se apresentava como um excelente meio de integração dos jovens desvalidos à sociedade, trans

72) Para maiores informações sobre o ensino de ofícios no Brasil ver. CUNHA, Luís Antonio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus, Forum Educacional, Rio de Janeiro (3): 3-4 jul./1979; As razões da escola de ofícios manufatureiros no Brasil 1808-1820 Forum Educacional (2) 5-27, abr./jun. 1979, A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil; as escolas de aprendizes artífices. Rio de Janeiro IESAÉ (1980) Relatório de Pesquisa, mimeo. Ver também FONSECA, Celso Sekow História do Ensino industrial no Brasil Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional, 1962, .

formando-os em cidadãos úteis para si e para a sociedade. Através desse ensino, esses jovens estariam adestrados para exercerem o papel que lhes cabia desempenhar na sociedade maranhense de então. O Presidente Miranda (1841) afirmava que a promoção do ensino de ofícios no Maranhão visava, primeiro, desviar do vício inúmeros jovens, integrando-os à sociedade e beneficiando a esses próprios jovens; e, segundo, produzir artífices de que tanto a Província necessitava<sup>73</sup>. Repetia o Presidente Moura Magalhães, em 1844, que o ensino de ofícios era um meio de transformar os desvalidos em "cidadãos proveitosos ao Estado"<sup>74</sup>.

Na década de 50, alguns Presidentes mostraram claramente a necessidade de se desenvolver na Província o ensino técnico, agrícola e industrial, não apenas para os desvalidos, mas também para mais amplas camadas médias e inferiores, como meio de promoção do desenvolvimento da Província. Declarava o Presidente Cruz Machado (1856):

*"(...) O resultado [da não promoção do ensino, técnico e industrial] será aparecer, então, em toda sua nudez, a ignorância das massas do nosso país, e a superioridade dos outros, porquanto para dirigir as máquinas a vapor nas estradas de ferro e nas embarcações, para construir os mais simples maquinismos, teremos necessidade de recorrer a mestres obreiros e construtores estrangeiros, porque, entre nós, exceto os cidadãos que se destinam aos cursos científicos, ninguém de todas as outras classes possui as mais ligeiras noções de geometria, de álgebra, de mecânica e de hidráulica,*

73) Discurso João Antonio de Miranda, 3/7/1841, p. 63

74) Relatório João José Moura Magalhães, 20/6/1884, p. 14

é o estrangeiro não pode deixar de olhar com vistas de reparo que não se tenha dado um passo para a organização do ensino industrial em um país, cujas vastas matas abundam de excelentes madeiras de construção e marcenaria, cujo solo encerra imensas riquezas mineralógicas e que possui finalmente variados germes de prosperidade que, não de, por certo, colocá-lo na ordem dos países, que pelo progresso de sua indústria, preponderam no mundo"<sup>75</sup>.

Dizia ainda, sobre o assunto, o Presidente Cunha Paranaçuã (1859):

"Em uma ordem social em que todos os lugares estão designados, (...) cada qual deve ser educado para o lugar que lhe compete. No Brasil existem faculdades de direito e de medicina, escolas para o exército, a engenharia e a marinha, seminários para os estudos teológicos, mas a instrução comercial, agrícola, artífice e industrial ainda está longe de ser organizada com o desenvolvimento necessário (...) É, pois, necessário que em vez de um sistema de instrução pública que só corresponde ao exercício das profissões liberais se estabeleça outro mais variado e mais em harmonia com cada uma das funções que todo homem é chamado a exercer no duplo interesse de sua felicidade pessoal e da prosperidade nacional"<sup>76</sup>

<sup>75)</sup> Relatório Antonio Cândido da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 24 a 25.

<sup>76)</sup> Relatório João Lustosa da Cunha Paranaçuã, 3/5/1859, p. 15.

Os relatórios presidenciais da década de 50 deram muita atenção ao ensino agrícola, frisando que a promoção desse ensino era um dos recursos indispensáveis para o desenvolvimento da lavoura do Maranhão<sup>77</sup>. Atente-se para o que a esse respeito dizia o Presidente O. Machado (1851):

*"(...) a lavoura da Província tão atrasada e rotineira, deve colher dessa escola [Escola Agrícola] grandes resultados, seja aprendendo a destocar e rotear a terra, a cultivar e beneficiar alguns produtos equinociais, que, com quanto de melhor qualidade, ainda estão longe de rivalizar com os produtos similares de outros países, seja obtendo para a administração de suas fazendas, feitores inteligentes, bem morigerados e dotados, além disto de conhecimentos práticos de agricultura e de amor ao trabalho nela adquirido"*<sup>78</sup>.

Acrescentava ainda esse Presidente:

*"Por sem dúvida que precisamos muito de artifices, destros e morigerados, porém, sobretudo, precisamos de agricultores inteligentes e práticos nos processos de roteamento e cultura usados nos países, cujas produções são idênticas às nossas e que se acham mais do que nós adiantados"*<sup>79</sup>.

<sup>77)</sup> O Jornal A Imprensa, também em várias reportagens defendia essa idéia. Veja por exemplo, a respeito, a matéria, A propósito da inauguração da escola prática d'agricultura nº 29 10 abr. 1859, p. 1.

<sup>78)</sup> Fala Eduardo Olímpio Machado, 7/9/1851, p. 18

<sup>79)</sup> Idem, p. 17.

Nota-se, entretanto, que a partir do final dos anos 60, as proclamações de incentivo ao ensino técnico e industrial foram-se tornando mais raras e escassas. Isso vem demonstrar o menor interesse que o assunto despertou nessa fase, por parte dos detentores do poder. Essa desatenção se explica, sobretudo, pelas novas condições sociais maranhenses dessa época: maior fortalecimento do poder dos fazendeiros e agravamento da situação financeira etc.

#### 4.2 A Casa dos Educandos Artífices

O ensino de ofícios foi efetivamente promovido, no Maranhão, através da fundação, em 1842, da Casa dos Educandos Artífices.

A finalidade desse estabelecimento, nas palavras de seu próprio fundador, o Presidente Miranda era:

*"1º - desviar da carreira dos vícios, de zenas de moços que não tendo de que vivam, nem quem promova sua educação crescem ao desamparo e tornam-se inúteis e pesados à sociedade; 2º - animar as artes e oferecer à Capital e à Província trabalhadores e artífices de que tanto necessita"*<sup>80</sup>.

Segundo a lei que o criou, esse estabelecimento deveria ter um número de 50 educandos<sup>81</sup>. Esses jovens, mantidos sob disciplina militar, deveriam receber aulas de primeiras letras, princípios religiosos e adestrarem-se em algum ofício no Arsenal da Marinha, nas obras públicas e

80) Discurso João Antônio de Miranda, 3/7/1841, p. 63

81) FONSECA, Celso Suckow da, op. cit., p. 40.

particulares. Esse estabelecimento, que se esboçava ainda bastante acanhado, veio a crescer, consideravelmente, logo após sua fundação.

Em 1847, dizia o Presidente Franco de Sá que

*"(...) o montamento de oficinas internas, reconhecido como preferível ao ensino ex ter no, por ser mais consentâneo aos fins morais, artísticos e econômicos da instituição, tem sido promovido pelo Diretor com grande empenho e pelo governo com to do favor".<sup>82</sup>*

Naquele ano já se encontravam montadas as oficinas de Espingardeiros, Alfaiates, Sapateiros e uma mista de coronheiros, torneiros e marceneiros, além das aulas de Primeiras Letras e Música.

Em 1848, o Presidente Álvares do Amaral dizia que a Casa dos Educandos vinha desde seu começo caminhando sempre bem e ia prosperando debaixo das vistas do Governo Provincial'. Sugeriu esse Presidente a criação de mais uma oficina, a de Escultura<sup>83</sup>.

Em 1850, propunha o Presidente Azeredo Coutinho que a parte do rendimento das oficinas recolhida ao Tesouro Público fosse concedida aos educandos. Lembrava ainda esse Presidente que esse estabelecimento visava um interesse todo moral e que

*"(...) qualquer sacrifício que se fizesse [por ele] seria de sobejo compensado só pela vantagem de converter em cidadãos úteis, laboriosos e bem morigenados centenas de indivíduos que, por falta de meios de receberem uma educação conveniente",*

82) Relatório Joaquim Franco de Sá, 3/5/1847, p. 31 a 33.

83) Fala Antonio Joaquim Álvares do Amaral, 28/7/1848, p. 29.

[*poderiam*] "tornar-se muito prejudiciais  
à sociedade (...)"<sup>84</sup>

Na década de 50 continuou a Casa dos Educandos em considerável ritmo de crescimento. Nesse período, introduziram-se mais algumas matérias de estudo, criaram-se outras oficinas e foi aumentado o número de educandos.

Em 1855 havia, no estabelecimento, 137 educandos e as aulas e as oficinas abaixo indicadas, com o respectivo número de alunos<sup>85</sup>.

Aulas:

- Primeiras Letras: 137 alunos
- Escultura e Desenho aplicado às artes: 8 alunos
- Geometria e Mecânica aplicada às artes e noções gerais de aritmética e álgebra: 6 alunos
- Música e instrumento de corda: 10 alunos
- Música e instrumento bélico: 28 alunos

Oficinas:

- Alfaiate - 25 aprendizes
- Sapateiro - 20 aprendizes
- Pedreiro - 16 aprendizes
- Carpinteiro - 10 aprendizes
- Charuteiro - 25 aprendizes

Ainda nesse ano (1855), foi expedido novo Regulamento para a Casa dos Educandos, visando, segundo o próprio Presidente que expediu esse Regulamento, "*o bom regime econômico e disciplinar daquela casa*"<sup>86</sup>. O mesmo Presi

84) Fala Honório Pereira de Azevedo Coutinho, 7/9/1850, p. 19, grifo meu.

85) Informações colhidas no Relatório, Eduardo O. Machado, 3/5/1855 e no Anexo nº 4 desse mesmo Relatório.

86) Idem, p. 20

dente E. O. Machado tentou introduzir, nêsse estabelecimento, mais uma cadeira, a de desenho linear e topográfico e propôs também a ampliação dessa casa, com a criação de uma escola agrícola. A introdução da cadeira de desenho linear e topográfico estava associada à necessidade que tinha a Província de topógrafos, sobretudo, depois de estabelecida a Lei de Terras (1850). Dizia a esse respeito o própria Presidente O. Machado:

*"A necessidade que tem o artífice de, pa  
ra ser perito, saber desenho linear e to  
pográfico, acresce que, tendo-se de dar  
dentro em breve nesta província a execu  
ção das leis de terra, poderão ser apre  
sentadas para os trabalhos de medição  
muitos educandos, o que, seguramente,  
trará crédito e vantagem ao estabeleci -  
mento"<sup>87</sup>*

As sugestões de criação de um curso agrícola na Casa dos Educandos estava relacionada, sobretudo, às reformas que se processavam na agricultura e que necessitavam de mão-de-obra qualificada.

A Casa dos Educandos, por essa época, destacava-se como um dos melhores empreendimentos educacionais do país, no campo do ensino de ofícios.

Dizia Gonçalves Dias, em 1852, no Relatório aqui já citado que a Casa dos Educandos do Maranhão era não só a mais completa no seu gênero, no Brasil, mas a única que vinha prosperando dos ensaios que em outras Províncias se fizeram e que muitos resultados práticos a Província do Maranhão vinha colhendo desse estabelecimento, como a decoração do teatro, feita pelos educandos que estudavam escultura<sup>88</sup>.

87) Relatório Eduardo Olímpio Machado, 3/5/1854, p. 13  
88) DIAS, Gonçalves, Apud. MOACYR, Primitivo, op. cit., p. 512 e 513.

O sábio Agassiz, em 1860, deixou registrado na obra "Viagem ao Brasil" as impressões que lhe causou, a Casa dos Educandos Artífices do Maranhão:

*"Acabamos de visitar com o maior interesse, um instituto de educação para órfãos pobres, admiravelmente dirigido. Não tratam de educar estes infelizes meninos como colegiais, ainda que recebam a instrução elementar, leitura, escrita e cálculo, mas a lhes dar uma situação que lhes permite ganhar honradamente a vida. Ensinam-lhes muitos ofícios; ensinam-lhes a música e o manejo de alguns instrumentos; enfim uma escola de desenho, anexa ao instituto, completa a educação deles. Uma disciplina perfeita e um asseio escrupuloso reinam em todo o estabelecimento. Isso não era o resultado excepcional de preparativos anteriores; a nossa visita fora inesperada. Ficamos extremamente surpreendidos, porque a ordem e os cuidados minuciosos na casa não são virtudes brasileiras. É o efeito do trabalho dos escravos; nada se faz convenientemente senão sob o olho do dono. Os dormitórios espaçosos eram frescos e bem arejados; as redes enroladas e colocadas sobre um banco, cada uma delas em baixo do gancho ao qual deve ser posta durante a noite, os calçados pendentes de tornos, ao longo da parede, e as pequenas caixas contendo as roupas de cada menino, em ordem, postas em baixo. No andar superior acha-se a enfermaria, grande e bela sala bem ventilada, com numerosas janelas donde se goza uma vista admi*

rável e pelas quais penetram a brisa e a frescura. Não há rédes, mas leitos de correias. A cozinha e a dispensa não eram melhores cuidadas que as outras de pendências, e a maior simplicidade reinava em toda a casa, conquanto nada faltasse de necessário ao conforto e à saúde; todas as coisas apropriadas ao seu fim. Ao lado do edifício principal uma capelinha, situada no centro de uma bela praça arborizada, encantador lugar de recreio para estas crianças que, à tarde, tocam música"<sup>89</sup>

Em 1873, dizia o Presidente Carneiro da Cunha, a respeito desse estabelecimento:

"De todos os estabelecimentos, que visitei nesta capital, nenhum produziu em meu espírito melhor impressão, e nem produzirá para a província melhores resultados. Sem a menor exageração posso assegurar-vos que neste gênero não conheço e nem tenho notícia de melhor e mais útil estabelecimento em nosso país.

"A própria corte, que possui estabelecimentos de ordem diversa que nos não envergonham diante dos países mais adiantados, bem como o hospício de Pedro II, não tem desta espécie coisa superior e nem igual, que me conste"<sup>90</sup>

Por essa época (1873), a Casa contava com 300 alunos, frequentando as oito diferentes oficinas que existiam

89) AGASSIZ, Luís, Viagem ao Brasil, apud FONSECA, Celso Suckow da. op. cit., p. 48.

90) CUNHA, Carneiro da. Apud. FONSECA, Celso Suckow da op. cit. p. 50 e 51

tiam nesse estabelecimento: gravura, marcenaria, alfaiataria, sapataria, carpintaria, pedreiro, serralheria e ferraria. Havia ainda, além dessas oficinas, aulas de primeiras letras, aulas de gramática aplicada, de desenho, de música e de instrumentos de sopro e de corda<sup>91</sup>.

A partir, porém, dessa época, devido às novas condições políticas e econômicas maranhenses, a Casa dos Educandos passa a apresentar sinais de declínio. Houve uma sensível redução do número de alunos, e do número de oficinas. A Lei nº 1090 de 18/6/1874 fixou em 100 o número de educandos<sup>92</sup>. Afirmava o Presidente Paulo Andrade, em 1884, que havia nesse estabelecimento 117 jovens dos quais somente 100 às expensas da Província. Nesse ano já funcionavam apenas quatro oficinas<sup>93</sup>.

Finalmente, no advento da República, em 13 de dezembro de 1889, com quase meio século de existência, fechava suas portas a antiga Casa dos Educandos Artífices do Maranhão<sup>94</sup>.

#### 4.3. O Asilo Santa Teresa

O ensino artístico para jovens órfãs e desvalidas foi também promovido pelo Estado, sobretudo na década de 1850, com a criação do Asilo Santa Teresa. Desde o final dos anos 40, falava-se da necessidade de se promover a educação artística, na Província, em especial, a educação doméstica às moças pobres e órfãs. Sugeriu-se, inicialmente, a transformação do antigo Recolhimento dos Remédios, abrigo de moças desvalidas, criado um século atrás (1752)

91) Idem, p. 51.

92) Lei citada no Relatório Carlos Fernando Ribeiro, 17/5/1878, p. 48.

93) ANDRADE, Paulo, Apud MOACYR, Primitivo, op. cit. p. 240

94) VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 16 e 17.

pelo jesuíta Manoel Malagrida, em uma Casa modelada à semelhança da Casa dos Educandos, onde as jovens aí educadas pudessem tornar-se mais úteis à sociedade. Criticavam-se, portanto, os ensinamentos que se ministrava no antigo Recolhimento, dizendo ser essa casa um simples estabelecimento estritamente de formação religiosa. Atente-se para o que a esse respeito dizia o Presidente Coutinho (1850):

*"Esta casa continua a ser mais um religioso encerro do que instituição para ensino da mocidade abandonada (...) Longe de mim o pensar que os exercícios religiosos devem ser banidos de um estabelecimento desta ordem. Pelo contrário estou intimamente convencido que eles são a principal base de uma educação civil e moral; mas entendo que devem ser regulados, de modo que não prejudiquem a cultura intelectual e desenvolvimento moral das jovens educandas (...) Reitero o pedido que já vos tem sido feito de autoridades a revisão dos atuais Estatutos dessa casa (...) de modo que dela se possam colher as vantagens que se devem esperar de uma casa de educação de órfãos pobres, modelando-a, com as devidas alterações pelo Estabelecimento dos Educandos Artífices"*<sup>95</sup>

No entanto, a Igreja, na pessoa do Bispo, responsável pela direção do Recolhimento dos Remédios, não quis aceitar a interferência direta do poder provincial nesse estabelecimento.

Em virtude dessas dificuldades, resolveu o Presidente O. Machado, em 1855, não cogitar mais da transforma

95) Fala Honório Pereira de Azevedo Coutinho, 7/9/1850, p. 32 e 33.

ção do Recolhimento, mas criar uma nova Casa, que passou a chamar-se "Asilo Santa Teresa", onde se pudesse ensinar algumas artes, sobretudo, domésticas, às moças pobres e desvalidas<sup>96</sup>. O "Asilo Santa Teresa" foi inaugurado em 14 de março de 1855, tendo como diretor o Barão do Coroatá e, como Regente, D. Maria Joaquina de Araújo Bacelar<sup>97</sup>. Segundo o Regulamento, expedido em 16/1/1855, o número de asiladas deveria ser de quarenta, e a idade entre 7 e 12 anos. Segundo ainda esse Regulamento, as educandas deveriam aprender, além da leitura, escrita e ensinamentos cristãos, todas as prendas domésticas<sup>98</sup>. Em 1865, havia já 60 alunas e, dizia o Presidente Leitão da Cunha, que, no estabelecimento, cujo diretor, nesse ano era o Professor Sotero dos Reis, as asiladas vinham recebendo "excelente educação religiosa, moral e doméstica"<sup>99</sup>.

A partir do final dessa década, entretanto, através das propostas oficiais, denunciavam-se certas falhas na educação ministrada nesse estabelecimento e manifestava-se a necessidade de sua extinção. No início do decênio seguinte (1870), foi aprovada a Lei nº 918, autorizando o encerramento do Asilo e dispondo que as asiladas, em número de 30, fossem transferidas para o antigo Recolhimento<sup>100</sup>. Fechava-se, assim, o Asilo Santa Teresa.

#### 4.4. A Escola Agrícola do Cutim

O desenvolvimento do ensino agrícola foi incentivado no Maranhão pela Administração Provincial, através da criação (1859) da Escola Agrícola, conhecida como Escola Agrícola do Cutim. Segundo o próprio Regulamento, que organizava essa escola, expedido em 10 de dezembro de 1859,

96) Relatório Eduardo O. Machado, 3/5/1855, p. 24.

97) Idem, p. 24

98) Regulamento de 16/1/1855, baseado na Lei nº 367 de 24/6/1854, art. 23 (Relatório Eduardo O. Machado, 3/5/1855, Anexo nº 5)

99) Relatório Ambrósio Leitão da Cunha, 23/4/1865, p. 31.

100) Relatório José da Silva Maia, 3/11/1870, p. 67.

ela tinha como finalidade:

- "Ensinar prática e teoricamente à mocidade da Província a profissão de lavrador, como aprendizes agrícolas.
- Instituir uma série de experiências e ensaios concernentes ao melhoramento do sistema atual da nossa lavoura, criando, ao mesmo tempo, um centro de observação e demonstrações práticas.
- Transplantar para a Província os métodos e processos agrícolas, cuja proficiência houver sido abonada por esca-recida e constante experiência dos países estrangeiros mais adiantados"<sup>101</sup>

Dado o tipo de relações sociais vigentes no Maranhão dessa época, destinou-se, na prática, a Escola do Cutim apenas à formação de feitores, a fim de dirigirem as fazendas. O próprio Presidente Cunha Paranaguá, fundador dessa escola, reconhecendo esses condicionantes sociais dizia que o objetivo primeiro da Escola era formar bons feitores, homens capazes de dirigir com proveito quaisquer fazendas<sup>102</sup>.

Para ministrar aulas nessa Casa foi autorizada a ida para Europa de três jovens, que deveriam estudar agricultura, e, ao retornarem, ensinar nessa escola. Com o fim ainda de ensinar na Escola, dois jovens, que já estudavam na Europa Ciências Naturais, às expensas da Província, receberam ordens, para se dedicarem aos estudos agrônômicos.

A Escola Agrícola do Cutim foi aparelhada com diversos instrumentos agrícolas, arados, semeadeiras, desca

<sup>101</sup>) Regulamento baseado na Lei nº 446 de 6/9/1856, publicada do no Jornal O Observador, S. Luís nº 626, 18 dez. 1858, p. 1.

<sup>102</sup>) Alocução com que o Exmº. Sr. Presidente da Província abriu a escola prática d'agricultura em 7/4/1859, Jornal A Imprensa nº 29, 10 abr. 1859, p. 1 e 2.

roçadores de algodão, etc. Vieram para a Escola dos Estados Unidos sementes selecionadas dos diversos gêneros cultiva dos na Província. Foram trazidas também da Europa cabeças de gado-vacum de raças superiores, além de livros para for mar a biblioteca da Escola. Contratou-se, para dirigir esse estabelecimento, o técnico francês Luis Clement, que morava nos Estados Unidos, onde administrava estabelecimentos ru rais<sup>103</sup>. Para maior incentivo ao ensino agrícola, o Gover<sup>no</sup> Provincial concedeu, em 1861, uma verba de 150 contos.<sup>104</sup>

O Relatório de 1861 da Comissão Diretora dessa Escola traz minuciosas informações a respeito dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nesse estabelecimento, den tre os quais se destacava o cultivo, através do arado, de diversos gêneros como algodão, cana, milho, arroz, feijão, mandioca etc. Havia, por essa época, apenas nove aprendi zes<sup>105</sup>. Nesse mesmo ano, o Presidente Sousa Aguiar citava o Regulamento que normalizava a entrada de escravos para a Escola do Cutim<sup>106</sup>.

Em 1863, foi contratado Mr. Durand da Escola de Grignon, na França, para dirigir a Escola. Havia, por es sa época, 16 aprendizes. Mr. Durand, alegando os limitados resultados da Escola, devido sobretudo à sua má localiza ção, pediu demissão de seu cargo, pouco tempo depois de ter assumido (1864)<sup>107</sup>.

Em 1865, o Presidente Leitão da Cunha suspen deu a Escola do Cutim. Três foram os motivos apresentados, justificando essa medida extrema:

- 1 - a exposição de Mr. Durand sobre a má loca lização da Escola.
- 2 - a falta de recursos para mudá-la de local.

103) Idem, p. 1 e 2.

104) VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 26.

105) Relatório da Comissão Diretora de 20/3/1859 (Anexo nº 8 do Relatório João Silveira de Sousa, 3/5/1860).

106) AGUIAR, Sousa apud NOACYR, Primitivo, op. cit. p. 197

107) Relatório Ayres do Nascimento, 3/10/1864, p. 16.

3 - a indeclinável necessidade de economia no emprego das rendas provinciais<sup>108</sup>.

"Lamentável malogro de uma justa aspiração arquitetada num surto de intenso entusiasmo e grandes esperanças..."<sup>109</sup> exclamava mais tarde o historiador Viveiros sobre o insucesso dessas medidas de incentivos ao ensino agrícola no Maranhão que não passaram de um projeto frustrado. As razões desse malogro se explicam através do quadro político-econômico da época e, em especial, devido ao tipo de relações sociais vigentes no Maranhão dessa época.

---

108) Relatório Ambrósio Leitão da Cunha, 23/4/1865, p. 32 e 34.

109) VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 26.

## CAPÍTULO II

## AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO MARANHÃO NO IMPÉRIO

*"Não é certo que a situação econômica seja a única causa ativa e todas as outras um efeito puramente passivo, mas antes de tudo trata-se de uma ação que evolui sobre a base fundamental da necessidade econômica, que é, em última instância, o que se impõe constantemente (...). Não se trata, portanto, como muitas vezes tende-se a imaginar por comodidade, de um efeito imediato da situação econômica, mas do fato de que os homens realizam pessoalmente a sua história, embora os façam inseridos num meio que lhes foi dado e os condiciona, na base de circunstâncias reais e pré-estabelecidas, entre as quais são, em última instância, as econômicas, as decisivas e as que configuram o único fio condutor que leva à compreensão do fato histórico".*

Friedrich Engels

Neste capítulo, procura-se recuperar a dinâmica da economia maranhense, subjacente às propostas e realizações educacionais, num esforço de reconstrução do todo social desse período, para uma maior compreensão do sentido dessas próprias propostas e realizações educacionais.

A economia maranhense, nessa época, atravessou

sérias dificuldades, devido, sobretudo, às desvantajosas condições de concorrência para os produtos agrícolas no mercado externo e à desarticulação do regime escravista.

Durante esse período, verificou-se um grande esforço dos lavradores, sobretudo a partir da década de 40, para enfrentar essas dificuldades. Contudo, após os anos 70, a situação tornou-se mais grave, causando, no final do Império, o desmoronamento de inúmeras fazendas, especialmente das produtoras de cana de açúcar.

### 1. A produção e a exportação maranhenses no século XIX.

A situação do Maranhão, nos primeiros tempos de sua colonização, foi deveras difícil. A economia, bastante acanhada, fundava-se na exploração de alguns poucos gêneros agrícolas destinados a subsistência. As exportações eram, portanto, limitadas e raras. Gaioso, que escreveu sobre o Maranhão no início do século XIX (1813), deixou uma descrição interessante sobre as condições de vida maranhense nesses primeiros tempos de sua colonização. Dizia este escritor que a produção da capitania era bastante reduzida, destinada apenas para o consumo interno e que o comércio era insignificante. Limitava-se à produção das culturas de arroz vermelho, farinha de mandioca, milho, mamona, algum café etc. Observava, ainda, que havia uma pequena produção de algodão que os nativos fiavam transformando emovelos e rolos de pano usados em suas pequenas permutações de compra e venda. Afirma ainda Gaioso:

*"Enquanto ao comércio, ele não passava da exportação desses mesmos rolos de pano para os centros da capitania e das outras de Minas Gerais e Goiás, sendo seu retorno em ouro em pó, ou em barra. Apenas, entrava na ilha um navio de ano em ano, incluído na frota que todos os anos saía de*

*Lisboa e Porto para o Brasil, em março e pelos meses de setembro e outubro se tornava a unir a frota que devia partir para Portugal, comboiado por embarcações de guerra. Já se vê quão poucos podiam ser os efeitos [mercadorias] que vinham da capital e os produtos coloniais de retorno. A colônia achava-se no seu princípio, não havia moeda, não havia comércio, nem agricultura".<sup>1</sup>*

A partir de meados do século XVIII, a economia maranhense sofreu grandes transformações. O Maranhão foi inserido na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil, como área produtora de gêneros tropicais agrícolas e como centro consumidor de manufatura.

Com o estabelecimento da produção mercantil escravista, o Maranhão ganhou, pois, uma nova configuração social, um novo caráter regional. A produção e a exportação de alguns gêneros, como o algodão e o arroz, se expandiram, provocando um verdadeiro surto de progresso material para o Maranhão.

*"Vivia-se, realmente, uma atmosfera de bem-estar e de prosperidade. São Luís era o centro urbano de maior vitalidade, como sede do Governo. Prosperava a olhos vistos. Alcançava o 4º lugar entre as cidades brasileiras. As casas de dois e três pavimentos, conforme o pronunciamento de Spix e Martius, são, na maioria, construídas de grês de cantaria, e a comoda disposição de seu interior corresponde ao exterior sólido do conjunto bur*

1) Gaioso foi um fazendeiro maranhense que viveu no fim do século XVIII e início do XIX. Deixou a obra Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura do Maranhão, sobre o Maranhão do início do século XIX.

guês. A cidade dividia-se em bairros. O mais antigo e populoso chamado da Praia Grande, era justamente aquele que oferecia o aspecto altaneiro do descritivo. O 2º bairro, o de N. S. da Conceição, estava constituído de residências circundadas de jardins e pomares. A população da cidade somava 30.000 pessoas"... (...)

"Estabelecimentos comerciais e ingleses, o que justifica a presença de cônsules da França e Inglaterra, contribuem para dar à cidade o nível cultural que a distinguia no país.

"Alcântara era o 2º núcleo em importância social. Moravam nela 8.000 pessoas. Havia casas solidamente construídas de pedra e cantaria e ativo comércio que assegurava grande bem-estar material aos habitantes".<sup>2</sup>

A produção mercantil de algodão e de arroz, base desse desenvolvimento material, conheceu grande expansão até aproximadamente os anos 30, quando começou o declínio das exportações de arroz e houve uma certa estagnação na produção algodoeira.

A datar dos anos 40, surgiu a exploração de um novo gênero exportável, o açúcar, que esteve em expansão até o começo da década de 80. A partir daí as exportações desse gênero começaram a declinar.

### 1.1. O algodão

O algodão, produto nativo brasileiro, era pro

2) HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico. São Paulo. Difel - 1978. p. 141. v. 4

duzido no Maranhão, até meados do século XVIII, em quantidades insignificantes. Servia, depois de fiado e tecido em panos grossos, para vestimenta dos escravos, índios e dos colonos mais pobres. Os novelos de fio e panos, dada a falta de moedas na capitania, chegavam inclusive a circular como dinheiro. Tão arraigado foi esse uso que, no início do século XIX, muitas vezes, exprimiam-se ainda naquelas mercados os valores monetários locais: novelo de fio por 100 réis e rolo de pano por 10\$000.

Até essa época, o algodão não tinha papel de destaque na Europa. Somente a partir do século XVIII esse produto passou a ser procurado com intensidade, vindo a tornar-se na principal matéria prima industrial do momento.

Com o aumento da procura desse gênero na Europa, já não bastavam os antigos e tradicionais fornecedores do Oriente, vindo a América, inclusive o Brasil, a tomar parte no comércio algodoeiro, como áreas exportadoras.

No Brasil, foi a capitania do Maranhão uma das regiões onde mais se desenvolveu a cultura algodoeira, nessa época. Seu cultivo, em grande escala, iniciou-se com os incentivos dados pela política pombalina, através da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). Essa Companhia, para estimular a produção desse artigo no Maranhão, introduziu mão-de-obra africana, forneceu instrumentos agrícolas e créditos aos lavradores e estabeleceu a navegação regular com o Reino. O algodão maranhense começou a ser exportado com regularidade a partir de 1760, sob o estímulo, como já disse, do aumento do consumo externo, principalmente o português e o britânico.

*"No primeiro caso destaca-se a política colbertista do Marquês de Pombal que objetivava minimizar os efeitos do tratado de Methuen em 1703. Com este propósito o Estado Português favoreceu a instalação de manufaturas de tecidos em Portu*

gal e concedeu incentivos à cultura do algodão na Baixada Maranhense, no Grão-Pará e também no Nordeste (...)

"Outro determinante poderoso foi o aumento das necessidades de fio de algodão, principalmente na Inglaterra, devido ao crescimento da produção têxtil. Esta última desenvolveu-se sob o impulso de inovações técnicas que convergiram na chamada Revolução Industrial; a invenção do fuso de Arkwright e da máquina a vapor de Watt, em 1769, seguidos pelo tear mecânico de Cartwright em 1789".<sup>3</sup>

Além desses fatores, o algodão maranhense ainda foi beneficiado.

"com a guerra da independência dos Estados Unidos (1775-83), com as leis de embargo e de proibição de intercâmbio (Embargo and Non - Intercourse Acts), de 1807-1810, e com a guerra de 1812-15, que privaram as indústrias têxteis inglesas do algodão norte americano..."<sup>4</sup>

Desse modo, a produção maranhense pôde beneficiar-se de condições altamente propícias para desenvolver-se e capitalizar-se.

"A pequena colônia [maranhense], em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim

3) ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1981, p. 73-74.

4) EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 32.

*da época colonial, recebendo em seu porto de cem a cento e cinquenta navios por ano e chegando a exportar um milhão de libras".<sup>5</sup>*

A partir, porém, da década de 30, as exportações do algodão, no Maranhão, em considerável expansão até essa data (veja Tabela VI), começaram a estagnar-se, devido, sobretudo, ao aumento da produção dos Estados Unidos e da Índia.

Em decorrência, em grande parte, da concorrência americana e oriental, o algodão brasileiro sofreu séria perda de posição na exportação nacional, vindo o café produzido no Centro Sul do Brasil a tornar-se o principal artigo exportável. Já na metade do século (XIX), o café alcançava 50% do valor total da exportação, atingindo, na última década desse mesmo século, os 65%.<sup>6</sup>

Com a concorrência externa, o algodão maranhense veio a sofrer constantes quedas de preço. Em 1815 a arroba, no Maranhão, era vendida a um preço que variava de 9:000 réis a 12:000 réis. Em 1820, esse preço já tinha caído para 4:000 réis<sup>7</sup>, conservando-se mais ou menos nessa base até a metade do século. Na década de 50, houve uma ligeira elevação desse preço. No quinquênio de 1852-53 a 1856-57, o termo médio da arroba<sup>8</sup> foi de 5\$288. Com a Guerra da Secessão dos Estados Unidos, o preço do algodão se elevou bastante. Nessa época, a arroba, no Maranhão atingiu o preço de 17\$920. Nesse período o valor das exportações eleva

5) FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1970, p. 91

6) SODRÉ, Nelson Werneck, Formação Histórica do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 256.

7) Relatório Antonio C. da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 76.

8) Relatório Franklin A. de Menezes Dória, 28/10/67, p. 33

9) Idem p. 33.

ram-se consideravelmente, conforme se pode ver na Tabela VII. Após a guerra, esse preço veio a diminuir, sobretudo depois dos anos 70, chegando a aproximar-se aos preços anteriores à guerra, conservando-se, mais ou menos nessa situação, até o fim do Império (Veja Tabela VIII).

Os produtores locais, face à dura concorrência e à baixa dos preços, não foram capazes de viabilizar medidas que enfrentassem a situação e recuperassem a expansão das exportações.

Apesar da estagnação das exportações, o algodão maranhense ainda constituía uma das principais fontes de renda da Província. Em 1821, numa Receita de 518:516\$965, esse artigo contribuiu com quase a metade dessa importância,<sup>10</sup> ou seja, com 219:981\$016. Em 1867, dizia o Presidente Menezes Dória que o algodão era quase o único recurso da lavoura da província, pois, em épocas normais, representava 3/4 a 4/5 da produção total<sup>11</sup>. A Tabela IX mostra a importância da produção do algodão, face à produção total da Província, nos quinquênios de 1852 a 1862. Dessa forma, o algodão que havia perdido a expressão maior que alcançara na exportação brasileira, no início do século, continuou ainda, no Maranhão, como uma das principais fontes de divisas dessa Província.

## 1.2. O arroz

O arroz, ao lado do algodão, foi também um produto incentivado pela Companhia de Comércio, criada por Pomal, em 1775. Até então o arroz cultivado na Província, produzido em escala bastante reduzida, apenas para a subsistência interna, era o arroz nativo vermelho, chamado de "arroz da terra".

10) SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil. Melhoramentos IHGB-MEC. 1976, p. 257 v. 2

11) Relatório Franklin A. de Menezes Dória, 28/10/1867, p.33

Com os incentivos da Companhia, devido à demanda externa desse gênero, sobretudo, em Portugal, passou-se a cultivar no Maranhão o arroz branco, ou da Carolina, com maior aceitação nos mercados de consumo. Para promover a cultura desse arroz, a Companhia teve que proibir a cultura do arroz vermelho, fazendo distribuições de sementes da nova espécie, dando aos produtores desse gênero os mesmos incentivos dados aos cultivadores de algodão.

*"A Coroa mostrava-se, com efeito, cada vez mais interessada no fomento da orizicultura maranhense. Portugal era país deficitário em trigo. A carência cerealífera foi uma constante na história econômica portuguesa. As frotas do arroz colonial ajudariam a Coroa a resolver a aflitiva fome do pão".<sup>12</sup>*

Além desse fator, a produção de arroz maranhense foi ainda favorecida com a exclusão temporária da produção similar americana dos mercados consumidores europeus.

*"A independência dos Estados Unidos e a guerra anglo-americana que se seguiu criaram, na verdade, circunstâncias bonancosas ao arroz do Maranhão... A guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra cortou as grossas correntes do tráfico atlântico americano de produtos tropicais mercantilizáveis - arroz, algodão, açúcar e tabaco - favorecendo, sobremaneira, a agricultura comercial do norte do Brasil..."<sup>13</sup>*

Em razão desses fatores favoráveis, a exportação cresceu consideravelmente até as duas primeiras décadas

<sup>12)</sup> DIAS, Manuel Nunes. A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Pará, Universidade Federal do Pará. 1970. p. 445-446 v. 1

<sup>13)</sup> Idem p. 446

do século XIX (Veja Tabela X). Segundo dados colhidos na fala do Presidente O. Machado, no período de maior expansão (1812-1821), o termo médio da produção exportada foi de 66.889 sacas, ou 347.262 arrobas, no valor total de 324.633\$013.<sup>14</sup> Infelizmente não foi possível obter dados mais completos sobre a exportação do arroz em todo o período examinado, porém o que se pode notar é que houve, a partir de meados do século XIX, um declínio das exportações de arroz no Maranhão. No decênio de 40, o termo médio das exportações havia se reduzido a quase a metade do termo médio verificado no decênio, 1812-1821, atingindo a 33.012 sacas ou 159.827 arrobas,<sup>15</sup> no valor de 186.366\$092. No entanto o preço do arroz exportado parece não ter sofrido queda, ao longo desse período. No decênio 1812-1821, o preço médio da arroba era de \$935, enquanto que, no decênio de 40, esse preço médio atingiu<sup>16</sup> a 1\$169. Faltam-me, porém, informações mais seguras para uma análise entre o preço médio do arroz e o declínio das exportações desse produto.

Embora as exportações tenham declinado, o volume da produção de arroz conservou-se mais ou menos o mesmo. No início do século, a produção era avaliada em cerca de 560.000 alqueires<sup>17</sup>. Na segunda metade do século (1860), a produção não sofrera grandes diferenças, sendo calculada em torno de 544.500 alqueires<sup>18</sup>. Isso ocorreu em virtude do aumento do consumo interno. O arroz, juntamente com a mandioca, constituíam-se os principais alimentos da população maranhense dessa época<sup>19</sup>.

14) Fala Eduardo O. Machado, 7/9/1851, p. 28.

15) Idem.p. 25.

16) Idem. p. 25.

17) SPIX e MARTIUS, op. cit. p. 261.

18) Alamanak - Tipografia do Progresso. S. Luís, Ma. 1862 p. 78.

19) Relatório Antônio Cândido da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 82 e 83.

### 1.3. O açúcar

A produção do açúcar no Maranhão, até meados do século XIX, foi bastante reduzida, insuficiente mesmo para o consumo interno, sendo, pois, necessário importar-se esse produto. No início do século XIX, a produção era avaliada em cerca de 1.000 arrobas e a importação feita, em geral, de Parnaíba e Paraíba, girava em torno de 12.000 a 16.000 arrobas.<sup>20</sup>

A partir aproximadamente dos anos 40, grande número de lavradores, sobretudo das regiões de Alcântara, Guimarães e Viana, diante da baixa rentabilidade da produção algodoeira, passou a cultivar a cana-de-açúcar. Segundo esses senhores, a produção de açúcar apresentava, sobre a do algodão, vantagens, como menor vulnerabilidade nos preços, inexistência de fortes concorrentes, como os Estados Unidos, além da existência de regiões propícias ao cultivo da cana. O Progresso, jornal que defendia a implantação dessa nova cultura, evidenciava suas vantagens, conforme se pode ver adiante.

*"É fora de toda dúvida que a fonte de riqueza e prosperidade da nossa Província será a indústria do açúcar, quer se considere a prosperidade do nosso clima e a natureza e fertilidade de nossas terras para a cultura da cana, quer se repita no Estado, a situação cada vez mais deplorável e mesquinha do nosso comércio de algodão e se alongue depois a vista sobre o vasto campo das transações exteriores, que a nova indústria oferece à Província, não só na atualidade, mas por muitos anos além. Calcula-se hoje em cerca de 900.000 toneladas inglesas a produ*

<sup>20)</sup> SPIX e MARTIUS, op. cit. p. 261

*ção de açúcar de toda a Europa e América, cuja soma distribuída pelos habitantes destas duas partes do mundo toca 7 libras a cada indivíduo. Vê-se, pois, de que grandes capitais empregados nestes ramos de riquezas trarão em resultado grandes interesses, e que as associações em indústria operam milagres, e considerando mais que em parte alguma a cana é tão produtiva como em nossa Província, o que se vai conhecendo pelos felizes ensaios tentados por alguns lavradores, nestes dois últimos anos, nas comarcas de Alcântara, Guimarães e Viana..."* <sup>21</sup>

Na verdade, na década de 40, o mercado externo apresentava-se mais ou menos favorável à produção do açúcar brasileiro, favorecendo o surgimento, nessa década e nas duas subseqüentes, de grande número de engenhos, no nordeste brasileiro. <sup>22</sup>

No Maranhão, a maior parte das unidades açucareiras que se estabeleceram nessa segunda metade do século, surgiram nesses decênios (final dos anos 40 e decênios de 50 e 60). Em 1856, informava o Presidente Cruz Machado que, dos engenhos existentes no Maranhão, dois eram movidos a vapor e o restante, a força hidráulica e a força animal. <sup>23</sup> Em 1860, o número de engenhos havia atingido a 410, sendo 284, ou seja 69%, movidos a vapor e a força hidráulica. Apenas 33%, o que correspondia a 136 engenhos, eram de tração animal. <sup>24</sup> Em 1862, havia 15 engenhos a vapor, <sup>25</sup> o que correspondia a 3,6% dos 410 engenhos existentes em 1860.

21) Jornal O Progresso, apud VIVEIROS, Jerônimo de. História da Indústria do Comércio do Maranhão 1612-1895. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1954, p. 204, v. 1.

22) EISENBERG, Peter L. op. cit. p. 148.

23) Relatório Antônio C. da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 80.

24) VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 200, v. 1.

25) O Presidente Campos Melo em seu Relatório de 27/10/1862 informava que havia na Província do Maranhão, em 1862, cerca de 15 engenhos movidos a vapor (Rel. 27/10/1862, p. 43).

Em Pernambuco, província que nessa época liderava a exportação de açúcar no Brasil, dos engenhos existentes, em 1857, somente 2% usavam máquina a vapor. Isso evidencia que o Maranhão iniciava-se na exploração da agro-indústria do açúcar, tentando a mecanização dessa produção. Contudo, a produção brasileira de açúcar estava bastante atrasada, tecnicamente, em relação aos produtores concorrentes. Em Louisiana (EUA), em 1840, os engenhos a vapor superavam, em número, os de energia animal. Em Cuba, em 1860, 70% dos 1.358 engenhos existentes usavam energia a vapor.<sup>26</sup>

O Maranhão possuía, em 1870, cerca de 500 engenhos, sendo o vale do Pindaré o centro de maior produção, vindo em segundo lugar o município de Guimarães<sup>27</sup>. As primeiras exportações de açúcar datam dos anos 50, expandindo-se até o início da década de 80 (Veja Tabela IX). Infelizmente não se pode obter dados mais completos sobre as exportações, a partir do decênio de 80. Pode-se no entanto, observar um certo declínio das exportações de açúcar, após essa data. Os documentos da época examinados evidenciam que houve, realmente uma grande crise nas exportações desse produto. Isso me leva a concluir que a produção canavieira no Maranhão começava a arruinar-se.

Na realidade essa crise começou a evidenciar-se bem antes dessa data. Notou-se que, a partir dos anos 70, os senhores de engenhos queixavam-se das dificuldades que enfrentavam para conseguir um preço compensatório para o açúcar. Essas dificuldades advinham, sobretudo, da concorrência feita pelo açúcar de beterraba, provocando uma violenta queda nos preços. Essa queda de preços pode ser verificada na Tabela de Preços (Tabela VIII), que, apesar de exprimir os preços do conjunto da exportação de açúcar brasii

26) Dados sobre os engenhos de Pernambuco e dos Estados Unidos e de Cuba colhidos na obra de EISENBERG, Peter, op. cit., p. 26, 41 e 62.

27) VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 207, v. 1.

leiro, serve como parâmetro, podendo-se avaliar, através de la, a situação, com relação a preços do açúcar, no Mara  
nhão.

*"Os produtores de açúcar de beterraba in vadiram e conquistaram o mercado mundial, os produtores de açúcar de cana, que antes tinham mais de 90% do mercado mundial (ao redor de 1840) ficaram reduzidos a menos de 50% da demanda universal, pelo início do século XX"<sup>28</sup>*

Essas condições de concorrência desfavoráveis afetaram terrivelmente a produção açucareira maranhense, não encontrando os fazendeiros meios de enfrentar a situação. Os custos da produção estavam em desequilíbrio com o valor da venda do produto. O Jornal da Lavoura, órgão ligado aos interesses da grande lavoura, diagnosticava a situação, em alguns de seus muitos artigos sobre o assunto:

*"Não é pois, para admirar que o aumento da nossa produção de açúcar e de algodão nada tenham influido em benefício do lavrador, porquanto é claro que, se por um lado a produção cresceu ao duplo, por outro manteve-se a mesma desproporção, que lhe absorvia os lucros, continuando a ser enorme a despesa da produção, em relação aos baixos preços do produto..."*

*"Ora de três anos para cá os preços do açúcar tem retrogrado de 2\$200 a 2\$000, 1\$800, 1\$500; e o do algodão tem se conservado sempre inferior a 8\$000, oscilando entre 6 e 7\$00 réis [a arroba]."*

*"Confrontai estes preços com a soma total [das] despesas de produção e tereis*

28) EISENBERG, Peter L. op. cit., p. 46.

a medida do desequilíbrio entre a receita e a despeza das nossas atuais indústrias açucareira e algodoeira e descobrireis a causa da sua improdutividade".<sup>29</sup>

Em outra edição, o jornal acrescentava:

"Todos sabem qual o lastimoso estado da nossa infeliz lavoura! A todos surpreende a progressão assustadora em que de crece o valor da nossa produção; ruino sas liquidações ameaçam a propriedade rural; os produtores esmorecem e, antecipando o fatal e triste acontecimento, vendem os escravos e abandonam importantes estabelecimentos de lavoura, centros agricolas, ainda hã pouco florescentes e cheios de vida e atividade industrial, despovoam-se; uns após outros e reduzem -se a êrmos..."<sup>30</sup>

Esse mesmo jornal propunha várias medidas, como alternativas para enfrentar a situação: estabelecimentos de engenhos centrais, criação de bancos hipotecários agrícolas, redução dos impostos de exportação, etc.<sup>31</sup>

29) Necessidades da Lavoura do Maranhão, Jornal da Lavoura, nº 2, 30 julho, 1876, p. 10. Dizia ainda esse jornal (nº 14, 30 dez. 1875, p. 115. "Ora quando se sabe que a lavoura não obtém um centil para ocorrer aos gastos de produção, para empreender melhoramentos e para a própria subsistência pessoal por uma taxa inferior a 10% que é o juro corrente na praça, a consequência matemática é o desequilíbrio entre a receita e despeza e o resultado inevitável a ruina do lavrador, cuja vida inteira se consome em cálculos enganadores e em esperanças que nunca se realizam".

30) Maranhão, 15 de março de 1876 Jornal da Lavoura, São Luís nº 19, 15 março. 1876, p. 153.

31) O Jornal da Lavoura, em seus 38 números publicados, quinzenalmente, de 15/6/1875 a 30/12/1876, defendia os interesses da grande lavoura maranhense, insistindo em medidas que considerava indispensáveis para o soerguimento da grande lavoura.

No início do decênio de 80, começou a funcionar o Engenho Central S. Pedro, no vale do Pindaré. Em que pese a fundação desse engenho, a situação da lavoura açucareira não se modificou, senão para se tornar ainda mais grave. As exportações, em declínio desde a década de 80, continuaram caindo, para desaparecer quase que totalmente no início do século seguinte.

#### 1.4. Os gêneros agrícolas de subsistência

Os gêneros agrícolas destinados à subsistência interna mais cultivados no Maranhão, nessa época, foram a mandioca, o milho, o feijão. Eram cultivados por toda a Província, nas unidades produtoras de gêneros exportáveis, nos quilombos, nas colônias indígenas, nos roçados das fazendas de gado, em toda parte.

Desses gêneros foi a mandioca o que mais se distinguiu em área e volume de produção, pois a farinha, produzida da mandioca, constituía-se um dos principais alimentos da população maranhense dessa época. Da mandioca também se fabricava a tapioca que era consumida em proporções bem reduzidas e mais procurada para exportação.<sup>32</sup>

Infelizmente, dada a precariedade das fontes consultadas, não se pode colher informações mais completas a respeito do volume da produção e do consumo desses gêneros. Os dados de que se dispõe permitem apenas que se dêem alguns poucos indicadores dessa produção e consumo, em alguns anos desse período em estudo.

A respeito da mandioca, pode-se observar que o volume e o valor da produção importada pela capital nos anos de 1852-53 a 1854-55 foram os que se vêem na Tabela XII.

<sup>32)</sup> Informava o Presidente Olímpio Machado (Rel. 3/5/1854 p. 35) que a mandioca se constituía o principal alimento da população da província e que dela se fazia a tapioca, que era procurada mais para exportação do que para o consumo.

Em 1854, dizia o Presidente O. Machado que o consumo anual da mandioca na capital era avaliado em torno de 120.000 alqueires, e que o consumo do interior era de cerca de 700.000 alqueires.<sup>33</sup>

A cultura da mandioca, adaptando-se bem entre as lavouras canavieiras, foi produzida em maior quantidade nessas regiões açucareiras, sobressaindo-se Guimarães, como o maior centro produtor. A Guimarães seguiam-se os municípios de Icatu e Viana.

Depois da mandioca, foi o milho o gênero mais explorado, servindo de alimento, sobretudo, para os animais e escravos. Na década de vinte, sua produção foi avaliada em cerca de 80.000 alqueires.<sup>34</sup> Já na metade do século, essa produção havia aumentado sensivelmente, variando em torno de 250.000 alqueires.<sup>35</sup> Os centros mais produtores eram Codô, Brejo, Coroatã, Viana, Guimarães e Alto-Meriam.

Quanto ao feijão, sua produção era bastante diminuta. No início do século, a produção de feijão foi estimada, por Spix e Martius em 12.000 alqueires.<sup>36</sup>

Outros gêneros agrícolas também cultivados nesse período foram o fumo, o café, o cacau, o gergelim, a anidiroba.

Verificou-se que, na primeira metade do século, houve uma maior carência de gêneros alimentícios, especialmente na capital e no vale do Itapecuru. Martius observou "*que em São Luiz ocorria por vezes falta tão absoluta de gêneros, que os habitantes tinham de se contentar com o arroz para escapar à fome*"<sup>37</sup> A mesma carência observou o major Francisco de Paulo Ribeiro, na zona do Itapecuru. Dis

33) Relatório E.O.Machado, 3/5/1854, p. 35.

34) SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 262.

35) Almanak, op. cit., p. 84

36) SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 262.

37) Apud. PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. S.Paulo, Ed. Brasiliense. s. d. p. 159.

se ele que a razão da falta desses gêneros se devia ao fato de estes artigos serem aĩ preteridos pelo do algodão.<sup>38</sup> Já na segunda metade do século, esses gêneros foram mais cultivados, observando-se uma maior abundância, com relação ao período anterior. Os Presidentes de Província, nessa fase, em seus Relatórios, reclamavam, com certa frequência, da carência e do elevado preço da carne verde, em São Luís. Contudo não reclamaram da falta de outros alimentos, nem mesmo em época de crise alimentar no país, como foi o ano de 1855. Nesse período, comentava o Presidente Paes Barreto que a carne, o peixe, a farinha, o milho, o feijão conservavam um preço favorável, apesar da crise; e que, conquanto não houvesse muita abundância desses gêneros, não havia, contudo, falta deles.<sup>39</sup>

Um subproduto também explorado, nesse período, e que ganhou certa expressividade com a expansão canavieira, foi a aguardente, anteriormente importada pela Província das ilhas e de Portugal.<sup>40</sup>

No começo do século, a produção era de cerca de 400 pipas. Em 1854, informava o Presidente O. Machado que a exploração desse gênero vinha crescendo consideravelmente, na Província, sendo sua produção, nesse ano, de cerca de 3.000 pipas, chegando-se a exportar, dessa quantidade, 400 pipas para o Pará.<sup>41</sup>

### 1.5. A Pecuária

Além da produção agrícola, também se desenvolveu a atividade criatória, que surgiu no Maranhão a partir

38) RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do Território de Pastos Bons, nos Sertões Maranhenses, Anexo CARDOSO, Clodoaldo, Pastos Bons, Rio de Janeiro, Departamento Estadual de Estatística, 1946, p. 63.

39) Relatório Paes Barreto, 13/4/1858, p. 14.

40) SPIX e MARTIUS, op. cit., p. 261 e 262.

41) Relatório Eduardo Olímpio Machado, 3/5/1854, p. 35.

da penetração das duas frentes pioneiras de criação de gado que se expandiram de Pernambuco e da Bahia. De Pernambuco foi a frente que se estendeu pelos denominados "*Sertões de Fora*", ocupando as regiões mais próximas ao litoral até S. Luís. Em função dessa expansão, cresceu o número de fazendas no Maranhão, especialmente nos campos das regiões litorâneas e nos vales do Mearim, Pindaré e Itapecuru. Essas fazendas, sobretudo as situadas nos vales desses rios, entraram em declínio, a partir da segunda metade do século XVIII, quando teve início a grande lavoura para exportação. As culturas algodoeiras e, mais tarde, a açucareira estenderam-se pelos vales desses rios, incorporando grande parte das terras antes destinadas à pecuária. A outra frente, a que saiu da Bahia, ocupou os chamados "*Sertões de Dentro*", atingindo, no século XVIII, o Maranhão, pelas regiões do Alto Itapecuru e do hoje município de Pastos Bons. Desses centros, sobretudo de Pastos Bons, as fazendas de gado se estenderam por todo o sul maranhense, constituindo-se no fator responsável pela conquista desse imenso território, que passou a ser chamado de Sertões. Essa região se estendia de leste a oeste, das margens do Parnaíba às do Tocantins, ao norte avançava até o Pindaré, e, ao sul, até à "fronteira" da Província.<sup>42</sup>

A pecuária tornou-se a atividade econômica básica desses Sertões. Dessa região foram exportados, no século XVIII, gado e carne seca para o nordeste. A partir, porém, do aumento do mercado de consumo interno, com a formação das unidades produtoras de gêneros exportáveis, a produção dos Sertões foi reorientada para o mercado maranhense.

Verificou-se, nas décadas de 50 e 60, grande preocupação dos governantes em criar uma infra-estrutura que favorecesse as comunicações entre os Sertões e as áreas constituídas dos centros de produção agrícola e das cidades e vilas mais importantes, facilitando, assim, o comércio en

42) RIBEIRO, Francisco de Paula. op. cit. p. 85.

tre essas regiões. Em razão desse interesse foram construídas as estradas de Anajatuba a Pedreiras; Pedreiras a Barra do Corda; Barra do Corda a Chapadinha; Chapadinha a Carolina, etc.

Não se tem idéia precisa da produção das fazendas maranhenses nesse período. Sabe-se que, nessa época, a importância de uma fazenda era medida pelo número de bezerros que amansava, sendo consideradas boas fazendas aquelas que amansavam de 1.000 a mais bezerros por ano. No Maranhão do início do século, segundo o Major Francisco de Paula Ribeiro, na obra aqui já citada p. 85, não havia uma só fazenda que atingisse a quota de uma boa fazenda, ou seja, que amansasse 1.000 bezerros. Em 1861, havia, em toda a Província 294.100 cabeças de gado, com uma produção anual de 74.675 bezerros, havendo 1.457 fazendeiros.<sup>43</sup> A produção, contudo, não dava para o consumo. Frequentemente, nos Relatórios dos Presidentes de Províncias, encontram-se comentários sobre a falta de carne no mercado de S. Luís e sobre seu elevado preço. Informavam ainda esses Relatórios que uma boa parte do gado e da carne seca consumidos era proveniente do Piauí. Em 1856 o consumo anual de gado em toda a Província, "*excluído o gado retalhado em carne seca*", era estimado em cerca de 85.000 cabeças.<sup>44</sup> Em 1854 o Presidente O. Machado informava que o número de cabeças anualmente importado do Piauí era de cerca de 15.000.<sup>45</sup> Nesse mesmo ano foram importadas 13.908 arrobas de carne seca.<sup>46</sup>

O couro, subproduto da pecuária, teve certa expressividade nas exportações maranhenses desse período. Sua exportação foi incentivada, a partir da atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e, ao longo do período

43) Relatório Francisco Primo de Sousa Aguiar, 3/7/1861, Anexo nº 11.

44) Relatório Antônio Cândido da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 84.

45) Relatório E. O. Machado, 3/5/1854, p. 37

46) Relatório Antônio Cândido da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 84.

em estudo, essa exportação manteve-se sem sofrer grandes oscilações. No período 1812-1820, o termo médio do número de couros e vaquetas exportados foi de 43.793, no valor de 49.644\$681, sendo o preço médio de 1\$341. No decênio de 1840-1849, o termo médio somente dos couros exportados foi de 38.609, no valor de 80.342\$138, com um preço médio<sup>47</sup> de 2\$200. Os Presidentes da Província, nos Relatórios examinados, entretanto, diziam, com frequência, que o couro exportado no Maranhão vinha, em sua maior parte, do Piauí e do Ceará.

## 2. As relações sociais de produção e suas contradições

Na primeira parte deste capítulo, ficaram evidenciadas uma estagnação das exportações dos gêneros mercantis e uma certa crise da economia maranhense. Os dados apresentados, entretanto, simplesmente exprimem a crise, mas não revelam seus determinantes mais profundos. É necessário, pois, segundo o enfoque aqui adotado, buscar essas determinações na estrutura das relações sociais então vigentes no Maranhão. Devido a isso, procura-se a seguir, estudar essas relações, bem como suas contradições e evolução. Tal análise, entretanto, só ficará mais completa e clara com a interpretação feita no capítulo III, onde as relações sociais são recuperadas como relações entre classes sociais, isto é, como forças sociais que se confrontam historicamente.

A análise das relações sociais levou a reconhecer, como eixo da problemática, a escravidão, em desagregação, nesse período. Deve-se, pois, observar a crise desse sistema e as tentativas de se estabelecerem novas relações sociais no Maranhão, através da colonização e imigração estrangeiras, da reforma da escravidão, da integração do índio, etc.

47) Fala E. O. Machado, 7/9/1851, p. 21.

## 2.1. O trabalho escravo e a crise econômica.

A organização social da produção no Maranhão passou por significativas mudanças, a partir de meados do século XVIII, com a expansão de sua economia, em bases mercantis e escravistas. A introdução do escravo negro trouxe, como consequência imediata, a libertação de um contingente de índios e caboclos, até então explorados como escravos e que ficaram, a partir daí, em atividades periféricas e marginais.

Dessa data em diante, cresceu o afluxo de africanos para o Maranhão. No início do século XIX, já a população escrava apresentava-se um pouco superior à população livre. Em 1822, havia no Maranhão 77.914 escravos e 74.979 homens livres. A maior parte desses cativos, quase 90%, estava trabalhando nas lavouras de algodão e de arroz. A expansão das relações sociais de produção de base escravista com a vinda dos escravos africanos marcou profundamente a história econômica e social do Maranhão, aviltando o trabalho e influenciando no próprio relacionamento entre os homens livres. O trabalho escravo baseava-se fundamentalmente na coerção física. O escravo era propriedade do senhor, representava-lhe, não apenas, fonte de trabalho, mas também "renda capitalizada".<sup>48</sup> O escravo, portanto, significava para o senhor, antes de qualquer outra coisa, uma mercadoria preciosa e ainda um instrumento gerador de trabalho, de riqueza.

No Maranhão dessa época, todo e qualquer trabalho físico era desempenhado pelos trabalhadores escravos. Nas zonas rurais, eles se destinavam, sobretudo, aos trabalhos na grande lavoura, desde o desmatamento até a colheita dos gêneros e sua transformação em produtos prontos para a comercialização. Ocupavam-se, ainda, do transporte desses

---

48) Sobre esse assunto ver MARTINS, José de Sousa O cativo ro da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

artigos até os pontos de escoamento, e da construção e reparo dos caminhos. Cuidavam também da produção dos gêneros de subsistência: mandioca, milho, feijão. Deveriam ainda, nas horas em que não estivessem ocupados com esses misteres, dedicar-se à pesca que servia de complemento à sua alimentação. Todas essas tarefas eram realizadas sob a direção do feitor que os vigiava, deles exigindo a mais irrestrita obediência e produtividade no trabalho. As condições de existência eram as mais precárias possíveis, muitas vezes nem apenas suficientes para garantir a reprodução dessa força de trabalho. Viviam, pois, mal vestidos, dormindo nas senzalas sem nenhum conforto, alimentando-se, em geral, de milho cozido, de farinha e de arroz adubado unicamente com a "v<sup>i</sup><sub>49</sub> nagreira" e comendo raríssimas vezes um pouco de carne. Nas cidades e vilas, os escravos dedicavam-se aos trabalhos domésticos e aos mais diversos ofícios: sapateiros, alfaiates, barbeiros, carpinteiros, pedreiros etc.

A partir, principalmente, da segunda metade do século XIX, com a extinção do tráfico negreiro, o regime escravista no Brasil começou a desmoronar-se. A interdição de 1850, rompendo com a corrente de suprimento dessa mão-de-obra, introduziu um elemento fundamental de desintegração dessa ordem social.

Antes, porém, de decretada a extinção definitiva do tráfico de africanos (1850), no Maranhão, um movimento popular, A Balaiada, provocado pela classe inferior de homens brancos e inclusive pelos quilombolas, já havia ameaçado drasticamente a ordem escravocrata. Esse acontecimento exigiu da classe senhorial a utilização de ajustamentos e novos mecanismos de controle, a fim de estabilizar a vida política e social da Província.

Com a interdição de 1850, a classe senhorial maranhense foi atingida mais uma vez, agora, sobretudo, em

---

49) Duas palavras sobre a nossa agricultura, O Globo, nº 57, 14 jan. 1859.

suas bases econômicas. Essa classe, entretanto, procurou adaptar-se à nova situação, através da implementação de medidas alternativas, visando salvaguardar as suas bases materiais de dominação. Verificaram-se, portanto, no Maranhão, em resposta ao problema identificado como de falta de braços, inúmeras propostas e medidas para enfrentar a situação, e impulsionar a produção mercantil. Essas propostas, que serão examinadas mais adiante, contudo, não solucionaram a crise que se tornou cada vez mais grave, com o desencadeamento do processo de desarticulação do sistema escravista. Em 1871, a Lei do Ventre Livre, estancando a fonte vegetativa de escravos, constituiu-se em mais um golpe de integrador desse sistema, contra o qual reagiram os fazendeiros maranhenses. Segundo Emília Viotti da Costa,<sup>50</sup> a maior resistência encontrada pelo Ministério ao projeto de emancipação de nascituros veio da deputação das Províncias do centro-sul e da Província do Maranhão e Rio Grande do Sul. Ao lado da crise social, a brusca queda de preços dos produtos mercantis maranhenses, a partir dessa época, agravou mais ainda a situação da economia. Segundo a maioria dos fazendeiros, havia um desequilíbrio entre as despesas da produção e a renda da venda dos produtos, o que os onerava fundamentalmente. Contra essa situação lutavam os fazendeiros, empregando vários meios, como a venda de escravos para o sul, negócio que, nessa época, passou a ganhar vulto no Maranhão, alimentando, dessa forma, o tráfico interprovincial do Brasil. Essa medida, no entanto, não resolveu, senão agravou a situação, uma vez que, através dela, o fazendeiro desfazia-se de um bem, o escravo, que para sua lavoura tinha dupla função. *"De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado da produção"*.<sup>51</sup> Por esse motivo era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro

50) COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia, São Paulo, Difusão Européia do Livro, p. 389.

51) MARTINS, José de Sousa, op. cit., p. 26.

deiro obtivesse dos bancos, ou dos comerciantes (ligados à comercialização do algodão e do açúcar) os recursos financeiros necessários para o custeio de suas lavouras.<sup>52</sup>

Além da transferência de escravos para o sul, as fugas que, nesse período, se tornaram muito mais frequentes e até acintosas, as mortes e as alforrias também contribuíram para a redução do número de escravos no Maranhão. Na metade do século, o número de escravos na Província passava dos cem mil, enquanto que já em 1874, esse número decrescia para 73.245 escravos, dos quais 54% encontravam-se trabalhando nas lavouras.<sup>53</sup>

No início da década de 80, mais uma medida governamental, a Lei dos Sexagenários, atingiu o regime escravista, que veio a extinguir-se definitivamente, no final da década, com a Lei Áurea (1888). Essa Lei foi um golpe fatal para a lavoura maranhense que já vinha sofrendo, com a crise de desintegração do escravismo e com os efeitos da desfavorabilidade do mercado externo.

## 2.2. A reforma da escravidão

Dada a crise de desintegração do sistema escravista, os senhores fazendeiros maranhenses demonstraram, sobretudo nos decênios 50 e 60, uma certa preocupação com a melhoria do tratamento do escravo. Argumentavam, na época, que, dada a falta de braços, e a dificuldade em repor "máquinas" tão importantes, era necessário poupá-las, para benefício do senhor. Além do mais, o acréscimo que se verificou no preço do escravo, aumentando o capital disponível do fazendeiro, tornava o escravo um bem mais precioso ainda. Além dessas vantagens, frisavam também que um melhor tratamento do escravo contribuía para uma maior produtividade desse trabalhador. A constituição e defesa da família

<sup>52)</sup> Idem. p. 26

<sup>53)</sup> Relatório Gomes de Castro, 18/4/1874, Anexo nº 1.

do escravo (meio que contribuira para o aumento da escravatura existente) foram, nessas propostas, muito cogitadas. A Imprensa, jornal que defendia os interesses dos fazendeiros, a respeito dessa questão dizia em um de seus vários artigos que tratava o assunto:

*"...destes dois móveis (bens e família) é que o escravo se acha privado, e por isso é que ele não ama o trabalho e a economia... Restituamos-lhe, ainda que em parte somente, estes dois grandes incentivos de trabalho e economia; demos-lhe uma família, e uma pequena propriedade, interessemo-lo no aumento da produção e da riqueza que ele nos indenizará com larguesa desse pequeno sacrifício.*

*"Tenha o escravo algum interesse na produção, uma diminuta porcentagem; sejam sempre respeitadas as suas relações de família e castigados os perturbadores dessas relações; sejam bem alimentados, bem vestidos, e tenham habitações cômodas; permita-se-lhes alguma propriedade e que por sua morte continuem seus descendentes no gozo d'ela; que o trabalho será feito com gosto e dedicação, e o seu produto avultará necessariamente"<sup>54</sup>*

No trecho abaixo, o artigo revela qual a questão de fundo, ou seja, a não reprodução do trabalhador escravo devido à super exploração:

*"O mau senhor consegue em verdade muitas vezes duplicar suas colheitas, mas sempre o déficit dos mortos fica sem supri*

<sup>54)</sup> A escravatura, "A Imprensa", S. Luís, nº 45, 5 jun. 1858, p. 1 Grifo meu.

mento, e seus filhos pagam de ordinário com a pobreza a maldade do pai. Ao passo que o bom senhor conserva ou aumenta o número de seus escravos, e sempre deixa aos filhos alguma fortuna com a tradição de suas virtudes.

"O escravo extenuado de fadiga e vigília não pode prestar a devida atenção ao trabalho, nem fazê-lo com gosto e dedicação - é uma máquina cujas molas se vão gastando todos os dias e que em breve se deteriora e arruína. Antigamente era fácil substituir uma máquina desta por outra, e a cobiça nada tinha que ver com a humanidade; mas hoje o próprio interesse aconselha que se poupem as forças e a existência do escravo"<sup>55</sup>.

Dessa forma, reconheciam os fazendeiros o mau trato dispensado aos escravos e os efeitos prejudiciais desse comportamento que desgastava rapidamente um bem precioso e cada vez de mais difícil aquisição.

Dizia ainda o jornal O Observador que deveria haver leis que obrigassem os senhores a tratar os escravos como homens, pois, desse modo, a escravidão não seria um "grande mal", mas um serviço feito à civilização, pois só quem não conhecia o "caráter afidalgado" dos brasileiros poderia sustentar que se pudesse passar sem escravos<sup>56</sup>.

O Presidente O. Machado também aconselhava o melhoramento do trato do escravo, afirmando que, para soerguer a agricultura, era necessário promover o melhoramento da raça escrava, através de leis que lhe aperfeiçoassem a condição<sup>57</sup>.

55) Idem p. 1. grifo meu

56) Causas especiais da decadência do Maranhão, O Observador, n.ºs. 84 e 85, 24 jan. 1849.

57) Relatório Eduardo Olímpio Machado, 1/11/1853, p. 33.

Muitos fazendeiros, por conseguinte, viam no apego à escravidão uma solução para recuperação da economia mercantil.

Nessas propostas de melhoria do tratamento do escravo, estava incluída também a idéia de melhor qualificação da mão-de-obra. "A reforma da agricultura importa, necessariamente, na reforma da condição moral e intelectual do escravo", dizia A Imprensa<sup>58</sup>. Por essa época, anunciava o fazendeiro de algodão, Sr. Lopes (participante da Comissão de estudo que fora aos Estados Unidos), que habilitava um escravo no uso do arado e de outros instrumentos, por 200\$000 réis anuais<sup>59</sup>. Argumentava em A Imprensa o Senhor de engenho Onofre Ribeiro, de tradicional família alcantareense, que a Escola Agrícola do Cutim deveria admitir aprendizes escravos, pois sendo o escravo a única força de trabalho de que dispunha o lavrador, era este trabalhador que deveria ser qualificado<sup>60</sup>. Em decorrência dessas reivindicações, foi aprovado um Regulamento na Escola Agrícola Cutim, admitindo a entrada de escravos<sup>61</sup>.

Essas propostas, entretanto, não serviram para sanar o problema da falta de mão-de-obra e, nem mesmo, ao que parece, conduziram a uma melhoria mínima do tratamento do escravo.

### 2.3. A colonização e a imigração estrangeiras

As propostas de melhoria do tratamento de escravos, se capazes de atenuar, não resolveram o problema da

58) A exportação dos escravos, A Imprensa, S. Luís, nº 61, 30 dez. 1857, p. 1

59) Jornal Publicador Maranhense, nº 271, 28 nov. 1860, p. 4.

60) Discurso, A Imprensa, nº 36. 5 maio, 1858, p. 1.

61) Relatório Sousa Aguiar, apud. PRIMITIVO, Moacyr, op. cit., p. 197.

falta de braços. Na década de 50, foi defendida por um pequeno número de fazendeiros uma medida mais ampla e radical: a introdução de imigrantes estrangeiros. Nessa época, a questão da promoção da imigração estrangeira recebia certa atenção do Governo Central que promulgou a conhecida Lei de Terras, estabelecendo que a terra devoluta não poderia ser ocupada, senão pela compra, para evitar assim o acesso livre à terra pelos colonos, o que se constituía um entrave para os colonos estrangeiros se tornarem proprietários. Em São Paulo, por essa época, vários fazendeiros (como foi o caso do Senador Vergueiro em sua fazenda Ibicaba) promoveram a introdução de imigrantes europeus em suas lavouras de café, experiências essas que não obtiveram sucesso<sup>62</sup>.

No Maranhão, um grupo de fazendeiros propunha e defendia a vinda de imigrantes. O fazendeiro Fábio Alexandrino argumentava que a introdução de imigrantes era uma questão de vida ou de morte para a lavoura maranhense, e que prescindir dessa medida era deixar-se abater pelo desânimo e assistir a total ruína da agricultura. Dizia que todos os fazendeiros maranhenses deviam acompanhar o movimento benéfico que fazendeiros paulistas, como Vergueiro e outros vinham realizando, a fim de que a Província não ficasse atrás de todas, reduzida a mera feira ou mercado de escravos, até que fosse levado o último escravo e deixado o Maranhão na miséria. Com a crença ingênua na superioridade da raça branca, esse fazendeiro desestimulava a vinda de imigrantes chineses, alegando que era um povo estacionário, alheio aos progressos da humanidade, superticioso e mal educado. Insistia, por outro lado, na vinda de europeus, a fim de que fosse estabelecido, por uma vez, o predomínio da raça caucáica - "*mais inteligente, industriosa e progressista do que todas as outras*"<sup>63</sup>.

62) Sobre o assunto ver COSTA, Emilia Viotti da. op. cit., p. 78 a 83.

63) REIS, Fábio Alexandrino de C. Breves considerações sobre a nossa lavoura. Diário do Maranhão, S. Luís, nº 208, 30 maio, 1856; nº 213, 5 jun. 1856 e nº 214, 6 jun. 1856.

O Governo local, apoiando essas propostas, procurou incentivar a colonização estrangeira e subvencionar fazendeiros dispostos a introduzirem imigrantes em suas fazendas. Em 1853, criou a Diretoria da Colonização que tinha por fim dirigir e promover todos os fatos e interesses concernentes à colonização. Anexada ao Tesouro Provincial, essa Diretoria deveria dele separar-se, constituindo-se uma repartição especial, tão logo o número de colonos entrados na Província ultrapassasse a 5.000.<sup>64</sup> Através de contratos com grandes empresários, como o Sr. Vergueiros de S. Paulo e o Sr. Nagel do Rio de Janeiro, fez vir colonos europeus, criando uma colônia para fornecer trabalhadores à obra da construção do canal do Arapapaí. Concedeu, ainda, com base em contratos, empréstimos a alguns fazendeiros dispostos a engajarem imigrantes e para alguns empresários que quisessem criar colônias. Como resultado dessa política, foram criadas algumas colônias, conforme se segue:

Colônia de operários do Arapapaí	-	368	colonos
" " Petrópolis	-	168	"
" " Sta. Teresa	-	140	"

Colônia do Arapapaí - Foi criada em 1854, no lugar que lhe deu o nome, com vistas, não só de obter operários para a abertura do canal de Arapapaí, obra já começada, como também para estabelecer um núcleo de povoação naquele local. No fim do ano de 1855, o número destes colonos tinha baixado a 67, devido a óbitos (20), a fugas e ao fato de alguns deles terem deixado a obra depois de quites com o Tesouro Provincial. Suspensas as obras do canal, em 1858, os poucos colonos que ali se encontravam foram dispensados de pagar o resto de seus débitos e espalharam-se pela ilha e pelo inte

64) Essa Diretoria foi criada em virtude do artigo 20 da Lei Provincial nº 339 de 23 de dezembro de 1853, e artigo 21 da Lei nº 367 de 24 de junho de 1854. (Rel. Eduardo O. Machado, 3/5/1835, p. 52-53).

rior da Província.<sup>65</sup>

Colônia de Petrópolis (88 colonos em 1855) - Foi fundada (1855) pelo empresário Francisco Marques Rodrigues, em terras que possuía no distrito de Codô. Segundo o contrato que assinou com a Presidência, o empresário deveria engajar nessa colônia, sob o sistema de parceria, 200 colonos, além de que deveria introduzir na Província, até 1860, "*quantos colonos fossem compatíveis com os meios pecuniários postos à disposição do Governo*".<sup>66</sup> A Administração comprometia-se a conceder ao contratante 70 mil réis por cada colono que fosse trazido. O pagamento seria feito em 4 prestações iguais e anuais, a partir de 3 anos, após a realização do contrato. Em 1855 chegaram do Porto 168 colonos, dos quais apenas 99 foram engajados na colônia de Petrópolis. Em consequência de desacordos surgidos (1856) entre a Presidência e o empresário, o contrato foi rescindido, sendo o Tesouro indenizado dos adiantamentos feitos. Em 1862 havia na colônia de Petrópolis 60 colonos, os quais apenas plantavam gêneros para sua subsistência.

Colônia Sta. Tereza - Foi fundada (1855) com 140 açorianos, pelo empresário Antonio de Mendonça Bittencourt, em terras que possuía no município de Cururupu. Em 1856, com a deportação desse empresário, a colônia extinguiu-se.<sup>67</sup>

Além dessas três colônias foram criadas, sem o auxílio financeiro do Governo, mais duas colônias, a de Maracaçumê e a de Pericana. A primeira, fundada pela Companhia de Mineração Maranhense, destinava-se à exploração

65) Relatório Eduardo Olímpio Machado, 3/5/1854, Anexo nº 9 e Relatório da Diretoria Geral dos Índios da província do Maranhão (Anexo Rel. Campos Melo, 27/10/1862).

66) Rel. E. O. Machado, 3/5/1855, p. 56. Maiores informações sobre essa colônia ver Relatório da Diretoria Geral dos Índios do Maranhão. (Anexo Rel. Campos Melo, 27/10/1862)

67) Para maiores informações sobre essa colônia ver Relatório Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, 20/8/1857, p. 17 e Relatório da Diretoria Geral dos Índios do Maranhão (anexo Rel. Campos Melo 27/10/1862).

das minas do rio Maracaçumê e era constituída de 40 chineses. Em 1858, a empresa, não obtendo os fins almejados, abandonou o empreendimento. Uma grande parte desses chineses retornou ao Rio de Janeiro, outros ficaram empregados em diversos trabalhos. A segunda era a colônia de Pericana, fundada (1854) pela Companhia Prosperidade, organizada no Porto. Destinava-se a exploração da agricultura e da minação. Essa Companhia comprou uma posse de terra, às margens do rio Pericana, no município de Turiaçu, onde fundou a colônia, engajando 112 dos vários colonos trazidos pelo emprêsario Marques Rodrigues. Em 1858, a Companhia, em virtude dos resultados bastante desanimadores colhidos, abandonou a empresa. Alguns colonos ficaram lavrando as terras da Companhia, enquanto a maioria espalhou-se pelas comarcas de Guimarães e Turiaçu.<sup>68</sup>

Além da fundação dessas colônias, houve também tentativas de introdução direta de colonos nas fazendas. Foi o caso do fazendeiro Torquato Coelho em sua lavoura de cana, na Fazenda Frechal, próxima a Guimarães. O sistema adotado foi o de parceria. Essa experiência não fracassou completamente. Em 1870, informava o Presidente Maia que a fazenda prosperava, contando, nessa época, com 81 colonos, sendo 51 brasileiros e 30 portugueses.<sup>69</sup>

A Província dispendeu com essa política de incentivo à colonização e a imigração estrangeira cerca de 61:858\$445, assim distribuídos: com empréstimos a empresã

68) Maiores informações sobre essas duas últimas colônias, ver Relatório da Diretoria Geral dos Índios (Anexo Rel. Campos Melo 27/10/1862).

69) Para maiores informações sobre essa colônia ver: Rel. E. O. Machado 1/11/1853; Mensagem do Presidente José da Silva Maia, 18/5/1870, p. 143; VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 304 - 305 v. 1 e Relatório da Diretoria Geral dos Índios da Província do Maranhão (Anexo Rel. Campos Melo, 27/10/1862).

rios e fazendeiros 26:980\$000, com adiantamentos a colonos 26:018\$640 e com outras despesas 8:858\$805. Dessa importância, em 1856, haviam sido restituídos aos cofres do Tesouro Público<sup>70</sup> apenas 14:870\$405.

Essas tentativas, como se viu, em que pesem os incentivos da Administração Local, resultaram num completo fracasso. Embora a documentação examinada não permita uma análise mais profunda das verdadeiras razões desse insucesso, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que ele se deveu sobretudo ao sistema escravista. Já naquela época o Presidente Paranaguá atentava para essa razão fundamental, ao comentar as causas desse malogro. Dizia ele: "*O europeu não pode se sujeitar ao trabalho a par do escravo por conta dos lavradores proprietários*"<sup>71</sup>.

O fazendeiro Fábio Alexandrino também apontou para essa razão, quando dizia que uma das maiores dificuldades da colonização era "*o hábito do mando absoluto sobre os escravos*"<sup>72</sup>, adquirido pelos senhores.

É que a visão de mundo derivado da relação de dominação e subordinação absoluta constante no escravismo

*"transcendia os limites desse tipo de associação. Mesmo quando os senhores já não possuíam os escravos, capazes de objetivamente, garantir a continuidade do trabalho e da sociedade escravocrata, continuavam presos à concepção senhorial do mundo: agiam como senhores"*<sup>73</sup>.

70) Relatório Antonio Cândido da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 51 a 54.

71) Rel. João Lustosa da Cunha Paranaguá, 3/5/1859, p. 25.

72) REIS, Fábio Alexandrino de C. Breves Considerações sobre a nossa lavoura, Diário do Maranhão, S. Luís, nº 214, 6 junho, 1856.

73) CARDOSO, Fernando Henrique, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 204.

Essas tentativas fracassaram, pois, sobretudo, pelo fato de que ainda no Maranhão, o sistema escravocrata se impunha de forma dominante e absorvente.

#### 2.4. O trabalho livre

Embora os dados examinados não permitam uma avaliação segura e precisa, há indícios de que no Maranhão o trabalho escravo foi o predominante nas lavouras mercantis até a abolição definitiva da escravatura. O uso do trabalho livre, portanto, foi bastante insignificante.

As primeiras tentativas regulares de introdução do trabalho livre, através da promoção da colonização e imigração resultaram, como foi visto, em fracasso.

Em 1875, por ocasião da grande seca no Ceará, o governo local e alguns fazendeiros tentaram engajar uma leva de cerca de 16.000 imigrantes cearenses que veio para o Maranhão. Foram criadas pela Administração Provincial algumas colônias, que também malograram. Somente uma diminuta parcela desses imigrantes engajou-se nas fazendas, como parceiros, como foi o caso adotado na fazenda Cantanhede.<sup>74</sup> De uma forma quase geral, os fazendeiros continuavam apegados ao braço escravo. Havia, por certo, uma grande dificuldade por parte dos senhores escravistas maranhenses em fazer uso da mão-de-obra livre, devido, como já disse, à sua tradicional mentalidade escravocrata. Em geral, olhavam com desagrado esses homens livres trabalharem em suas lavouras, pois os consideravam arredios ao trabalho e preguiçosos. O que pensava a maioria dos fazendeiros a respeito desses elementos livres não se diferenciava do que deles dizia o jornal O País, já nas vésperas da abolição. Dizia esse jornal:

*"O nosso homem livre é uma entidade que não existe economicamente falando; ou por que seja má a educação do nosso povo, ou*

74) Sobre o assunto ver Mensagem Carlos Fernandes Ribeiro, 9/5/1878, p. 20 a 29, Relatório José Caetano Vaz Junior, 24/7/1879, p. 41 a 46 e Relatório Carlos Fernandes Ribeiro, 17/5/1878, p. 33 a 37.

porque sejam ineficazes nesta parte as nossas leis, o certo é que a nossa população livre vive ociosa e arredada do trabalho, causando danos e prejuizos aos proprietários. Analfabeta e sem a menor educação, sem hábito de trabalho, viciosa e malfeitosa, pode ser considerada - verdadeiramente selvagem.

"Não tem habitação regular, contentando-se em ter por abrigo uma latada de pindoba, na qual não se encontra um único móvel (...)

"Com estes hábitos e costumes, não tendo nada que os prenda ao lugar, vivem em contínuas mudanças, o que fazem sem custo algum, porque nada tem a transportar.

"Ordinariamente, agrupam-se em rodas das fazendas e tornam-se o maior flagelo, furtando os frutos nas roças e até as galinhas dos quintais.

"Desta gente ninguém é capaz de conseguir trabalho"<sup>75</sup>.

O pensamento da maior parte dos fazendeiros a respeito do trabalhador livre maranhense era, pois, a de que ele era incapaz de manter uma atividade contínua, explicando essa incapacidade, através de abstrações, sem atentarem para as verdadeiras razões dessa situação.

Em geral, escapava a esses fazendeiros a razão mais profunda:

"as poucas necessidades de uma população que vivia à margem das grandes correntes econômicas do país, não incorporadas à

<sup>75)</sup> Jornal O País, S. Luís apud VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 555, v. 2 Grifo meu.

*economia básica de exportação condenada a uma economia rudimentar de subsistência, raramente de posse da terra que cultivava. Para essa população livre, trabalhar na fazenda, na situação de camaráda, era o mesmo que aceitar sua redução à condição de escravo".<sup>76</sup>*

Muito raras mesmo foram as vozes maranhenses que tentaram explicar essa posição do trabalhador livre, através de razões menos superficiais, como foi o caso do Presidente Almeida e Albuquerque que assim se referiu sobre o assunto:

*"(...) o solo no nosso país acha-se na posse de poucos indivíduos, com relação a totalidade dos brasileiros. Os homens deserdados da fortuna, não dispõem da menor porção de terras, toda essa população livre nos campos vive sob o completo arbítrio dos proprietários rústicos. Semelhante situação concorreu muito positivamente para o desânimo, indolência e inércia dos habitantes do campo de quem trato".<sup>77</sup>*

Em decorrência, portanto, das condições econômicas e sócio-culturais, vigentes no Maranhão, até quase às vésperas da abolição, o homem livre não era olhado como trabalhador capaz de desempenhar as atividades econômicas básicas, tendo razão o Relatório da Associação Comercial quando dizia que, após a Lei de 1888, grande parte dos fazendeiros

---

76) COSTA, Emília Viotti da. op. cit., p. 129.

77) Mensagem Frederico de Almeida Albuquerque, 16/6/1876, p. 49-60.

maranhenses havia ficado sem braço para mover suas lavou  
ras.<sup>78</sup>

### 3. O progresso técnico e a capitalização da agricultura.

Os fazendeiros maranhenses, ao lado das tentativas que empreenderam para solucionar a crise de desintegração do sistema escravista e recuperar a economia mercantil, salvaguardando, assim, a sua própria posição de fração de classe hegemônica, procuraram, com o apoio do Governo Local, incrementar medidas, no sentido de solucionar os problemas advindos da falta de mecanização da agricultura, da deficiência dos transportes e da escassez de capital. Essas medidas, examinadas a seguir, eram consideradas pelos fazendeiros recursos indispensáveis e essenciais ao soerguimento da agricultura de exportação.

#### 3.1. A mecanização da produção mercantil

A introdução de processos mais aperfeiçoados de cultivo dos produtos mercantis foi um dos recursos defendidos, sobretudo pelos senhores de engenhos, para dinamizar a produção, tornando-a mais lucrativa.

Em geral o método de cultivo empregado no Maranhão era bastante rudimentar, consistindo no velho sistema de roçar, queimar e plantar. Em virtude disso, as plantações deslocavam-se frequentemente em busca de terras mais férteis. A produção algodoeira e orizícola que se localizava anteriormente às margens do Itapecuru foi, ao longo do

---

78) Os Relatórios da Associação Comercial da época da abolição são fontes que denunciam o golpe terrível sofrido pelos lavradores com a Lei Áurea. Esses Relatórios em parte, vem citados em VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit. p. 459-472. v. 2.

século XIX incorporando novas áreas no interior do vale desse rio, no alto Itapecuru e nas margens do alto Mearim. A ocupação do alto Mearim ocorreu, sobretudo, na segunda metade do século. Afirmavam, pois, esses fazendeiros que com tais métodos e nas circunstâncias em que se encontrava a lavoura maranhense, necessitada de braços e enfrentando uma dura concorrência com países que aplicavam técnicas mais evoluídas de cultivo, a mecanização era um recurso indispensável à recuperação da economia mercantil. Dizia nesse sentido, A Imprensa:

*"Os nossos lavradores não podem adiar por mais tempo o uso do arado e da lavoura civilizada, sem precipitar-se na ruína(...) Resolvam-se por uma vez a fundar estabelecimentos permanentes, a destocar, rotear, adubar a terra e criar pastagens que em breve se convencerão do erro em que permanecem, colhendo vantajosos resultados. Não se trata de uma teoria sem aplicação, senão de experiências de séculos dos países cultos e adiantados (...)*

*"Cumprido, pois, que desde já abandonemos essa rotina que nos empobrece, porque à medida que as outras províncias forem avançando, ficaremos mais distantes d'elas, se as não acompanharmos e o resultado dessa distância já todos observam na exportação dos nossos escravos"...<sup>79</sup>*

Esse mesmo jornal observava que um certo agricultor da Louisiana que utilizava processos de cultivo e industrialização modernos, com 215 escravos, obtinha, anualmente, em seu engenho, uma renda líquida de 188 contos, enquanto que os fazendeiros maranhenses, com igual número de escravos, poderiam, quando muito, obter um lucro de 30 a 40

79) A Lavoura, A Imprensa, São Luís, nº 47, 12 junho, de 1858, p. 1.

contos. E advertia que, no estado rudimentar em que ainda se achava a lavoura maranhense, era impossível sustentar a concorrência com os países, onde os gêneros similares eram cultivados mediante o emprego de máquinas e dos processos aperfeiçoados da indústria moderna<sup>80</sup>.

Defendendo esse mesmo ponto de vista, o jornal O Globo, em 1859, dizia mostrando a superioridade da agricultura norte-americana em relação à maranhense:

*"Em algumas partes dos Estados Unidos, na Carolina do Sul, na Geórgia, em Alabama, no Mississipi e na Louisiana cultiva-se pelo sistema aratório e com braços escravos o algodão, o arroz, o milho e a cana de açúcar (...). A agricultura norte-americana comparada com a da nossa província tem contra si a aspereza do clima frio, que mata o algodoeiro muitas vezes à nascença e o preço elevadíssimo da alimentação e do salário. Com todas estas desvantagens econômicas e naturais, a agricultura norte-americana é superior à nossa em permanência, valor da terra, produção, aconchego e amor ao solo natal. Na cultura do algodão o plantador norte americano (...) com dez ou vinte escravos colhe pelo menos a mesma quantidade de algodão (melhor em preparo e qualidade) que qualquer dos nossos com vinte ou quarenta escravos (...). A cultura da cana de açúcar assombra-nos com os mesmos resultados"<sup>81</sup>.*

80) Engenho de açúcar de S.Tiago, jornal A Imprensa, S.Luís, nº 62, 4 agosto, 1858, p. 1-2.

81) Duas palavras sobre a nossa agricultura, "O Globo", São Luís, nº 54, 4 janeiro 1859, s.p. Grifo meu.

O fazendeiro Fáb<sup>o</sup> Alexandrino, no jornal Diário do Maranhão, também comentava:

*"Entre nós a agricultura vive presa ao ceppo da rotina, alheia aos progressos do mundo civilizado, e ainda hoje, como nos tempos primitivos da conquista, não usa de outros instrumentos além do machado e do sacho, ou antes á a devastação reduzida a sistema.*

*"Adotemos a cultura sábia dos povos civilizados, procuremos aprender e seguir os métodos aprovados pela ciência e pela experiência; demos á terra, por meio dos adubos, os elementos de fertilidade que lhes faltaram; e não desprezemos o arado, que é o instrumento clássico da lavoura desde os tempos mais remotos".<sup>82</sup>*

Junto á luta pelo avanço tecnológico, os fazendeiros também propunham o ensino profissional. A aquisição de conhecimentos das novas práticas agrícolas, por parte dos fazendeiros e a preparação de uma mão-de-obra adequada ao uso das novas técnicas eram realizações imprescindíveis, para que a lavoura pudesse soerguer-se da situação em que se encontrava. Defendendo a necessidade de se promover o ensino profissional, dizia á Assembléia o Deputado Marques Rodrigues:

*"O que devemos ter, Sr. Presidente, é escolas práticas de agricultura, escolas aonde a infância e a mocidade aprendam os bons métodos práticos de cultura*

---

82) REIS, Fáb<sup>o</sup> Alexandrino de C. Breves Considerações sobre a nossa lavoura, Diário do Maranhão, nº 223, 17 junho, 1856.

*ra, e habituem-se ao trabalho".<sup>83</sup>*

Com vistas ao aperfeiçoamento dos métodos produtivos, foram tomadas inúmeras medidas: importação de equipamentos, contratação de técnicos estrangeiros para a montagem das máquinas agrícolas, ida de comissões de lavradores ao estrangeiro, para estudo dos métodos utilizados por esses países, nas culturas similares de algodão e de açúcar, concessão de prêmios aos fazendeiros que utilizassem instrumentos aperfeiçoados, distribuição de mudas de cana selecionadas e de créditos para a fundação de dois estabelecimentos normais, um de cana e outro de algodão. Foi criada ainda uma Escola Agrícola que, na opinião do jornal local, O Globo, era uma "novidade no império", um "glorioso padrão administrativo", uma "nova era de civilização na agricultura brasileira", o "progresso em vez de rotina"<sup>84</sup>.

Ainda com o fim de modernizar a agricultura, foram criadas as Sociedades, "Filomática" e de "Agricultura e Indústria Rural Maranhense" e editados várias obras técnicas e artigos sobre os novos processos produtivos.<sup>85</sup> As ino

83) Assembléia Provincial, Discursos do Sr. Dr. Marques Rodrigues, na sessão de 19 de setembro de 1861, A Imprensa, São Luís nº 70, 4 set. 1861, p. 1 a 3.

84) Duas palavras sobre a nossa lavoura, O Globo, S. Luís, nº 57, 14 janeiro, 1859,

85) Dizia o Presidente Dias Vieira: "Como meio de propagar os conhecimentos práticos que sobre a cultura do algodão se encontram na obra de Turner intitulada - Manual do plantador d'algodão - publicada em New-York no corrente ano o qual apresenta os melhores artigos dos jornais agrônômicos e as observações de experimentados e inteligentes agricultores dos Estados Unidos a respeito dessa planta, cuja cultura, mesmo atrasada, é, nesta Província, um dos principais ramos da riqueza pública, determinei que por conta do Tesouro Provincial fossem subscritos 250 exemplares da tradução da mesma obra que estão fazendo os doutores J. Ricardo Jauffret e Antônio Marques Rodrigues. (Rel. 19/10 - 1858, p. 24). Dizia também o Presidente Francisco de Sã que a Sociedade Filomática, com o apoio do Governo, estava publicando uma obra sobre todo o processo de plantação da cana, para ser distribuído gratuitamente entre os lavradores. (Rel. 3/5/1847, p. 57-58).

vações mais consideráveis ocorreram na manufatura do açúcar, com o uso em um certo número de engenhos, de máquinas a vapor, como fonte de energia, das caldeiras a vácuo e das centrífugas. Em 1862, havia, como já foi mostrado, 15 engenhos a vapor no Maranhão. Na fase da produção agrícola, porém, as modificações foram muito reduzidas. O uso do arado, tão preconizado, verificou-se apenas em um insignificante número de lavouras de açúcar e de algodão, continuando, pois, o velho método de queimar, roçar e plantar.

A partir da década de 70, embora os fazendeiros, sobretudo os senhores de engenhos, continuassem a insistir na mecanização da agricultura, como meio de produzir maior volume de produção e de melhor qualidade a custo mais baixo, as realizações, nesse setor, foram, com relação às duas décadas anteriores, ainda mais reduzidas. Nesse período, os senhores de engenho insistiram na necessidade de se estabelecerem engenhos centrais, como um dos meios de salvar a indústria açucareira das dificuldades em que se encontrava. No entanto a fundação desses engenhos só veio a se realizar na década de 80, quando foi inaugurado o Engenho Central São Pedro (1884), às margens do Pindaré, criado pela Companhia Progresso. O Engenho São Pedro, contudo, não logrou os resultados esperados, devendo seu fracasso, em grande parte, às próprias condições em que se originou esse empreendimento, numa fase de grandes dificuldades para a lavoura açucareira maranhense. O Engenho Central começou a funcionar, sob o peso de uma dívida de 845 contos, advinda das despesas com sua instalação. O lucro obtido em suas safras, em grande parte, era devorado pelo serviço de juros das dívidas. Para melhorar suas finanças, o Engenho rebaixou o preço que pagava por quilo de cana aos fornecedores que, por causa disso, deixaram de fazer o fornecimento de cana ao Engenho. Este teve, pois, que produzir a sua própria matéria prima para poder funcionar. Em meio a tantas dificuldades, o Engenho Central veio a fechar suas portas, em 1913, sendo levado a leilão pelos bancos credores. A Tabela

IV mostra o movimento do Engenho no período de seu funcionamento.

Uma boa parte dos fazendeiros maranhenses, como se pode ver, achava que a causa fundamental dos problemas da grande lavoura estava na utilização de uma técnica inadequada e, por essa razão, propunha medidas de aperfeiçoamento do processo produtivo, que, na verdade, pouco se realizaram. Tais soluções eram inviáveis nas condições concretas maranhenses de então, cujas bases se fundavam no trabalho escravo. Como se sabe, o trabalho escravo implica num trabalho brutal e não especializado. A baixa produtividade da lavoura mercantil maranhense, refletindo negativamente em suas condições de concorrência no mercado externo, era devido, sobretudo, ao trabalho escravo e ao baixo desenvolvimento das forças produtivas em que ele implica. O escravo era, portanto, o obstáculo mais evidente do desenvolvimento tecnológico.

### 3.2. O problema dos transportes

Os fazendeiros, como se pode ver, empregaram vários meios para tornarem competitivos os produtos maranhenses. As soluções buscadas, entretanto, eram aquelas que não alteravam substancialmente as relações sociais de produção. Esse é o caso também dos transportes, visto pelos fazendeiros e governantes como o problema, de cuja solução dependia o desenvolvimento da agricultura.

As regiões mais produtoras da Província estavam localizadas nessa época nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré. Eram esses rios, portanto, as grandes vias naturais por onde era escoada quase a totalidade dos produtos cultivados na Província. Não se admira, pois, que, com relação ao setor de transportes, o interesse maior dos fazendeiros estivesse voltado para o melhoramento das vias fluviais. A navegação, tal como se processava, queixavam-se os fazendeiros, onerava o produto, reduzindo os lucros.

"Nada concorre tanto para o atraso da nossa lavoura como a carestia dos fretes e as dificuldades de transporte", dizia o fazendeiro Fábio Alexandrino<sup>86</sup>. Argumentava o Presidente Penna (1849) que um dos fatores que tornava mais desanimadora a concorrência dos produtos maranhenses no mercado exterior eram os altos custos dos fretes, porque mui difíceis e dispendiosas eram as vias de transporte, não obstante havê-las fluviais<sup>87</sup>.

Nesse campo, dois grandes empreendimentos, entre outros menores, receberam os incentivos da Administração Provincial. Um deles foi o projeto de realização do Canal de Arapapaí. A grande vantagem desse Canal, ligando o porto de São Luís, por intermédio do rio Bacanga, com as águas que inundam a ilha de São Luís, consistia em evitar às canoas grandes que viessem do interior da Província pelos rios Munin, Mearim, Itapecuru e Pindaré, a perigosa passagem pelo Boqueirão. Os naufrágios dessas canoas no Boqueirão eram constantes e, só no período de 1830 a 1853, os prejuízos com esses desastres somaram a quantia de 749 contos. Essa obra, projetada desde o século anterior foi recomeçada (1848) vindo a Administração Provincial a despendê-la com ela cerca de 560:000\$000 e a criar a Colônia de Arapapaí, para fornecer trabalhadores livres à construção. A grande empresa, entretanto, não veio a ser concluída, devido, sobretudo, à introdução dos barcos a vapor na navegação interiorana, para os quais o Boqueirão não constituía ameaça<sup>88</sup>.

86) FÁBIO, Alexandrino, apud VIVEIROS, Jerônimo de. op.cit., p. 210, v. 1.

87) Fala Herculano Ferreira Penna, 14/10/1849, p. 41-43.

88) Para maiores informações sobre o Canal de Arapapaí ver Relatórios de: Honório Pereira de Azeredo Coutinho, 7/9/1850, p. 34-35; Eduardo Olímpio Machado, 1/11/1853, p. 23; Dias Vieira, 19/10/1859, p. 14; Relatório Paes Barreto, 13/4/1858, p. 18 e VIVEIROS, Jerônimo de. op.cit., p. 221-235, v. 1.

O outro grande empreendimento foi a navegação a vapor, considerada símbolo do progresso e a sua falta, vista como uma das causas dos problemas da economia do Maranhão:

*"...carecemos absolutamente de facilidades de comunicação e economia de transportes rápidos, para compensarem a deficiência do preço do nosso algodão. Isto explica a razão por que os Estados Unidos da América do Norte florescem e prosperam, cultivando o algodão, enquanto nós vamos em decadência"*<sup>89</sup>

Dizia ainda a esse respeito o fazendeiro Fábio Alexandrino:

*"Os barcos de vapor dispensam a ação dos ventos, zombam das correntes mais impetuosas, e dos ventos mais rasteiros; as boas estradas concorrem para concentrar a população e aproximá-la da sua linha e traçado; ambos estes melhoramentos dão incalculáveis interesses à lavoura e ao comércio, reduzindo os gastos de transportes, mas apesar de tudo, pouco temos feito para consegui-los; não temos correspondido aos benefícios da Providência, e os preços da nossa produção agrícola são quase totalmente absorvidos pelos excessivos fretes e carretos que sobre ela pesam.*

*"É certo que não pudemos ainda tentar empresas de viação férrea, nem canais de longo curso, mas fazer navegar os nossos*

<sup>89)</sup> Jornal *O Progresso*, 17 junho, 1847, apud VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 204. v. 1

*rios por barcos de vapor, lançar pontes de madeira sobre os riachos e igarapês, e melhorar os caminhos que conduzem aos portos de embarque, é para nós uma necessidade urgente, e que nada tem de impossível e superior aos nossos recursos".<sup>90</sup>*

A navegação a vapor vinha sendo estimulada com incentivos financeiros pela Administração Provincial, desde o final da década<sup>91</sup> de 30. Contudo, foram somente no final do decênio de 40 e nos anos 50 que o governo local fez mais amplas concessões. Em 1899, a Lei nº 255 autorizava um empréstimo de 25.000\$000, sem juros, a quem fizesse a navegação a vapor no rio Itapecuru, sendo Caxias o Porto terminal.<sup>92</sup> Depois de uma experiência malograda com a firma Silva Porto, a Administração Provincial fez novas concessões, vindo a assinar outro contrato com nova firma, o qual resultou na criação da Companhia de Navegação a vapor do Maranhão, encarregada de promover a navegação nos principais rios da Província e na costa, de Alcântara ao Tury. De acordo com o Contrato, a Companhia teria o privilégio exclusivo da navegação por 20 anos, receberia uma subvenção de 48 contos anuais e um empréstimo de 24 contos, sem juros, durante cinco anos. A Companhia foi inaugurada em 1858 e recebida com grande entusiasmo. O jornal A Imprensa, assim comentava o acontecimento:

*"Ontem foi um desses dias que nunca mais se varre da memória daqueles que de coração amam o progresso e a civilização, daqueles que com entusiasmo enxergam na inauguração entre nós do primeiro e principal motor dos povos, um futuro imenso de bem estar e abundância para esta Pro*

90) REIS, Fábio A. de Carvalho, apud VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 210 v. 1.

91) VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 255, v. 1

92) Idem, p. 256.

*víncia, cheia de mil recursos naturais e com estradas criadas por Deus, e que só demandam quem por elas transitem".<sup>93</sup>*

A Companhia alcançou grande êxito, trazendo, como vantagens, maior rapidez de comunicações, maior capacidade de transportes, mais baixos fretes e melhor conservação do produto. Os fazendeiros, entretanto, depois de um certo tempo de funcionamento dessa Companhia, mostraram-se insatisfeitos com os seus serviços, denunciando o privilégio do monopólio de que ela gozava. Diziam que a Companhia ... "sem o receio, nem o estímulo da possibilidade da concorrência, tornou-se soberana e como todo soberano abusou".<sup>94</sup> Em decorrência desses apelos, foi decretada a livre navegação dos rios da Província (1870). Porém foi somente na década de 80 (1884) que a navegação a vapor foi explorada por mais uma companhia - a Companhia Fluvial Maranhense.

Ao lado dos incentivos à promoção da navegação a vapor, a Administração Provincial cuidou também da limpeza dos rios, promovendo, algumas vezes, com a ajuda dos próprios fazendeiros, a desobstrução dos principais rios da Província.<sup>95</sup> Propôs, ainda, a construção de um canal denominado Lagem Grande para facilitar a navegabilidade no rio Mearim, dificultada, em certo local, pela existência de uma grande lagem. A obra, entretanto, iniciada no decênio 50, só foi concluída na última década do Império.<sup>96</sup> A Adminis-

93) Inauguração da navegação a vapor nos nossos rios, A Imprensa, S. Luís, Apud, O Globo, São Luís, nº 41, 19 novembro, 1858.

94) Relatório José da Silva Maia, 3/11/1870, p. 148.

95) Dizia o Presidente Honório Pereira de Azeredo Coutinho, em 1850, que fora promovida uma subscrição entre os lavradores, tendo sido arrecadada a quantia de 7:827\$800 rs, para limpeza do rio Itapecuru. (Fala Honório Pereira de Azeredo Coutinho, 7/9/1850, p. 9-11).

96) Dados sobre o Canal da Lagem Grande colhidos no Relatório do Presidente José Francisco de Viveiros, 28/9/1874, p. 41; na Mensagem do Presidente Gomes de Castro, 3/5/1871, p. 141 e no Relatório do Presidente Lins de Vasconcelos, 13/2/1880, p. 31.

tração local também cogitou dos melhoramentos do Porto de São Luís. Em 1856, entrou em funcionamento uma draga, fazendo a desobstrução do Porto. Esse trabalho, no entanto, realizou-se muito lentamente e com intermitentes paradas.

Quanto ao problema dos transportes terrestres, verificou-se, sobretudo na década de 50, uma grande preocupação dos governantes com a construção de uma rede rodoviária, visando ao melhoramento das comunicações entre as regiões produtoras e os principais centros pecuaristas dos Sertões (Barra do Corda, Chapada, Pastos Bons, Riachão). Com essa finalidade foram construídas várias estradas, dentre as quais podem-se destacar:

- a de Barra do Corda a Pedreiras.
- a de Carolina a Pastos Bons e Caxias, com 180 léguas.
- a de Carolina à Chapada, com 60 léguas.
- a de Barra do Corda à Chapada.
- a de Barra do Corda a Coroatá, com 50 léguas.
- a de Carolina a Monção, com 60 léguas.

Essas estradas abreviavam as distâncias, facilitando, assim, o comércio, sobretudo do gado, entre essas regiões. Dizia O Progresso que essas estradas haviam beneficiado o comércio do gado que agora podia vir da Chapada, Riachão, Balsas e abastecer as vilas de Codó, Coroatá, Vitória, Itapecuru:

*"Viagens que d'antes se faziam em mais de dois meses, ora atravessando cinco rios caudalosos, e ora caminhando por areais ardentes e faltos de água, esmoreciam certamente os negociadores e proprietários...que pela nova estrada podem, os dos Sertões de Grajaú, Balsas, Riachão e outros mandarem seus gados e se prove-rem dos objetos indispensáveis à vida"<sup>97</sup>*

97) Correspondência, O Progresso, S. Luís, nº 121, 22 junho, 1847. p. 2

Entre os trabalhadores usados na construção das estradas, destacavam-se os índios. Através do uso da mão-de-obra indígena, a Administração Provincial resolvia o problema da falta de trabalhadores disponíveis e ainda mantinha em ocupação os índios que continuamente eram retirados de suas terras, com o avançar das fronteiras agrícolas e que provocavam certa tensão social nos locais para onde emigravam. Dessa forma, para construção das estradas, foi criada uma Companhia de Trabalhadores Índios, sob a direção de um Cabo, recebendo cada índio um "jornal" (pagamento) de 7\$000' mensais.

A respeito dessa Companhia de Trabalhadores Índios dizia O Observador:

*"O colono índio não é de certo próprio para a cultura e amanho dos campos, mas pode, como o tem demonstrado a experiência [da Companhia de Trabalhadores] auxiliar a agricultura, e concorrer para o aumento da produção, abrindo estradas, e construindo pontes e canais. Por isso a administração atual trata de aplicá-lo àquele gênero de serviço que mais se adapta à sua índole.*

*"(...)serão provavelmente organizadas [outras Companhias], em vista dos bons resultados que se vão colhendo da instituição".* <sup>98</sup>

Dizia esse mesmo jornal que esses índios já haviam construído cerca de 40 léguas das 50 léguas de estradas construídas pelo Presidente Machado.<sup>99</sup>

98) Regularização do trabalho indígena como acessório da colonização estrangeira na província. Jornal O Observador, São Luís, nº 393, 4 abril, 1855, p. 1

99) REIS, Francisco Sotero dos. Biografia do Ex-Presidente da Província do Maranhão Eduardo O. Machado, jornal O Observador, nº 433 e 434, 30 outubro, 1855, p. 5.

Nas últimas décadas do Império, cogitou-se ainda da construção de algumas ferrovias, que, no entanto, não foram empreendidas.

### 3.3. A mobilização do capital para a grande lavoura

A necessidade de capital para investimento na grande lavoura era lembrada frequentemente pelos fazendeiros e governantes, sobretudo na segunda metade do século XIX, época da implantação das unidades açucareiras.

Nessa época, foram os Bancos e os capitalistas as principais fontes financiadoras da implantação de diversas unidades agrícolas e ainda do custeio e da expansão das lavouras mercantis. O primeiro Banco criado no Maranhão foi o Banco Comercial, em 1846, com um capital de 400 contos. Nesse ano (1846), dizia o Presidente Carlos Moniz que fazendeiros, comerciantes e proprietários haviam-se reunido e unanimemente haviam concordado na criação de um Banco de desconto e depósito, a fim de que fossem atenuados os inconvenientes que se apresentam ao desenvolvimento da lavoura e do comércio.<sup>100</sup> Esse Banco parece ter trazido um certo benefício à lavoura, pois de imediato fez baixar a taxa de juro anual de 24 e 36% para 9 e 10%.<sup>101</sup> Em 1849, dizia o Presidente Herculano Ferreira Pena que o Banco Comercial vinha produzindo muitos benefícios aos comerciantes e fazendeiros, livrando-os um pouco da exploração dos capitalistas, mas que, todavia, o mal da usura estava longe de ser extirpado e os capitais continuavam mui raros.<sup>102</sup> Em 1855, esse Banco foi fechado, transformado numa Caixa Filial do

100) Relatório Angelo Carlos Moniz, 20/6/1846, p. 37.

101) VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 272, v. 1

102) Fala Herculano Ferreira Penna, 14/10/1849, p. 42.

Banco do Brasil. Protestando contra a extinção desse Banco dizia o jornal O Estandarte:

*"Assim, em pouco mais de 2 horas de chamada da discussão, em que se improvisaram meia dúzia de discursos, sem profundo estudo da matéria, mataram os próprios senhores acionistas o nosso Banco que salvou o comércio e a lavoura da Província das garras de alguns usurários"*<sup>103</sup>.

Após o fechamento desse Banco, foram criados, mais três Bancos no Maranhão nesse período: o Banco do Maranhão (1857), o Banco Comercial (1869) e o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão (1877). Esse último, com um capital de 6:000 contos de réis. Desses Bancos, foi o Banco Hipotecário aquele que mais benefícios prestou à lavoura. De 1878 a 1913 o Banco realizou 347 empréstimos hipotecários, dos quais 99 para a agricultura, no valor<sup>104</sup> de 1.105:300\$000.

O "valor venal do escravo" constituía-se a principal base de garantia dos empréstimos feitos pelos fazendeiros. No Maranhão, como dizia José de Sousa Martins, referindo-se aos fazendeiros paulistas, o escravo era

*"condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas, ... ou dos bancos, o capital necessário seja ao custeio, seja à expansão de suas fazendas. O escravo era o penhor de pagamento dos empréstimos. Por isso, praticamente, todo capital de custeio provinha de hipotecas lançadas sobre a escravaria das fazendas"*<sup>105</sup>.

A desintegração e a conseqüente abolição da escravidão, além de ter deixado o fazendeiro sem força de tra

103) O Estandarte, São Luís, 4 maio 1855, apud VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 273, v. 1.

104) Relatório da Diretoria do Banco Hipotecário do biênio 1913-1914, apud VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 279 - 281 v. 1.

105) MARTINS, José de Sousa, op. cit., p. 26

balho escravo, prejudicou-o também, por tê-lo deixado sem a principal base de garantia dos créditos, para custeio e melhoramentos de suas lavouras, uma vez que a terra tinha um valor bastante reduzido. Muitos foram os fazendeiros que, premidos por essas circunstâncias e por outros fatores, fecharam seus empreendimentos agrícolas.

Dizia o Relatório da Diretoria do Banco Hipotecário que os empréstimos agrícolas realizados por esse Banco causaram-lhe enorme prejuízo, devido em parte à perda dos escravos pelos senhores. Declarava esse Relatório a respeito dos empréstimos agrícolas:

*"Dos 99 empréstimos agrícolas foram liquidados 61, muitos deles com avultados prejuízos, e existem presentemente por liquidar 38 empréstimos, representando a importância de 187:983\$793, que se pode considerar perdida, pois que das respectivas fazendas hipotecadas apenas restam as terras e alguns maquinismos inutilizados pela ação do tempo, e portanto, sem o mínimo valor, porquanto em seguida à Lei de emancipação, os mutuários foram abandonando as fazendas"<sup>106</sup>.*

Além dos bancos e dos capitalistas, os fazendeiros tiveram no Governo Local, principalmente nas primeiras décadas dessa segunda metade do século, uma fonte de ajuda. Deu ele incentivos à mecanização da lavoura, repassando recursos financeiros subsidiados às Sociedades Agrícolas, então criadas, as quais introduziram máquinas e implementos agrícolas na exploração da cana e do algodão e no fabrico do açúcar, distribuiu mudas selecionadas de cana, instituiu prêmios para os fazendeiros que modernizaram suas fazendas, financiou viagens de estudo de fazendeiros ao exterior, trouxe técnicos estrangeiros para orientação aos

<sup>106)</sup> Relatório da Diretoria do Banco do biênio 1913-1917, apud VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 279-281, v. 1. Grifo meu.

fazendeiros, fundou uma escola agrícola, subsidiou a vinda de imigrantes, incentivou a navegação a vapor etc.

Especialmente após 1870, quando se agravou a situação da lavoura mercantil, sobretudo a canavieira, os fazendeiros solicitavam insistentemente ajuda ao Governo Provincial que, em dificuldades, pouco atendia a esses apelos. O Jornal da Lavoura foi um dos canais através do qual os fazendeiros apelavam pelo amparo do Governo. Dizia esse jornal que o Governo, dado as dificuldades financeiras em que se encontrava, devia conter suas despesas, eliminando os gastos supérfluos, para poder, assim, melhor auxiliar a lavoura. Denunciava as despesas da Administração Local que considerava enormes, com a beneficência pública e com a educação. Sugeriu que o Governo deixasse a cada um a obrigação e o cuidado de educar os filhos. Esse mesmo jornal ainda apelava para que a Assembléia deliberasse em favor das necessidades da lavoura, reduzindo os impostos de exportação do algodão e do açúcar, etc.<sup>107</sup>

Na verdade, os recursos ao alcance dos fazendeiros foram sempre limitados e insuficientes, consistindo a falta de capital em mais uma das inúmeras dificuldades enfrentadas pela economia mercantil maranhense nessa segunda metade do século.

#### 4. Economia maranhense - uma economia em crise

A economia mercantil maranhense no período imperial enfrentou, como se pode ver, sérias dificuldades. Uma dessas dificuldades incidiu no mercado externo, onde os produtos maranhenses concorriam em condições desfavoráveis. A outra grande dificuldade, verificada na segunda metade do século, foi a crise nas relações sociais de produção, ocorrida com a gradual abolição da escravatura. Os fazendei

<sup>107)</sup> À Assembléia Provincial, Jornal da Lavoura, S. Luís nº 1 15 jun. 1875, p. 1 e 2 e nº 2, 30 jun. 1875, p. 1.

ros tentaram superar essas dificuldades, propondo alguns recursos, como o da mecanização da produção, o da introdução de imigrantes, o da reforma da escravidão etc. Essas tentativas, propostas dentro de uma ordem escravocrata, a qual os fazendeiros procuravam preservar, não obtiveram sucesso, caminhando a economia mercantil para uma situação ainda mais grave.

Na verdade, as dificuldades que a economia maranhense atravessava não eram, por certo, derivadas linearmente do uso de tecnologia inadequada, ou da falta de braços, ou ainda da ausência de ensino agrícola, como afirmava boa parte dos fazendeiros. As medidas propostas para solução desses problemas, portanto, em grande parte, nem chegaram a se verificar, justamente porque elas eram praticamente inexecutáveis na ordem escravocrata maranhense da época. O aperfeiçoamento do processo produtivo, por exemplo, requeria uma intensificação da divisão do trabalho, uma especialização da mão-de-obra, inviáveis numa ordem escravocrata. A divisão de trabalho e a especialização do escravo não podiam ser aplicadas num sistema que exigia, como condição mesma de sua reprodução, que o trabalho cativo fosse bruto - ... "*o embrutecimento é condição essencial da escravidão...*"<sup>108</sup> e que esse trabalho fosse realizado, não de maneira racional que visasse em primeiro lugar, a maior produtividade de trabalho, mas de maneira que permitisse, sobretudo, o controle restrito do escravo. Dessa forma, não se podia tender para o aumento do rendimento do trabalho, isto é, não se podia intensificar o processo de divisão do trabalho, nem tender para a especialização, exatamente porque as condições sociais do trabalho escravo formavam um obstáculo insuperável a esse processo.

Nessas circunstâncias, continuaram os senhores fazendeiros a se debater com a agravada crise da lavoura,

---

108) "Importância do Trabalho Livre". *A Discussão*, 3/9/1884 p. 1 Apud CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit., p. 179.

incapazes que foram de viabilizar medidas que superassem a grande razão - sistema escravista - que impedia o desenvolvimento da agricultura. Na verdade, era dessa organização produtiva onerosa, que impedia um maior rendimento do trabalho, que derivavam, fundamentalmente, os graves problemas da agricultura maranhense nas condições reais em que se encontrava, concorrendo com produtos similares produzidos em condições muito mais rentáveis e lucrativas. Com efeito, a solução de muitos dos problemas secundários apontados era impedida pelas próprias condições objetivas geradas pelo escravismo. O problema da falta de braços, por exemplo, agravava-se pelas condições sócio-culturais vigentes no Maranhão escravocrata que dificultava a utilização da mão-de-obra potencialmente disponível, constituída de milhares de índios desengajados de suas aldeias e de outros segmentos livres de vida errante e ociosa. Na verdade não só o sistema de trabalho escravo havia-se tornado a forma de trabalho mais preferida e, nesta medida, impedia o desenvolvimento do trabalho livre, como existiam razões sócio-culturais que levavam essas populações a desprezarem o trabalho, levando também os senhores, por sua vez, a desprezarem essa mão-de-obra.

As tentativas de soerguimento da grande lavoura, dado a vigência do sistema escravista, não tiveram o êxito previsto pelas propostas, que era o de incrementar o desenvolvimento da economia mercantil, em bases sólidas e lucrativas. Essas medidas, com efeito, visavam à solução de problemas secundários, cujas soluções se prendiam ao próprio extermínio da escravidão. Apegados ao braço escravo, querendo, a todo custo, preservar uma estrutura já em deintegração, os senhores fazendeiros maranhenses não foram capazes de "*ver claro socialmente*", de ver as novas exigências do presente e do futuro.

*"Por isso não puderam ajustar-se aos requisitos impostos pelas novas condições*

*de trabalho e de mercado, que impunham outra visão do homem, das coisas e do fluxo social"*<sup>109</sup>.

Com essa cosmovisão, eles não foram capazes de superar a grave crise que levou a economia mercantil à decadência.

*"A grande lavoura desapareceu e poucos dos antigos possuidores de estabelecimentos agrícolas tentam a luta, para conservá-los em atividades.*

*"Os demais, ou por falta de recursos, ou por outros motivos, abandonaram os seus estabelecimentos com todos os melhoramentos, alguns com comodidades, situadas em terras férteis e que, quando cultivadas, davam grandes resultados"*<sup>110</sup>.

Eram as palavras acima citadas os lamentos da Associação Comercial em 1890.

A produção mercantil que, no início do século, possibilitou o bem-estar e o prestígio dos fazendeiros maranhenses e elevou o Maranhão à posição de uma das principais províncias exportadoras do Brasil, encontrava-se no final do período imperial, em lamentável declínio, deixando os fazendeiros, em sua maioria, sem o suporte econômico, base de sua força política e de seu prestígio, tornando o Maranhão uma Província sem expressividade, nem mesmo no contexto nordestino, contexto esse que, em face ao conjunto brasileiro, havia já perdido toda a sua significação maior.

109) CARDOSO, Fernando Henrique, op. cit., p. 210. A análise feita por esse autor sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, de alguma forma, serve para explicar alguns aspectos da realidade maranhense, sendo por isso, aqui utilizada.

110) Relatório da Associação Comercial do Maranhão (1890) . Apud VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit., p. 472, v. 2.

Os fazendeiros maranhenses não foram capazes de evitar a sua própria ruína, como classe. E esses fazendeiros, ao conduzirem o Maranhão a essa situação decadente e inexpressiva, no final do período imperial, estavam sustentando uma ordem social oligárquica e opressora, impedindo-a, inclusive, de crescer diferentemente, superando as suas próprias contradições.

## CAPÍTULO III

## RELAÇÕES DE CLASSE E PODER NO MARANHÃO IMPERIAL

*"Se a classe dominante perdeu o consenso, isto é, não é mais dirigente, mas apenas dominante, detentora da simples força coercitiva, isto significa que as grandes massas abandonaram as ideologias tradicionais e não acreditam mais naquilo em que acreditavam antes".*

A. Gramsci

*"O mundo social obedece hoje mais à força moral e civilizadora do que ao estrondo ou compressão da força física: revela, pois, não sacrificar a este meio administrativo os outros por quão poderosos e igualmente indispensáveis e muito mais benéficos".*

Joaquim Franco de Sá - Presidente da Província do Maranhão - 1847.

Procura-se reconstruir, neste capítulo, as diversas formas que tomaram as relações entre as sociais em jogo na sociedade maranhense, no período do império, relações essas marcadas pela luta entre as diferentes frações da classe senhorial escravista, para o exercício da hegemonia, através da conquista do poder.

Hegemonia é aqui entendida como

*"a capacidade de fazer aceitar 'espontaneamente' o modelo de sociedade que corresponde aos interesses da classe dominante: a estrutura da propriedade, o lucro, uma determinada moral, um certo tipo de Estado, etc"*<sup>1</sup>

Neste trabalho, é fundamental, de um lado, o estudo da evolução da classe dominante na disputa do poder político e da extensão da sua hegemonia; de outro lado, a análise de como, no quadro das lutas entre as frações da classe dominante, afloraram as contradições fundamentais, decorrentes da base escravista da organização social maranhense. É no bojo da correlação de forças e das contradições que as animam que a problemática educacional ganha sentido e explicação.

#### 1. A evolução da estrutura de classes sociais no Maranhão

A estrutura social maranhense passou por sensíveis transformações, a datar de meados do século XVIII, quando o Maranhão constituiu-se um polo dinâmico na economia escravista colonial do Brasil, tornando-se um dos principais centros brasileiros exportadores de algodão e de arroz. Como bem disse Caio Prado, o Maranhão

*"...não é só economicamente que se transforma; a mudança é mais profunda... modifica-se a feição étnica da região, até então composta em sua quase totalidade, salvo a minoria de colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão apesar de branco, tornará preto o Maranhão".*<sup>2</sup>

1) TAMBURRANO, Giuseppe, O conceito de Hegemonia em Gramsci, Cadernos do CEAS, Salvador (74): 66 jul. 1981.

2) PRADO, Jr. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. S. Paulo, Brasiliense, 1963 p. 144, (nota de pé de página)

As mudanças que se processaram na base mate  
rial determinaram, pois, modificações na organização social. Com a produção em larga escala dos produtos mercantis, al  
godão e arroz, intensificou-se a corrente de importação de es  
cravos africanos, libertando-se, de certa forma, o í  
ndio, e o mestiço, até então considerados trabalhadores fundamen  
tais das atividades econômicas do Maranhão. Por outro lado, o desenvolvimento da produção exportável, com base no traba  
lho escravo, provocou o aumento da riqueza e do prestígio  
dos colonos proprietários de sesmarias, transformando-os nos ricos  
senhores produtores de algodão e de arroz e possuido  
res de muitos escravos.

Apesar das mudanças sociais observadas, mostra  
va-se ainda bastante simplificada a estrutura social mara  
nhense. De um lado havia uma minoria branca, constituída de proprietários  
de terras e de escravos, comerciantes e altos funcionários  
da Coroa Portuguesa - gênese da classe senho  
rial maranhense. De outro lado, aparecia, num primeiro pl  
a  
no, a grande massa de escravos africanos. Na segunda década do século XIX (1821), o número de escravos já correspondia à metade da população total do Maranhão (Veja Tabela V). Além dos escravos, era possível distinguir outra classe do  
minada, formada de uma população livre e heterogênea, onde se destacavam os índios - desengajados de suas aldeias - os caboclos e os mestiços, a qual vivia, em geral, marginali  
zada das atividades econômicas básicas. Vivendo em plena  
mata, existia também um certo número de índios isolados do resto da população.

Por essa época, notavam-se, já, certas divergên  
cias de interesses no seio da classe privilegiada, distin  
guindo-se, de um lado, os comerciantes, em geral portugue  
ses, e de outro, os senhores proprietários de terras e de escravos, produtores dos gêneros exportáveis. Essas diver  
gências foram percebidas por alguns observadores da época, como, por exemplo, Gaioso, que a elas se referiu, na obra

que escreveu sobre o Maranhão em 1813. Informou ainda Gaio so que os senhores proprietários, na sua maioria homens de fortuna, viviam afastados em suas fazendas, porque não participavam dos cargos públicos, dos quais se encarregavam os senhores portugueses.<sup>3</sup> Os dois alemães Spix e Martius que estiveram no Maranhão, no início do século (1818), também deixaram registradas em sua obra - Viagem pelo Brasil - as impressões que lhes causaram essas rivalidades. Interessante ver aqui como os dois a elas se referiram:

*"...Notam-se [entre os habitantes de São Luís]... muitos descendentes, sem mistura, de portugueses, e grande número de negros; ...Os brancos, em cujas mãos se acham a administração, a maioria das casas do comércio e alguns ofícios, são em geral portugueses natos (filhos do reino). A sua atividade, espírito de iniciativa e antigamente também o sistema que excluía os nascidos no Brasil dos importantes cargos de Estado, deram a essa parte da população uma estranha preponderância sobre os brasileiros, disso resultando uma tensão. ...Os brasileiros, nascidos na fartura das necessidades físicas, ...reconhecem a supremacia do imigrado, e abandonam-lhe com certa timidez, a atividade comercial que enriquece, preferindo retirar-se para suas fazendas e gozar sua prosperidade. Embora laços de família prendam portugueses a brasileiros, restam não obstante, diferenças no*

3) GAIOSO, Raimundo José de Sousa, Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão, Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro, 1970, p. 115-123.

*pensar, nas forças e tendências, e, como todos os anos acodem novos imigrantes, conserva-se viva a tensão dos ânimos até que qualquer motivo externo desperte as sementes adormecidas da discórdia"<sup>4</sup>.*

No decorrer do século XIX, a estrutura social maranhense tornou-se mais complexa com o surgimento dos segmentos médios formados, em grande parte, de funcionários públicos, cujo número foi ampliado com a complexificação do aparelho de Estado; de pequenos comerciantes, de profissionais liberais e, ainda, de padres e literatos. Aumentou também sensivelmente a população dos homens livres destituídos de qualquer fortuna. Um pequeno número deles engajou-se, como feitores, vaqueiros, ou agregados nos centros da grande lavoura. Grande parte, porém, vivia desempregada, numa situação, como dizia Maria Sylvia de C. Franco referindo-se aos homens livres de S. Paulo,

*"de quase desnecessidade de trabalhar, com a organização social e a cultura se amoldando, no sentido de garantir-lhe ' uma larga margem de lazer, produzindo ' apenas o estritamente necessário para garantir uma sobrevivência pautada em mínimos vitais" <sup>5</sup>.*

A população escrava cresceu até a metade do século. A partir daí, porém, começou a reduzir-se. Em 1841, representava a metade da população total da Província, enquanto, que em 1874, constituía apenas 1/3 da população total do Maranhão (Veja Tabela V).

Nessa sociedade aparentemente estável, ferviam contradições, especialmente aquelas entre os que tra

<sup>4</sup>) SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil, Rio de Janeiro, 1976 p. 245-246, v. 2. Grifo meu.

<sup>5</sup>) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Editora Ática, 1976 p. 33.

balhavam e os que usufruíam do trabalho alheio - entre os senhores e os escravos e entre os senhores e os homens livres destituídos dos meios de produção. Tais contradições, muitas vezes, afluíam em assaltos, como os praticados pelos quilombolas e pelos índios. Outras vezes, eclodiam em levantes mais sérios, como os que se verificaram por ocasião da Balaiada examinada mais adiante. No seio da classe dominante, como já foi assinalado, existiam divergências que, nesse período, se intensificaram. No primeiro reinado e período regencial, os conflitos centralizaram-se entre os brasileiros, que geralmente eram fazendeiros, e os portugueses, em geral comerciantes, os quais disputavam a direção do aparelho de Estado. Nessa fase, foi grande a agaitação antilusitana.

Já no segundo Reinado, o poder político encontrava-se em mãos dos fazendeiros e as disputas pelo poder ocorreram no seio dessa própria fração de classe dominante.

## 2. A adesão do Maranhão à independência brasileira

Com a vinda de D. João VI para o Brasil e a Abertura dos Portos, os interesses da colônia e os interesses da Metrôpole tornaram-se mais antagônicos. A política do Regente descontentou a fração da classe dominante lusa ligada ao comércio colonial, levando, inclusive, esse setor a tomar parte na Revolução do Porto, exigindo a volta do Monarca e pretendendo o restabelecimento do monopólio comercial português no Brasil. Por outro lado, a política liberal do Regente, com relação ao Brasil, possibilitou a ampliação das relações entre a Colônia e a Inglaterra. Nesse quadro, prosperou a aliança entre os senhores proprietários de terra e de escravos brasileiros e a burguesia inglesa, para quem a posição de intermediação da Metrôpole tornava-a um intermediário indesejável. Tal situação tornou-se ainda mais insustentável com a volta de D. João VI a Portugal e

com as pretensões da Corte de recolonizar o Brasil. Essa decisão, impossível de ser aceita pela classe dominante brasileira, precipitou os acontecimentos em favor da causa brasileira, provocando o rompimento definitivo do Brasil com Portugal.

Com essa separação, o Brasil não se tornou econômica e politicamente uma nação independente, mas apenas um país política e economicamente independente de Portugal, conservando inclusive, mais ou menos intacta, a estrutura produtiva colonial. A independência brasileira, portanto, foi fruto "*mais de uma classe, que da nação tomada em conjunto*"<sup>6</sup>. Esse movimento, entretanto, não recebeu a adesão imediata de todas as províncias brasileiras, ou melhor dizendo, de todas as classes dominantes provinciais. Permaneceram, em algumas delas, como foi o caso do Maranhão, Juntas Governativas fiéis à Metrôpole.

Nessa época, no Maranhão, o poder político estava nas mãos dos comerciantes (portugueses) cujos interesses, mais do que em outras províncias brasileiras, ligavam-se aos da burguesia mercantil lusa. A Junta Governativa, representando essa fração de classe senhorial local, procurou agir no sentido de conservar o Maranhão separado do Brasil e unido à Metrôpole. Para isso solicitou ajuda a Portugal, reforçou as tropas da capital e do interior, assinou acordos com as Juntas do Piauí e do Pará, no sentido de conservarem-se essas Províncias ligadas à Metrôpole. Todo esse esforço, contudo, resultou em total insucesso, pois o movimento de adesão ao Império tomou corpo e terminou vencendo.

6) PRADO Jr., Caio. Evolução Política do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 42-52. Para maiores informações sobre o processo de independência brasileira ver ainda SODRÉ, Nelson Werneck, Formação Histórica do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976 p.161-188, Ver também os volumes Brasil Monárquico da Coleção História Geral da Civilização Brasileira, organizada por HOLANDA, Sergio Buarque de. Rio de Janeiro, Difel, 1978

Esse movimento pró-independência assumiu, por efeito da heterogeneidade de interesses que nele se manifestaram, uma feição bem complexa. Nele tomou parte uma fração da classe dominante local, representada pelos fazendeiros nacionais, até então alijados do poder e interessados no livre comércio. Alinhavam-se também a esses fazendeiros frações da classe dominante cearense e piauiense que vieram lutar no Maranhão pela causa da independência. Ao lado dessas forças, estava presente também parte da população oprimida maranhense e das vizinhas Províncias do Piauí e Ceará, constituindo-se as tropas improvisadas que lutaram contra as forças organizadas pela Junta Governativa Maranhense.<sup>7</sup>

Com a conquista do interior maranhense pelas forças fiéis ao Imperador, rendeu-se a capital, capitulação precipitada pela chegada a São Luís de Lord Cochrane, Almirante da esquadra contratada pelo Imperador para lutar contra as Províncias rebeldes. Efetivou-se, assim, a proclamação oficial da adesão do Maranhão ao Império do Brasil, em 28 de julho de 1823.

Essa vitória trouxe condições novas para os fazendeiros, fração da classe senhorial maranhense, os quais passaram a disputar a direção do aparelho de Estado, a fim de fazer valer os seus interesses. Com relação aos comerciantes (portugueses), a nova situação criada não significou o seu total afastamento do poder. Eles vão continuar, durante certo tempo ainda, a disputar, com os fazendeiros, o domínio do aparelho de Estado, decorrendo desses conflitos os fatos políticos que compuseram o agitado período que se estendeu por todo o primeiro império e período regencial.

7) Para informações sobre os combates e sobre o desenvolvimento geral da luta pela adesão do Maranhão à independência, ver MEIRELES, Mário M. de. História da independência do Maranhão, Rio de Janeiro, Artenova, 1972 e SILVA, Luís Antonio Vieira da. História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828) Rio de Janeiro, Companhia Ed. Americana, 1972.

Para os setores subalternos, a nova situação pouco ou nada se diferenciou da anterior que tinham combatido.

### 3. As lutas políticas no primeiro reinado e período regencial

Com a proclamação da adesão do Maranhão à independência, organizaram-se as Primeiras Juntas Governativas, compostas de elementos ligados aos fazendeiros. Não foram tranquilas, porém, as gestões destas Juntas, pois logo tiveram que enfrentar o poder e prestígio dos comerciantes portugueses. Apesar da derrota sofrida em 28/07/1823, os comerciantes permaneceram como fração da classe dominante e rapidamente se recompuseram para reconquistar as posições perdidas.<sup>8</sup> Comerciantes, ricos e elementos de grande distinção social e cultural, esses portugueses representavam uma força poderosa à frente do partido que ficou logo conhecido como partido dos portugueses ou dos puças, impedindo a consolidação do poder dos fazendeiros brasileiros. Os choques entre essa facção político-partidária e a dos fazendeiros, representada através do partido que ficou chamado de partido dos brasileiros, permearam toda a vida maranhense até a Regência. Os brasileiros denunciavam os portugueses de não cessarem de tramocar pela sujeição da Província a Portugal, enquanto os portugueses clamavam contra os atos que consideravam ilegais contra eles cometidos, como prisões, deportações etc. Os Governos constituídos nessa fase, ligados a um ou a outro desses partidos, deixavam-se arrastar pela exaltação dos ânimos que caracterizavam as lutas entre essas facções, cometendo atos arbitrários e deixando toda a Província num clima de verdadeira intranquilidade. Logo na gestão

8) Dizia Astolfo Serra em A Balaiada: "o 28 de julho poderá ser uma data oficialmente declarada da independência maranhense mas o que é certo é que o poder continuou em mãos dos portugueses". Apud MEIRELES, Mário Martins, 'op. cit.', p. 121.

da Segunda Junta Governativa ocorreu o conflito denominado de "Três Bês". Esse movimento, que teve a participação de diversas forças sociais, inclusive das classes subalternas que haviam lutado pela adesão, visava à deposição do poder das três famílias ligadas ao partido brasileiro: Belfort, Bruce e Burgos, integrantes da Junta, mas que não se entendiam, disputando entre si a liderança do poder. A situação agravou-se, quando a Junta publicou dois Atos. Pelo primeiro eram mandados sair do Maranhão, no prazo de oito dias, todos os portugueses solteiros que não possuísem bens de raiz; e, pelo segundo, era mandado que se retirassem da terra todos os europeus solteiros, possuísem ou não bens. Como razão dessa revolta, uma das hipóteses mais plausíveis é a de que, os portugueses, os mais prejudicados com as medidas tomadas pela Junta e, além disso, ansiosos pelo retorno ao poder, tenham atuado como força aglutinadora contra as três famílias do partido brasileiro. Para repelir esse movimento, levantou-se o governo, perseguindo violentamente os rebeldes.

*"Tropelias, saques, assâssinatos, cometeram essas forças governamentais, não só em S. Luís, como no interior, especialmente em Alcântara, onde deixou negra fama o Ajudante José Alexandre da Silva Lindoso"*<sup>8</sup>.

A situação da Província estava, pois, sobremeneira agitada, quando chegou pela segunda vez a São Luís, Lord Cochrane que pôs fim à revolta dos Três Bês, não se estabelecendo, com isso, contudo, a tranquilidade na Província. Os conflitos entre as frações da classe dominante expressos nas duas facções político-partidárias persistiram, pois nenhuma delas tinha força suficiente para impor-se e

9) MEIRELES, Mário Martins, História do Maranhão, Fundação Cultural do Maranhão, São Luís, 1980, p. 255.

consolidar-se no poder. Eram constantes os assaltos, as perseguições praticadas pelas tropas sob a direção, ora de um, ora de outro desses partidos. Os portugueses sofriam deportações, como a imposta ao líder português, Garcia de Abranches, rico comerciante, redator do jornal O Censor.

*"Ninguém estava seguro de sua pessoa, a espionagem devassava o interior das casas, as reuniões algum tanto numerosas eram tidas por ajuntamentos sediciosos e as queixas e censuras pór crimes"<sup>10</sup>.*

As lutas de caráter ideológico, através dos jornais, eram também coisas comuns, corriqueiras.<sup>11</sup> Esse clima político era agravado pela situação econômico - financeira da Província. Na década de 1920, começam a aparecer os efeitos da manutenção do livre-cambismo, que beneficiava sobremaneira as potências capitalistas pelos efeitos das baixas no preço do algodão, principal produto da exportação provincial. A respeito das transformações operadas na economia provincial por essa época, comentava Viveiros:

*"Subiam desmedidamente a exportação e a importação, mas os saldos que vinham sendo da primeira passaram para a segunda. E nem se diga que esses gastos fossem provenientes de maquinarias importadas para o aparelhamento de um parque industral".*

10) LEAL, Henriques, Pantheon Maranhense apud MEIRELES, Mário M. op. cit., p. 249.

11) Os principais jornais dessa época em, São Luís, porta-vozes desses dois partidos eram: do lado dos portugueses: O Amigo do Homem, 1825/1827, O Censor, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, A Bandurra, 1828. Do lado dos brasileiros: O Argos da Lei, 1825, O Farol Maranhense, 1829, 1832.

*trial... gastávamos, portanto, nossas reservas no conforto e no luxo, a que nos íamos habituando com o convívio dos ingleses e franceses".<sup>12</sup>*

Com a abdicação, o clima político ficou mais tenso, ocorrendo no Governo Araújo Viana (1829-32) alguns motins que ficaram conhecidos como a Setembrada e a Revolta de Novembro. Esses movimentos, liderados por membros do partido brasileiro, exigiram do Governo a aprovação de severas medidas contra os portugueses, como a que estabelecia a expulsão de todos os inimigos da independência e a que instituía a demissão da Fazenda e da Justiça de todos os funcionários não brasileiros. Esses motins, logo abortados pelas tropas do Governo, evidenciavam as tensões político-partidárias e a instabilidade social vigente. Esse clima de choques e tensões permitiu que aflorassem as contradições entre a classe senhorial e as classes oprimidas. Nesse período, vários bandos de homens livres desempregados infestavam as margens do Itapecuru, região mais rica da Província, cometendo arruaças. Muitos negros procuravam nas matas a liberdade que não podiam ter nas fazendas. Isto levou o Presidente Costa Ferreira (1834-37) a criar, em 1838, a Polícia Rural e o Corpo de Polícia da Província para ajudar na manutenção da ordem.

Até a eclosão da Balaiada, portanto, eram grandes as disputas entre os dois partidos representativos das frações da classe senhorial. Nessa fase regencial, os dois partidos, dos portugueses e dos brasileiros foram também chamados de partido dos cabanos e partido dos bentevis, respectivamente. Entre os bentevis figuraram, nessa fase, como seus intelectuais orgânicos, José Cândido de Moraes e Silva à frente do jornal O Farol, Odorico Mendes, João Lisboa, esse último redator dos jornais Eco do Norte e Crônica Mara

<sup>12)</sup> VIVEIROS, Jerônimo de. op. cit., p. 182 v. 1

nhense. Em 1837 ascenderam ao poder os cabanos, suscitando enorme reação dos bentevis. Estes criticavam todos os atos praticados pela Administração Provincial composta de cabanos. A Lei que instituiu os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, por exemplo, foi um ato violentamente censurado pelos bentevis que diziam ser um instrumento criado para garantir a manutenção dos adversários no poder. Os atritos entre esses dois partidos, repetiam-se diariamente. Esse clima favoreceu o aparecimento da revolta das classes dominadas, manifestada no grande movimento - a Balaiada - que se alastrou por todo o Maranhão oriental, ameaçando a ordem estabelecida.

#### 4. A Balaiada

Às vésperas da Balaiada, como se pode ver, a agitação política no Maranhão era intensa. Na fase regencial, não apenas no Maranhão, mas em todo o Brasil, a situação foi bastante instável, ocorrendo conflitos e revoltas de maior vulto em diversas Províncias. No Pará, havia eclodido, com intensidade, a Cabanagem. No Rio Grande do Sul, lavrara a Guerra dos Farrapos. Na Bahia e em Pernambuco, também registraram-se graves levantes. A situação geral do Império era, pois, de intranquilidade. Na fala do trono de 1836 lizia o regente Feijó:

*"O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império: aplicai a tempo o remédio".<sup>13</sup>*

A Balaiada se estendeu por mais de dois anos no Maranhão, do fim de 1838 a começo de 1841. Teve, como condição, o quadro de conflitos no interior da classe dominante e representou o afloramento das contradições fundamentais que havia entre senhores e escravos, e entre senhores e homens livres, estes excluídos e marginalizados pela exis

13) FEIJÓ, apud, PRADO, Jr., Caio, op. cit. p. 69.

tência do escravo. Os balaios eram, pois, constituídos de homens livres sem ocupação fixa, de posseiros, de vaqueiros, de ex-soldados, de artesãos, além dos quilombolas. Esses elementos explorados e oprimidos, não encontrando na nova ordem que se constituiu resposta aos seus anseios de liberdade e de justiça, davam vazão, através dessa luta, às antigas tensões e revoltas. A independência brasileira, pela qual muito deles haviam lutado, não lhes trouxe benefício algum. Pelo contrário, com o clima de instabilidade política que se instalou, eles foram ainda mais perseguidos e reprimidos.

*"...multiplicavam-se os atos de violência e prepotência. Às perseguições, aos vexames, aos maus tratos, às prisões ilegais e recrutamento, juntavam-se os trabalhos em estabelecimentos rurais, os açoites..., Nestas condições, a revolução era uma coisa fatal"<sup>14</sup>.*

Dessa forma irrompeu a luta, não se apresentando como um movimento unificado, com objetivos definidos, com perspectivas de mudanças mais consequentes, mas como uma revolta que se caracterizou por sucessivos e ininterruptos levantes de bandos armados, o que favoreceu o seu rápido declínio.

*"No feitiço geral da Balaiada domina a caudilhagem, o que a impediu de se transformar num movimento de resultados mais sérios. Em vez de um levante em massa, logo aproveitado para a realização de uma política consequente, o que vimos é a cristalização de grupos sertanejos em torno de che-*

14) AMARAL, José Ribeiro do, Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão, apud ALBUQUERQUE, Manoel Maurício, op. cit., p. 373.

*fes, formando assim apenas bandos armados que percorrem o sertão em saques e depedrações*"<sup>15</sup>.

Entre esses bandos, distinguia-se o liderado pelo negro Cosme, formado por cerca de 1.000 quilombolas.<sup>16</sup> Outro bando era o chefiado por Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, cujo apelido de balaio (por ser seu ofício a fabricação de cestos ou balaios) deu o nome à luta. O primeiro levante ocorreu na povoação da Manga, às margens do rio Igua-rã, logo seguido por outros que se espalharam por todo o Maranhão oriental, desde o litoral, defronte da ilha, até os Sertões de Pastos Bons, atingindo mais intensamente as margens do Itapecuru, região mais rica da Província.

Nos seus primeiros tempos, a revolta teve grande sucesso. Os balaios tomaram vilas e cidades, como a de Caxias, maior centro comercial e produtor do interior. Ocuparam também Icatu, vila próxima a São Luís, espalhando o pânico entre os habitantes da capital. Em Caxias organizaram um conselho militar, através de Assembléia composta com os chefes da luta e com os líderes bentevis caxienses. Houve, pois, uma aliança provisória entre os balaios e alguns elementos bentevis dessa cidade conquistada. Através dessa aliança, os bentevis procuraram se beneficiar da situação, atuando como mediadores e impondo seus interesses nas condições apresentadas ao Governo da Província pelos rebeldes, para deposição das armas. Entre as condições, destacavam-se exigência da expulsão dos portugueses e restrição dos direitos dos que se houvessem naturalizados, medidas essas que interessavam unicamente aos bentevis. Urge que se assinale,

15) PRADO Jr., Caio, op. cit., p. 71.

16) Ultimamente vêm aparecendo estudos críticos sobre os levantes negros no Brasil. Esses trabalhos têm procurado recuperar, nesses movimentos, seu caráter de rebelião dos oprimidos. A Balaiada, embora careça de estudos mais aprofundados, visando reconstruir a dimensão de revolta das classes dominadas no Maranhão talvez seja o mais conhecido dos levantes de escravos no Brasil.

contudo, que o partido bentevi, em geral, combatia os ba  
laios. Dizia a Crônica Maranhense, o principal jornal do  
partido bentevi, que os dois partidos provinciais deviam jun  
tar-se num só corpo para que, unidos, pudessem combater o  
inimigo comum - o balaio.<sup>17</sup>

A enorme proporção que vinha assumindo a revolta  
fez o Governo Central intervir, reforçando as forças lo  
cais com tropas vindas do Pará, da Bahia, de Alagoas, de Per  
nambuco, da Paraíba, do Ceará e do Piauí e delegando todo  
o comando das forças legais ao Coronel Luís Alves de Lima,  
o futuro Duque de Caxias, que ocupou, cumulativamente, os  
cargos de Presidente da Província e Comandante das Armas.  
Com Caxias, que soube habilmente aproveitar-se da desunião  
que reinava entre os balaio e que contava com forças supe  
riores, a rebelião em pouco tempo foi sufocada. De seus  
principais chefes, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira - o  
balaio - foi morto na luta. Raimundo Gomes, chefe do primei  
ro bando levantado, rendeu-se e morreu, quando se dirigia  
para o exílio em São Paulo. O negro Cosme foi enforcado. O  
vencedor dos balaio recebeu o título de Barão de Caxias.

Com o fim da Balaiada (1841) iniciou-se nova  
fase política no Maranhão sob o domínio da classe senhorial  
constituída pelos fazendeiros. Daí por diante, as lutas pe  
lo poder político vão ocorrer no seio dessa própria fração  
de classe, agora dividida em duas facções político-partidá  
rias, que tentavam consolidar a sua dominação, impondo a to  
da a sociedade os seus interesses.

##### 5. O confronto das forças político-partidárias no Segundo Império

Com a Balaiada, as lutas entre os bentevis e

<sup>17)</sup> Jornal Crônica Maranhense, S. Luís, 1838, 1849. Edição do  
Departamento de Imprensa Nacional, 1960, p. 248, 86, 88,  
159.

os cabanos se arrefeceram. Acusando-se mutuamente de terem concorrido para a eclosão dessa rebelião, esses partidos esvaziaram-se, à medida em que a revolta se ia alastrando, sem que o governo local tivesse força para debelá-la. O próprio Coronel Luís Alves assim comentava sobre os dois partidos: "servindo de paradeiro às exigências dos partidos, que brei-lhes a força; e ambos me coadjuvaram".<sup>18</sup>

Com o fim da Balaiada, ascendeu ao poder o partido bentevi, permanecendo até 1846, quando se deu uma reorganização partidária na Província. Nesse ano (1846), dissidentes dos tradicionais partidos uniram-se, alimentando, mais ou menos, o mesmo ideal progressista e formaram um novo partido - o da Liga Maranhense - que logo chegou ao poder, defendendo para a Província um amplo programa de "melhoramentos materiais e morais". Comprometia-se a Liga com a promoção de uma política de "salvação e de paz", de verdadeira "metamorfose social". Esse novo partido era representado pelos fazendeiros, donde se sobressaíam os senhores de engenhos interessados na implementação de reformas econômicas. Seus grandes líderes foram: João Lisboa, os Franco de Sá, os Costa Ferreira, os Ribeiro (esses últimos de Alcântara), os Teixeira Mendes, os Vilhena e os Carvalho Reis. Através, sobretudo, de seus jornais O Progresso, A Imprensa, os membros da Liga pregavam as reformas econômicas e os "melhoramentos morais".

Os "melhoramentos materiais" visados eram, sobretudo, aqueles que favoreciam o desenvolvimento dos produtos agrícolas exportáveis, especialmente o açúcar. Defendiam o que chamavam de "revolução agrícola", ou seja, várias medidas reformistas para incrementar a economia mercantil, conforme foi visto no Capítulo II.

<sup>18)</sup> Apud HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, S. Paulo, Difel, 1978, p. 164 v. 4 Grifo meu

Como "*melhoramentos morais*" os partidários da Liga entendiam a difusão dos valores dominantes, através dos diversos canais ideológicos, partidos, associações, escolas, sociedades, favorecendo, assim, a consolidação da hegemonia desses fazendeiros.

Opuseram-se à Liga<sup>19</sup> duas agremiações partidárias. Uma denominada de Estrela, mais ligada aos interesses das camadas médias urbanas e a outra, chamada de Saquarema, representada por fazendeiros em geral ligados à cultura do algodão e menos adeptos às reformas econômicas pregadas pela facção da Liga Progressista.

A Liga, dizendo-se partido da conciliação, ora conseguia a adesão de elementos da Estrela, ora de Saquarema, facilitando, assim, a vitória de seus candidatos e ampliando e consolidando o seu poder. Defendendo a idéia da conciliação dos partidos, a Liga estava acompanhando, (e dela se beneficiando) a tendência manifestada pelos partidos políticos nacionais, favoráveis à conciliação dos dois grandes partidos, liberal e conservador. Essa tendência de fato se concretizou no período de 1853 a 1858, quando ocorreu a conhecida fusão dos partidos, sob a liderança do gabinete presidido pelo Marquês do Paraná, Honório Hermeto de Carneiro Leão.

Em 1860, a Liga redefinia-se, fundindo-se com saquaremas dissidentes e formando um novo partido, o liberal. Por outro lado, reorganizava-se, em 1863, o partido saquarema, dando surgimento ao partido constitucional. Desse período em diante, até o final do Império, esses dois novos partidos vão disputar as posições políticas na Província, visando a consolidar sua força e dominação, para impor seus interesses sobre toda a sociedade. Nesse último período, no entanto, houve um maior predomínio no poder dos constitucionais que tiveram alguns de seus grandes chefes, como Silva

19) Para maiores informações sobre a Liga Progressista ver especificamente o Jornal O Progresso, São Luís, de 1847 a 1857.

Maia e Gomes de Castro, ocupando a presidência da Província. É bom lembrar que, no mesmo período, o projeto de reestruturação econômica dos fazendeiros - progressistas (antigos integrantes da Liga) não encontrava mais condições de expandir-se.

Em que pesem as disputas entre os dois partidos provinciais, eles não divergiam fundamentalmente. Seus conflitos nunca tiveram por base uma consistência ideológica profunda. Em geral, opunham-se quanto a aspectos políticos - institucionais e quanto à maior ou menor intervenção da administração na economia. De toda forma, as divergências atendiam somente a interesses diferentes das frações dominantes e não acarretavam mudanças profundas que ameaçassem o "*status quo*". As questões defendidas por esses partidos, portanto, não visavam mudanças radicais na ordem estabelecida, pondo fim às discriminações econômicas e sociais existentes. Objetivavam, sobretudo, o aperfeiçoamento das bases de dominação, consolidando a hegemonia de uma ou outra fração dos fazendeiros, principal base de sustentação desses partidos provinciais.<sup>20</sup>

#### 6. As práticas de resistência dos escravos

Com a sufocação da Balaiada não se pôs fim aos protestos dos elementos dominados, principalmente dos índios e dos negros, que continuaram, embora sob formas menos ostensivas, a reagir à situação inferior em que viviam.

Os Presidentes de Província, dessa fase, denunciavam, com frequência, a formação constante de novos quilombos e a ação dos escravos fugitivos, destacando a necessidade de reprimir tais práticas que representavam uma ameaça

<sup>20)</sup> A descrição desse item fundamentou-se principalmente em leituras dos jornais maranhenses da época, sobretudo dos jornais: A Revista de 1842 a 1844, A Imprensa de 1857 a 1862, O Progresso de 1847 a 1857, O Observador, de 1847 a 1861, A Coalizão, 1862, Crônica Maranhense, 1838, 1839, O Globo, de 1852 a 1855 e 1858 a 1859, Diário do Maranhão, 1856 a 1858 e 1873 a 1889. Liberal de 1870 a 1873.

ça à ordem. Esses quilombos localizavam-se em vários pontos da Província, nas matas de Turiaçu, onde havia maior número deles, e nas matas do Alto-Mearim, de Viana, de Rosário, de Icatu, de Vargem Grande, de Alcântara, de S. Bento. Ataques às fazendas, roubos, sublevações e sedução de outros escravos eram, cada vez com mais frequência, cometidos pelos quilombolas. Em 1867, denunciava o Presidente Dória a sublevação de escravos do temido quilombo de São Benedito do Céu, onde quilombolas assaltaram várias fazendas como as de Santa Bárbara, Santo Inácio de Timbó, no município de Viana. Temeu-se, na ocasião, que a sublevação tomasse maiores proporções, com o possível levante dos outros escravos da região. Dizia ainda o Presidente Dória que, de longa data, quilombos vinham infestando as extensas matas do Turiaçu, Viana e Alto Mearim, oferecendo constante ameaça à manutenção da ordem e da segurança pública e aos interesses da agricultura.<sup>21</sup> Seduções de escravos feitas por quilombolas eram anunciadas pelo Presidente Maia em 1870.<sup>22</sup> Em 1871, mostrava o Presidente Maia o perigo que causava à ordem os inúmeros ataques feitos pelos negros dos quilombos localizados nos municípios de Rosário, Icatu, Vargem Grande, S. Bento, Viana etc.<sup>23</sup> Também afirmava o Presidente Almeida de Albuquerque (1876) que, na vila de S. Bento, quilombolas armados ostensivamente roubavam gado.<sup>24</sup>

Para reprimir os protestos dos negros, reorganizou-se a antiga força, constituída do Capitão-do-Mato, com a criação das Guardas-Campestres (1850).<sup>25</sup> Somente no ano

21) Relatório Franklin A. de Menezes Dória, 28/10/1867, p. 6, 7, 8 e 9.

22) Mensagem José da Silva Maia, 18/5/1870, p. 5

23) Relatório José da Silva Maia, 29/8/1871, p. 18 e 19.

24) Relatório Frederico de Almeida e Albuquerque, 7/12/76, p. 12.

25) No início do século XIX, o Governador Bernardo da Silveira regulamentou a instituição do Capitão-do-Mato, que tinha a seu serviço vários soldados do Corpo de Milícias ou de Pedestres. Em 1850, reorganizou-se essa força, criando-se a Guarda-Campestre. Nesse mesmo ano foram criadas 10 Esquadras para servir como Guarda Campestre (Ver VIVEIROS, Jerônimo de op.cit., p.88, v. 1 e Fala do Presidente Eduardo O. Machado, 7/9/1851, p. 5 e 6).

de 1850 foram criadas dez Esquadras-do-Mato. Para desativar certos quilombos, como o quilombo de S. Benedito do Céu, por ocasião da grande sublevação de 1867, foram organizadas várias esquadras, contando com inúmeras forças, inclusive com contingentes do Pará.

Apesar de toda a ação repressora posta em prática por um governo dominado por senhores escravistas, o protesto do negro escravo não cessou. O processo de desarticulação do escravismo punha-se em marcha. No final do Império, esse protesto era encorajado pelo novo clima mais aberto à libertação dos escravos, que se ia criando no Maranhão e em todo o Brasil. No Maranhão porém, esse clima era bastante tênue, graças a existência ainda arraigada da ideologia escravista defendida pelos senhores fazendeiros. Esse clima, condicionado por vários fatores econômicos, sociais e políticos, resultou, no Brasil, na vitória da causa abolicionista, muito embora a abolição não tenha trazido para o negro mudanças sociais profundas que lhe dessem oportunidades necessárias à sua integração no sistema econômico. No Maranhão as idéias abolicionistas foram manifestadas, pelas Sociedades Manumissoras, como a "28 de Julho" e através das inúmeras alforrias verificadas.

#### 7. A política de integração do índio

O índio, no Maranhão, sempre reagiu às mais diversas práticas de exploração que lhe foram impostas. Nos tempos coloniais, foi ele apreendido e utilizado como escravo, vindo a ser o principal trabalhador do Maranhão. Disse Manoel Maurício:

*"No Maranhão, o baixo índice de rendas incentivou a prática constante da escravidão indígena, levando Bento Maciel Parente a sugerir ao Rei Felipe III da Espanha e de Portugal a implan*

*tação do sistema das encomiendas já ins-  
tuído na América Espanhola. No Maranhão.  
... o escravo indígena, até o século  
XVIII, foi o trabalhador direto fundamen-  
tal na fabricação do açúcar, do anil".<sup>26</sup>*

Na segunda metade do século XVIII, com a trans-  
formação da economia maranhense, até então, de subsistên-  
cia, para agro-exportadora, o escravo africano veio substi-  
tuir o índio na exploração da terra. Isso não fez cessar a  
expropriação e a exploração que se fazia do índio, que pas-  
sou a sofrer outras formas de dominação. Desse período em  
diante, dada a necessidade contínua de incorporação de no-  
vas terras, para a expansão da grande lavoura, foi-lhe impos-  
ta a ação dos "destacamentos" ou "tropas de entrada" que vi-  
savam repeli-lo para territórios longínquos, desalojando-os  
de seu habitat preferido.

A partir do decênio de 1840, e durante todo o  
período do Segundo Reinado, época de desarticulação do sis-  
tema escravista, as condições político-econômicas maranhên-  
ses, então surgidas, levaram a novas práticas em relação  
ao índio, desaparecendo, em grande parte, a ação dos desta-  
camentos. Nessa época, as condições econômicas estavam a  
exigir a solução de duas necessidades básicas: a de incorpo-  
ração de novas terras, demandadas não apenas pela explora-  
ção dos produtos tradicionais, mas pelo cultivo do novo gê-  
nero a cana, e a necessidade de mão-de-obra. No campo po-  
lítico, distinguia-se, nessa fase, a grande preocupação dos  
senhores fazendeiros em consolidar o seu poder, impondo seus  
interesses e seus valores a toda a sociedade maranhense. Pa-  
ra satisfazer à necessidade de ocupação de novas terras, fo-  
ram desalojadas inúmeras tribos indígenas, localizadas nas  
bacias do Pindaré, Mearim e Grajaú. A Administração Provin-  
cial, entretanto, através da política intitulada "catequese  
e civilização dos índios", procurou aldear esses indígenas

<sup>26)</sup> ALBUQUERQUE, Manoel Maurício, op. cit., p. 29

em diretorias e colônias, a fim de que não sublevassem a ordem e não pusessem obstáculos à ocupação das novas terras conquistadas. Visava ainda essa política a adestrar esse indígena, para que fosse empregado em trabalhos que pudesse desempenhar, como a construção de estradas. Criaram-se, para isso, Companhias de Trabalhadores Índios. Essa política indigenista correspondia, pois, aos interesses dos fazendeiros detentores do poder que, tendo consciência da não adaptação do indígena ao sistema de trabalho da grande lavoura, tentaram utilizá-lo em trabalhos secundários. Ainda assim, esses trabalhos beneficiavam, de certa forma, a agricultura e poupavam o uso da escassa mão-de-obra escrava.

Esses objetivos reais da política indigenista transparecem na documentação examinada, como no trecho que se pode ver abaixo, referente a um comentário do Presidente Franco de Sã sobre a Colônia de S. Pedro:

*"Afirmo que já da Colônia se colhiam vantagens mui positivas: acabo de apontar-vos uma bem interessante qual a de cento e tanto selvagens transformados em colonos úteis, roteando terrenos incultos e concorrendo com algum produto de seu trabalho para o movimento comercial - ajuntei a isto... a participação de todas as tribos numerosas e outrora ofensivas do Pindaré...; a consequente segurança da navegação deste rio, e das terras ribeirinhas, todas da melhor qualidade, o que há concorrido eficazmente para que nelas se tenha estabelecido grande número de fazendas e engenhos de açúcar..."<sup>27</sup>*

Em 1874, a Administração Provincial já havia criado 21 diretorias e 6 colônias, havendo, nessa data, nesses centros, cerca de 13.000 índios<sup>28</sup>.

<sup>27)</sup> Relatório Joaquim Franco de Sã, 3/5/1847, p. 36 a 38

<sup>28)</sup> Relatório Frederico Cardoso de Araújo Abranches, 17/1/1876, p. 40.

Essas colônias e diretorias localizavam-se, em sua maior parte, nos vales dos rios Pindaré, Mearim e Grajaú, áreas de maior concentração indígena. Nesses centros, os índios deveriam cultivar os gêneros para sua subsistência. Nas colônias, os índios menores deveriam frequentar as escolas de Primeiras Letras e as oficinas aí criadas. Todos os índios das colônias deveriam aprender a ética cristã e a língua portuguesa. Essas práticas de integração do índio às leis de funcionalidade da estrutura social dominante não foram capazes, contudo, de conter as contradições existentes, vindo o índio a reagir, muitas vezes, violentamente, a essas formas de dominação.

Com alguma frequência observou-se, nos Relatórios Presidenciais, referências a levantes, assaltos, assassinatos cometidos pelos índios, como formas de reagir à política que lhes era imposta.

Logo após a Balaiada, ocorreram incursões de índios bravios a centros importantes como Caxias, Codó, provocando grande pânico nas populações desses núcleos urbanos<sup>29</sup>.

Em 1854, denunciava o Presidente O. Machado a existência de mais de 2.000 índios que haviam emigrado de suas aldeias, passando a vagar pela Província. Advertia esse Presidente sobre a ameaça à ordem que representavam esses elementos e expunha as hostilidades que alguns deles haviam cometido à fazenda do Coronel Vaz Júnior<sup>30</sup>. Em 1862, o Presidente Campos Melo conclamava a Assembléia para que votasse medidas mais favoráveis a um melhor resultado da política indigenista, por causa das enormes deserções que faziam os índios das aldeias e das colônias. Mostrava ainda que essas deserções eram uma prova cabal de que a política adotada não era bem recebida pelo índio, devendo, por isso,

29) Relatório Jerônimo M. Figueira de Melo, 3/5/1843, p. 5.

30) Relatório Eduardo Olímpio Machado, 3/5/1854, p. 31.

ser reformada. Sugeria que os recursos da religião fossem associados aos do Estado, a fim de que mais fácil e mais rapidamente se realizasse a "civilização" dos índios. Advertia mais esse Presidente para que fossem doadas aos índios, terra, a fim de que a colonização não lhes parecesse uma prática hostil<sup>31</sup>. Reconhecia, ele por conseguinte, publicamente, que a política indigenista adotada, longe de satisfazer aos anseios dos índios, atendia muito mais aos interesses das camadas governantes. Esta era a grande causa da contínua luta de protesto dos índios.

Em 1867, dizia o Presidente Souza Carvalho:

*"Em fins do ano próximo passado (1866) alguns índios residentes entre os rios Grajaú e Pindaré... deram o costumado grito de vingança contra todos os cristãos e dominados por este sentimento praticaram diversos atos de crueldade até que a ação da autoridade os conteve"*<sup>32</sup>.

Em 1874, denunciava o Presidente Viveiros o grande levante indígena que por três dias devassou o distrito de Parauá.<sup>33</sup>

O índio, portanto, continuava lançando o seu grito de protesto às práticas impostas pelos senhores fazendeiros que, ao desintegrar-lhes o universo, deixava-os marginalizados, em indignas condições de vida.

#### 8. Os projetos políticos dominantes

Os fazendeiros que compunham a Liga Progressista, cuja liderança política fez-se sentir mais fortemente nas primeiras décadas após a Balaiada, tinham um projeto

31) Relatório Antonio M. de Campos Melo, 27/10/1862, p.38-39.

32) Relatório Antônio Alves de Souza Carvalho, 4/4/1867, p.6

33) Relatório José Francisco de Viveiros, 28/9/1874, p. 9.

político-econômico de cunho modernizador, o qual procuraram impor a toda a sociedade.

A nível econômico, como já foi visto, esse projeto consistiu na implementação de medidas, não visando à transformação da base produtiva escravista, mas apenas ao seu aperfeiçoamento, à sua modernização, a fim de que pudessem se ajustar-se às novas aspirações desses fazendeiros de seguimento da economia mercantil. Esse conjunto de medidas, como fôra já apresentado, consistia no aperfeiçoamento do processo produtivo, no melhoramento das vias de transporte, no desenvolvimento do ensino profissional, na busca de soluções para os problemas da falta de mão-de-obra e de capital disponível à agricultura etc.

A nível social e político, o projeto significava o alargamento e a consolidação do papel de liderança política dos fazendeiros da Liga, através do domínio do aparelho do Estado e da conquista da adesão ideológica das mais amplas camadas sociais, condição inclusive indispensável para a própria manutenção no poder desses fazendeiros. O programa implementado, que consistia na promoção de "*melhoramentos morais*" para a Província, visava à difusão dos valores ligados aos interesses fundamentais desses partidários. Os veículos utilizados para conquista desses "*melhoramentos morais*" foram o partido político, os jornais, as associações e a escola.

O partido da Liga Maranhense, mais tarde transformado em Partido Liberal (1860), foi o grande canal, através do qual esses fazendeiros procuraram tanto consolidar-se no domínio do aparelho de Estado, como conquistar a direção moral e intelectual da sociedade. Esse partido difundia os seus postulados por meio de Sociedades, a exemplo da Liberal Maranhense, criada em 1852, da Liberal de Turiaçu, da Liberal Vianense (essas duas últimas atuavam especificamente no interior), e por meio de jornais, tais como O Progresso, A Imprensa, O Liberal etc., por ele fundados e

que foram seus grandes porta-vozes.

Além do partido político, os progressistas (partidários da Liga) também procuraram utilizar-se da escola e da religião, como meios de exercício da hegemonia, para a sua permanência e manutenção no poder. Franco de Sá, um dos maiores líderes da Liga e um de seus fundadores, quando na Presidência da Província, defendeu a já discutida reforma educacional. No seu governo, foi aprovada a Lei nº 234 que autorizou a reforma da instrução provincial, realizada em 1855. Dizia ele que era necessário elevar o índice de escolaridade da população maranhense, através da ampliação da rede escolar, sob uma *"ampla e radical reforma"* educacional. Defendia também o ensino religioso nas escolas. Em sua gestão como já foi apresentado, foi adotado nas escolas primárias o livro Novo Testamento de N. S. Jesus Cristo, tradução do Bispo D. Joaquim de N. S. de Nazareth. Dizia O Progresso que um livro como esse, que encerrava o sublime preceito - *quod tibi non vis alteri non facias* - era de todos o que melhor se poderia escolher para a educação moral da mocidade. Para esses fazendeiros, o ensino primário deveria *"iniciar os jovens nos deveres do homem e do cidadão"*, difundindo-lhes os ensinamentos morais, beneficiando, desse modo, a ordem estabelecida. A promoção dos ensinos de ofícios e agrícola, da mesma forma, tinha por fim *"conformar"* os jovens das camadas livres inferiores aos valores dominantes, integrando-os na sociedade. O interesse manifestado pelos governantes dessa fase pela difusão desses ensinos ligava-se, portanto, a essas funções que a escola deveria desempenhar. Esses ensinos, como se pode ver, vieram ter, nesse período, um certo desenvolvimento, principalmente o agrícola.

Não somente coação, mas, sobretudo, conquista do consenso foi, pois, o grande programa perseguido por esses fazendeiros, nessa fase, onde a garantia da ordem apresentava-se como meta prioritária, devido à instabilidade política do período imediatamente anterior e que ainda se estendeu pela década de 40. Apenas para reafirmar esse fato,

é interessante dizer que, nessa época, vários bandos ainda infestavam o interior. O Presidente Figueira de Melo, em 1843, denunciava à Assembléia que a ordem social não estava ainda estabilizada. Atente-se para o que dizia esse Presidente:

*"Não é lisongeiro o quadro que tenho de traçar-vos. A desastrosa guerra civil que por mais de dois anos assolou esta Província,...abriu-lhe feridas que ainda infelizmente sangram; afrouxou-lhe os laços da obediência e respeito às leis e às Autoridades e por tal forma desmontou a máquina social que só o tempo, por um lado, e por outro a energia e o bom senso das Autoridades e o patriotismo de todos os cidadãos honestos podem remediar os estragos que essa guerra causou" <sup>34</sup>...*

Declarava ainda que havia perseguido os bandos que, em vários pontos da Província, mais intensamente, na comarca de Caxias e de Pastos Bons, começiam desordens. Informava também que havia enviado forças para repelir os índios que incursionavam em Caxias e Codó e para desativar alguns quilombos.

A preocupação pela garantia da ordem levava, assim, os fazendeiros a buscar meios que não fossem apenas de repressão direta para o controle da sociedade. A respeito da necessidade da utilização de meios não coercitivos, dizia o Presidente Franco de Sá, exprimindo quase que o pensamento de todos esses fazendeiros:

*"Mas se é certo que sem esta (força física) não pode a autoridade executiva garantir as vantagens da ordem pública e a*

<sup>34)</sup> Relatório Jerônimo M. Figueira de Melo, 3/5/1843, p. 5 grifo meu.

*fiel observância das Leis, é também incontestável que limitada a ação coercitiva se achará desapontada no desempenho da mais importante e grata de suas atribuições, qual a de promover o melhoramento moral e real do país: esta [força física] contém ou reprime, sem corrigir; este [melhoramento moral e real] modificando os costumes, removendo os embaraços físicos, facilitando enfim por vários meios de um lado o cumprimento dos deveres, e de outro a prontidão e o alcance da ação governativa, previne e dispensa em muito o emprego da repressão material. O mundo social enfim obedece hoje mais à força moral, e civilizadora do que ao estrondo ou compressão da força física: revela pois não sacrificar a este meio administrativo os outros por quão poderosos e igualmente indispensáveis e muito - mais benéficos".*<sup>35</sup>

Franco de Sá ainda denunciava o enorme despendio da Província com a manutenção da força policial (representava, nessa época, 43% da receita pública), achando ele que parte desses recursos deveria ser empregada para a realização de melhoramentos morais tão necessários à permanência da ordem e do equilíbrio social.<sup>36</sup> Ao lado da coação física utilizada principalmente para reprimir a classe antagonica dos escravos, esses fazendeiros, com relação às camadas médias e à população livre inferior, buscaram usar outros meios visando a conquistar o consenso, consolidando, assim, a sua hegemonia. Com relação ao Índio, como se verificou, também foi aplicada uma política mais branda (criação de colônias e diretorias e fundação de Companhias de Trabalhadores Índios), visando à integração dessa população

35) Relatório Joaquim Franco de Sá, 3/5/1847, p. 8 e 9 grifo meu.

36) Idem p. 8 e 9.

desalojada de seu habitat de origem às leis de funcionali  
dade da estrutura social dominante.

A partir dos anos 60, com o agravamento da si  
tuação econômico-financeira da Província, a fração dos fa  
zendeiros identificada com o partido liberal (antiga Liga  
Progressista) encontra dificuldades para levar adiante seus  
projetos de "melhoramentos materiais e morais" e, gradati  
vamente, perdeu a hegemonia e o poder para os fazendeiros  
de mentalidade mais conservadora, representados pelo Parti  
do Constitucional. Nas duas últimas décadas do Império, sob  
a hegemonia dos conservadores, notou-se uma ausência de pro  
jetos econômicos e sociais de vulto. Tal situação correspon  
deu a uma mudança nas próprias relações entre classe domi  
minente e classes subalternas. Desde a década de 60, não  
ocorrendo levantes e lutas que pusessem em risco a ordem es  
tabelecida, não se impunha com a mesma urgência um projeto  
reformador. A crise estrutural da produção, também, minou  
as bases e gerou menos recursos para a realização de proje  
tos mais ambiciosos.

Com relação a alguns setores, como o educacio  
nal, por exemplo, houve uma tendência a uma certa omissão  
do Estado. As propostas educacionais, dessa época, defenden  
do o ensino livre, evidenciavam o descaso da Administração  
Local pela promoção da instrução pública.

Do ponto de vista econômico, como foi visto,  
os projetos, apresentados como meios para remediar ou supe  
rar a grave crise enfrentada pela grande lavoura, foram in  
significantes.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que o proje  
to político do período 1840-1860 caracterizou-se por uma  
certa euforia progressista, levando a uma maior presença da  
Administração Provincial na produção e no funcionamento do  
conjunto da sociedade, visando à realização de "melhoramen  
tos materiais e morais". O projeto político dominante, nas  
últimas décadas do Império, todavia, foi marcado pela quase

total ausência de realizações da Administração Local, sendo conservador em sua inspiração, e tinha como um de seus fins fundamentais conter gastos públicos em atividades consideradas não essenciais, para minorar os problemas econômicos dos fazendeiros em crise.

## CONCLUSÃO

A metodologia adotada neste trabalho permitiu que os principais resultados analíticos dos capítulos fossem esclarecendo, em níveis cada vez mais complexos de análise, o fenômeno em estudo. Ainda assim, cabe discutir, como síntese e como conclusão de minha análise, esses resultados para uma compreensão mais profunda das propostas educacionais e da evolução do ensino público no Maranhão.

Inicialmente, vale destacar as preocupações manifestadas com a instrução provincial, a partir do final da década de 1930, onde se sobressaía a necessidade de se promover uma ampla reorganização do ensino público, em especial do ensino elementar. Essa reorganização era discutida a partir de certas idéias presentes, tanto no pensamento educacional brasileiro, como na mentalidade católica - brasileira. Tais idéias evidenciavam a necessidade de se promover a fiscalização do ensino pelo Estado e a necessidade de usar a educação como um instrumento de moralização da sociedade. A instrução no Maranhão, tanto a pública, como a particular, segundo as propostas das primeiras décadas estudadas, deveria estar sob o controle do Estado. Este deveria criar meios para que o ensino público, sobretudo o primário de caráter moralizador, se desenvolvesse.

Em função dessas propostas, várias medidas foram tomadas, como seja, a criação da Inspeção da Instrução Pública, em 1841, a fundação de uma Escola Normal, nesse mesmo ano, onde os professores deveriam ser treinados no uso do método de Lancaster, a decretação da obrigatoriedade do ensino (1849), a realização da Reforma em 1855, etc.... Dada a enorme precariedade de fontes, não se tornou possível uma avaliação segura e mais completa sobre a evolução quantitativa do ensino provincial nesse período. No entanto, apesar das grandes limitações dos dados colhidos e aqui

apresentados, foi ainda possível distinguir certos indicadores que apontam para um relativo crescimento do ensino primário nessa fase, sobretudo considerando as épocas anteriores. Há ainda a destacar o fato de que, nessa época, fazendo exceção às Províncias do Sul, o Maranhão sobressaía-se como uma das províncias brasileiras, onde o índice de atendimento do ensino elementar era dos mais elevados.

Com relação ao ensino público secundário, constatou-se sua reorganização, através da criação do Liceu em 1838 (único estabelecimento secundário público do Império, no Maranhão) que apresentava um caráter propedêutico e literário. Houve ainda propostas, visando enriquecer esse ensino com o desenvolvimento de estudos de cunho mais científico e prático. Essas tentativas, contudo, não deram resultados. Pode-se ainda verificar, nessa fase, o soerguimento dos primeiros incentivos à promoção do ensino técnico e agrícola. Nesse período, o ensino técnico conheceu um certo desenvolvimento, com a criação da Casa dos Educandos Artífices, cujos objetivos eram integrar os jovens desvalidos à sociedade e formar mão-de-obra especializada. O ensino de artes para moças também foi experimentado, com a fundação do Asilo Santa Teresa. O ensino agrícola, porém, apesar das tentativas para desenvolvê-lo, criando-se, inclusive, a Escola Agrícola do Cutim, resultou num projeto frustrado. Em linhas amplas e gerais, foram esses os traços característicos da evolução do ensino público no Maranhão, nas primeiras décadas, após a Balaiada.

A partir, porém, do decênio de 60, surgiram novas preocupações com relação à educação. Essas preocupações foram tomando corpo e vieram marcar com tendências e características novas a evolução do ensino público no Maranhão nas últimas décadas do Império. Na base dessas preocupações, de um modo geral, estava a idéia, presente no pensamento liberal brasileiro dessa época, de que a educação contribua para o progresso material e, de que a educação, impulsionando o homem ao trabalho, favorecia a promoção da ri

queza das nações. Com base nesse pensamento, afirmava-se a necessidade de se desenvolver a instrução, sendo para isso indispensável a prática da liberdade do ensino, isto é, o ensino livre do controle do Estado e aberto à iniciativa particular. O recurso, então, mais importante para se promover a difusão da instrução provincial era o livre exercício do ensino. Esse recurso evidenciava-se bastante diferente do defendido no período imediatamente anterior, que era o do rígido controle do ensino pelo Estado. Em função dessas novas idéias e das novas condições sociais maranhenses, as realizações da Administração Provincial, nos diversos níveis do ensino público, nessa última fase, foram insignificantes. O desinteresse do Estado pela promoção do ensino, no que diz respeito ao nível primário, ficou demonstrado por um certo declínio observado no índice de atendimento da população livre em idade escolar. Quanto ao ensino técnico e agrícola, esse desinteresse evidenciou-se na suspensão da Escola Agrícola do Cutim, na extinção do Asilo Santa Tereza e nas restrições feitas ao crescimento da Casa dos Educandos Artífices. Em se tratando do ensino secundário, a omissão da Administração Provincial foi evidenciada pelo declínio do Liceu Maranhense. Enquanto declinava o Liceu, notava-se uma pujança das escolas particulares desse nível.

Essas características essenciais que marcaram a evolução do ensino público maranhense, em todo o período examinado (1834-1889), acompanharam as modificações que se processaram no pensamento pedagógico brasileiro e foram por elas, de certa forma, influenciadas, exprimindo, ao mesmo tempo, as condições particulares ao Maranhão que fizeram com que florescessem essas e não outras características. O esforço realizado nos capítulos II e III foi no sentido de reconstruir as particularidades maranhenses ou seja, buscar as determinações que permitem uma maior compreensão das tendências que tomou o ensino público no Maranhão. Urge, pois, associar as análises sobre a economia e sobre

as relações de classe com as constatações feitas no início desse trabalho (capítulo I), quando da descrição da evolução do ensino público maranhense aqui acima resumida. Trata-se pois, de discutir a educação, os projetos e ações educacionais, no quadro das determinações que lhe dão condições de existência e que revelam o seu verdadeiro significado social, ideológico e político.

### 1. Hegemonia, garantia da ordem e educação

O Maranhão, a partir da adesão à Independência brasileira, conheceu um período de grande intranquilidade política, manifestada em especial pelos conflitos político-partidários entre as frações da classe dominante local. Esse clima permitiu que aflorassem as contradições fundamentais existentes entre a classe dominante e as classes dominadas, propiciando o surgimento tanto de pequenas desordens, como de movimentos mais sérios, como foi o caso da Balaiada, provocados por elementos dessas classes subalternas. Com a sufocação da Balaiada, a ordem social maranhense não se estabilizou totalmente. Nos primeiros anos do decênio de 40, bandos de homens armados infestavam certos locais do interior e, como dizia o Presidente Figueira de Melo, aqui já citado, "*os laços de respeito às leis e às autoridades*" estavam bastante "*frouxos*". Nessas circunstâncias, a garantia da ordem aparecia como necessidade imprescindível para a consolidação do poder da fração de classe dominante, composta dos fazendeiros, principalmente daqueles que, nas duas primeiras décadas após a Balaiada, ascenderam ao poder político e buscaram consolidar a sua hegemonia. Esses fazendeiros procuraram transformar o seu projeto político-econômico em projeto de toda a sociedade maranhense. Do ponto de vista político, visavam à consolidação da ordem sob sua influência e dominação. E no âmbito da economia, objetivavam a implantação de reformas na agricultura, para expansão da economia mercantil, mantendo, porém, o regime de traba

lho escravo.

A garantia da ordem e a conquista da hegemonia foram buscadas através, ao mesmo tempo, do uso da força coercitiva e da educação escolar, capazes de promover a adesão das mais amplas camadas sociais ao projeto político-econômico dominante. Na realidade, tratava-se de transformar em aliada da classe dominante a população livre marginalizada, ao mesmo tempo em que se lutava pela preservação do regime de trabalho escravo e, em decorrência, pela exclusão social do escravo negro. Por essa razão, a educação escolar promovida jamais incorporou o escravo, isto é, o trabalhador, mas estava voltada (sobretudo a educação profissional) para os jovens livres das classes menos favorecidas. A educação escolar colocada, por força do Ato Adicional (1834), sob a direção das Províncias foi um dos instrumentos utilizados pela facção política no poder, para servir a seus interesses de classe dominante. As propostas e realizações educacionais, com vistas à constituição de um sistema de ensino provincial sob o controle do Estado que promovesse a difusão de ensino elementar a uma maior clientela possível, fundado numa ética cristã, representaram, como se vê, uma tentativa dos fazendeiros no poder para utilizar a educação elementar como meio de transmissão da ideologia dominante, isto é, de sua concepção de mundo, de seus valores. Da mesma forma, a promoção do ensino técnico e agrícola foi vista como forma de integração à sociedade dos jovens maranhenses desvalidos e vadios, considerados elementos prejudiciais à ordem. Visou-se, pois, promover, através da difusão do ensino técnico e agrícola, uma educação voltada para o trabalho, para integrar. E, de fato, foram criadas escolas, como a Casa dos Educandos Artífices que, sob um regime para militar, conseguiu formar trabalhadores em atividades periféricas. A Escola Agrícola do Cutim, voltada para a formação de mão-de-obra para as atividades agrícolas essenciais e visando também a integração dos jovens desafortunados à ordem social vigente, fracassou, justamente por causa das condições

sociais da realidade maranhense, marcadas pela escravidão. A Escola não conseguiu manter-se, limitando-se, no curtíssimo tempo de sua existência, simplesmente à formação de fatores.

Nessa época criou-se o Liceu Maranhense, reorganizando-se, assim, por influência de iniciativas que se esboçaram por quase todo o Brasil, o ensino secundário público. Esse estabelecimento, visando preparar os jovens pertencentes às classes privilegiadas os quais pretendiam ingressar nas Faculdades, contribuiu para a reprodução das relações de dominação, uma vez que formava esses jovens para o exercício da dominação.

Pode-se afirmar, portanto, que, nessa fase, delinearam-se, em decorrência de condições particulares ao Maranhão, os primeiros e tímidos traços embrionários de uma política educacional provincial que fez a educação escolar expandir-se, assumir formas e tomar direções que reforçaram os interesses dominantes. A política educacional, neste sentido, foi um instrumento na estratégia de reprodução da dominação da fração de classe no poder. Serviu para consolidar alianças e solidificar a ideologia que unia os detentores do poder à sua classe e aos seus aliados. As tendências que assumiu a educação escolar pública no Maranhão ajustavam-se, então, perfeitamente às preocupações mais amplas dos fazendeiros no poder com o fortalecimento da ordem e com a busca da hegemonia.

## 2. Ordem social, crise econômica e educação

O esforço de boa parte dos fazendeiros, nos anos 50, para recuperar a produção mercantil com reformas na infra-estrutura não impediu que a grande lavoura maranhense continuasse em situação bastante difícil, tornando-se ela cada vez mais grave. A partir aproximadamente do final dos anos 60, os preços do algodão e do açúcar sofre

ram sensíveis quedas no mercado externo. Essas quedas de preço, aliadas ao grave problema da desarticulação do escravismo e da falta de braços agravou sobremaneira as bases econômicas dos fazendeiros. Essas bases foram ainda abaladas pela falta de capital e pelas dívidas contraídas junto aos credores. A má situação da economia mercantil refletia-se nas rendas provinciais, deixando a Província em condições financeiras lastimáveis. Nesse clima sobressaía-se da parte dos fazendeiros e da Administração Local uma grande preocupação com a contenção de despesas, com a eliminação dos gastos considerados supérfluos. Por outro lado, verificava-se uma menor contestação do poder dos fazendeiros, sob a égide dos conservadores. Decorria desse fato uma menor preocupação dos governantes com a garantia da ordem, pois esta estava garantida pela sua sólida implantação no poder. Esses fatores consistiram nos principais determinantes das propostas e realizações educacionais dessa época que refletiram essa situação político-econômica maranhense. O Estado, não tendo motivações para promover a educação, procurou omitir-se, em grande parte da responsabilidade de desenvolver a educação escolar na Província. As realizações do Poder Provincial foram nesse campo, como se viu, por demais insignificantes. As preocupações do Governo local com a promoção da educação escolar, nesse período, foram muito mais formais que reais. Na verdade, as motivações que apareceram nos primeiros decênios analisados, como a reconstrução da ordem, o surto progressista, a ânsia de consolidação do poder dos fazendeiros, motivações essas que foram responsáveis, em grande parte, pelo interesse, até um certo ponto real, pela promoção da educação escolar na Província, já não havia mais nesse período. Em lugar de motivações, prevalecia, nessas últimas décadas do Império, uma situação política e econômica que desestimulava a atuação da Administração local junto à educação escolar.

Concluindo, pode-se afirmar, portanto, que as condições sociais que se desenvolveram no Maranhão na época

em estudo, foram os principais fatores que determinaram os rumos e as tendências que assumiu a evolução da instrução pública no Maranhão no período compreendido entre 1834 e 1889.

Tabela I

Escolas primárias públicas do Maranhão - 1832-1870

Anos	Número de Escolas	Número de Alunos
1832		...
1838	24	...
1841	44	...
1849	51	...
1850	57	2.049
1851	57	1.992
1852	57	2.003
1853	57	2.065
1854	58	2.139
1855	65	1.972
1856	71	2.045
1857	71	2.196
1858	71	2.357
1859	74	2.548
1860	74	2.617
1861	76	2.641
1862	76	2.740
1863	-	3.023
1864	94	2.919
1866	-	3.532
1867	100	...
1870	-	4.664
1871	117	4.617
1874	134	3.642
1876	136	5.003
1884	156	3.157
1886	149	4.892
1888	148	5.286

FONTES: 1832 - Fala do Presidente Joaquim Vieira da Silva e Souza 1/12/1832, publicado no Jornal Farol Maranhense, S. Luís, nº 355 de 3/12/1832 p. 1487.

1838 - VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit. p. 7.

1841 - Discurso do Presidente João Antônio de Miranda, 3/7/1841, Anexo.

1849 - Anexo da Fala do Presidente Herculano Ferreira Penna, 14/10/1849, p. 32

1850 a 1856 - Relatório Francisco P. de Sousa Aguiar, 3/7/1861, Anexo nº 3.

1861, 1862, 1866, 1867, 1870 - Primitivo, Moacyr, A Instrução e as Províncias, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1839, p. 197, 209, 210, 216, v. 2.

1863 - Relatório do Presidente A.M. de Campos Melo, 3/5/1863, p. 10.

1864 - Relatório do Presidente A. Leitão da Cunha, 23/4/65, p. 13.

1871, 1876, 1884 e 1886 - PRIMITIVO, Moacyr, A Instrução e as Províncias, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1839, p. 217, 225, 226, 237, 243, v. 2.

1874 - Relatório Gomes de Castro, 18/4/1874, p. 22

1888 - Relatório Inspetoria da Instrução Pública p. 51 (Anexo da Fala José Moreira Alves da Silva, 9/02/1889).

Tabela II.

Distribuição das Escolas Públicas Primárias na capital e no interior do Maranhão. Ano - 1838.

Localidades	Número de escolas
1. Capital	2
2. Alcântara	1
3. Arari	1
4. Brejo	1
5. Caxias	1
6. Guimarães	1
7. Icatu	1
8. Mearim	1
9. Monção	1
10. Paço do Lumiar	
11. Pastos Bons	1
12. Pinheiro	1
13. Itapecuru	1
14. Rosário	1
15. S. Bento	1
16. S. João de Côrtes	1
17. S. Antônio das Almas	1
18. S. Vicente Ferrer	1
19. S. Miguel	1
20. Futoia	1
21. Vinhais	1
22. Viana	1
23. Vargem Grandê	1
TOTAL	24

Fonte: VIVEIROS, Jerônimo de, op. cit. p. 7

Tabela III

Distribuição por município das Escolas Públicas  
Primárias do Maranhão. Ano - 1860

Número de Municípios	Municípios	Número de Escolas	Número de Alunos
1	Capital	9	541
2	Alcantara	4	284
3	Viana	3	155
4	Mearim	3	101
5	Guimarães	3	62
6	Caxias	4	96
7	Brejo	4	168
8	Rosário	3	123
9	Vargem Grande	2	31
10	Tutóia	1	16
11	Pastos Bons	1	44
12	São Bento	2	67
13	Cururupu	2	23
14	Turiaçu	2	45
15	Santa Helena	1	44
16	Icatu	2	78
17	Itapecuru	2	88
18	Anajatuba	1	22
19	Codô	1	48
20	S. Vicente de Ferrer	1	38
21	Paço do Lumiar	1	17
22	Coroatã	1	20
23	S. José	1	23
24	Passagem Franca	1	30
25	Chapada	1	23
26	Carolina	1	
27	Riachão	1	
28		57	2.049

FONTE: Relatório Francisco Primo de Sousa Aguiar, 3/7/1861, Anexo nº 3.

Tabela IV

## Movimento do Engenho Central de São Pedro

Sa- fras	Açúcar Quilos	Cachaça Litros	Valor	Imposto	Fretes e Seguros
1884	846.801,5	126.240	158.776\$175	5.275\$168	19.858\$923
1885	1.375.129,0	138.780	248.186\$600	2.227\$348	26.411\$815
1886	2.321.110,0	196.500	319.834\$374	7.645\$820	41.120\$227
1887	2.203.454,5	220.000	323.058\$523	7.760\$552	29.670\$775
1888	1.127.169,0	200.000	233.855\$245	6.545\$955	15.419\$819
1889	1.098.874,0	294.500	250.662\$786	3.454\$884	15.936\$841
1890	1.734.300,0	346.000	380.242\$908	9.357\$407	19.068\$288
1891	1.125.794,5	251.000	303.366\$489	5.900\$311	13.545\$650
1892	1.120.688,5	211.000	462.886\$882	11.522\$443	19.024\$156
1893	855.787,0	182.500	351.915\$217	13.056\$676	19.102\$744
1894	634.377,0	114.607	292.665\$112	8.119\$075	19.637\$260
1895	1.026.756,0	155.180	433.287\$513	9.657\$604	24.066\$840
1896	992.999,0	164.716	384.150\$065	10.555\$819	23.223\$315
1897	906.229,0	196.750	490.002\$228	16.398\$509	25.422\$610
1898	489.688,0	124.752	346.980\$004	8.477\$770	16.620\$086
1899	540.854,5	92.565	457.234\$866	10.975\$120	27.644\$700
1900	356.631,0	83.092	220.500\$441	7.767\$271	14.845\$150
1901	807.278,0	145.575	251.486\$067	7.708\$590	22.180\$380
1902	501.411,0	70.444	166.866\$159	15.959\$635	14.163\$367
1903	517.849,5	142.516	205.802\$775	6.241\$186	25.741\$690
1904	371.308,0	75.674	126.069\$166	3.169\$119	8.601\$607
1905	106.086,5	56.106	80.340\$556	522\$060	3.271\$607
1906	135.736,0	70.741	52.706\$766	264\$940	4.112\$720
1907	228.526,0	80.778	125.974\$057	1.056\$790	4.908\$405
1908	250.903,0	73.389	120.995\$035	1.136\$560	8.007\$410
1909	274.817,0	117.557	94.114\$350	1.839\$900	8.400\$080
1910	249.983,5	121.166	87.703\$546	1.710\$330	8.455\$380
1912	151.946,0	64.781	96.452\$035	8.637\$788	7.145\$610
1913	319.576,0	93.000	126.499\$030	13.342\$143	8.918\$520
TOTAL	22.680.062,0	4.209.927	7.192.595\$380	1.208.592\$493	493.530\$135

FONTE: PAXECO, FRAN, Geografia do Maranhão, S. Luís, Tipografia Teixeira, 1922.

Tabela V  
População do Maranhão (1798-1890)

Ano	Escrava	Livre	Total
1798	...	....	78.860
1822	77.914	74.979	152.893
1841	111.905	105.149	217.054
1847	...	...	250.000
1848	...	131.000	...
1853	...	...	200.000
1856	...	...	360.000
1861	84.755	227.873	312.628
1874	73.245	263.080	336.325
1876	...	...	400.000
1878	63.164	...	...
1890	....	...	430.854

- FONTE: 1778 - MEIRELES, Mário M. História do Maranhão. Departamento de Imprensa Nacional 1960, p. 209
- 1822 - LAGO, Antonio Bernardino Pereira. Estatística Histórica e Geográfica do Maranhão, citado por MEIRELES, Mario M. op. cit., 210.
- 1841 - Discurso do Presidente João Antonio de Miranda, 3/7/1841.
- 1847 - Jornal O Publicador Maranhense. S.Luís de 8 de maio de 1847, p. 3
- 1848 - Jornal O Progresso, S.Luís, nº 70 de 28 de março d 1848 p. 1
- 1853 - Relatório Eduardo Olímpio Machado, 1/11/1853, p. 33 e 34.
- 1856 - Relatório Antonio Cândido da Cruz Machado 9 de julho de 1856 p. 15
- 1861 - Relatório Sousa Aguiar, 3/7/1861, Anexo nº 5
- 1874 - Relatório Gomes de Castro 18/4/1874 Anexo nº 3 população parcial
- 1876 - MOACYR, Primitov, op. cit., p. 226.
- 1878 - Fala Pinto da Silva, 19/2/1881, p. 113
- 1890 - Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE 1908-1912, p. 265.

Tabela VI

Exportação de Algodão em pluma do Maranhão

1760-1764 a 1875-1879

Quinquênio	Quantidade média anual (saca $\approx$ 100 kg)
1760-1764	478,2
1765-1769	3.229,2
1776-1780	6.386,2
1781-1785	9.285,8
1791-1795	17.306,6
1805-1809	38.145,0
1810-1814	50.867,0
1815-1819	64.923,8
1820-1824	49.076,0
1825-1829	61.269,2
1830-1834	57.929,4
1835-1839	...
1840-1844	40.778,0
1845-1849	49.142,2
1850-1854	51.642,2
1855-1859	42.672,0
1860-1864	37.705,4
1865-1869	54.673,2
1870-1874	55.470,6
1875-1879	38.873,4
1880-1885	42.496,0

FONTE: 1760-1764 - COSTA, Cássio Reis. Maranhão 1948. São Luiz SIOGE, 1950 p. 100 a 111  
 1880-1885 - Fala João Capistrano Bandeira de Melo, 15/3/1886, Anexo.

## Tabela VII

Exportação de algodão no Maranhão (1852 - 1898)

Exercício	Arrobas	Valor	Valor médio de arroba
1852-1853	297.212	1.303:336\$324	4\$720
1853-1854	402.422	1.974:392\$158	4.900
1854-1855	306.750	1.632:697\$300	5.320
1855-1856	292.020	1.618:887\$775	5.540
1856-1857	267.823	1.710:806\$511	6.390
1857-1858	281.255	2.119:502\$184	7.530
1858-1859	230.993	1.825:189\$563	7.900
1859-1860	240.777	1.850:098\$859	7.690
1860-1861	207.954	1.440:829\$967	6.930
1861-1862	210.259	2.062:360\$057	9.800
1862-1863	230.451	4.006:546\$472	17.390
1863-1864	286.353	6.394:892\$347	22.330
1864-1865	294.243	4.784:051\$388	19.200
1865-1866	320.008	5.349:534\$002	16.710
1866-1867	278.418	3.890:716\$444	13.970

FONTE: Relatório Franklin A. de Menezes Dória, 28/10/1867 - p. 33.

Tabela VIII

Evolução do preço de exportação do açúcar e do algodão do Brasil

ANOS	Açúcar		Algodão em pluma	
	Milrêis	£. Ouro	Milrêis	£. Ouro
1821	147\$	31,2	403\$	86,7
1822	99\$	20,2	374\$	76,3
1823	99\$	20,9	354\$	74,8
1824	100\$	20,1	374\$	75,2
1825	138\$	29,8	426\$	92,0
1826	139\$	27,8	354\$	65,0
1827	184\$	27,1	393\$	58,0
1828	228\$	29,4	391\$	50,4
1829	226\$	23,3	415\$	42,7
1830	197\$	18,8	443\$	42,3
1831	130\$	13,5	493\$	49,3
1832	124\$	18,2	363\$	53,4
1833	117\$	18,3	422\$	66,0
1833/34	119\$	18,5	422\$	65,8
1834/35	94\$	15,2	256\$	41,4
1835/36	140\$	22,9	243\$	39,8
1836/37	101\$	16,2	236\$	37,9
1837/38	96\$	11,8	230\$	28,3
1838/39	130\$	15,2	326\$	38,1
1839/40	134\$	19,6	339\$	51,3
1840/41	121\$	15,6	386\$	50,0
1841/42	117\$	14,7	343\$	43,4
1842/43	131\$	14,6	343\$	38,4
1843/44	124\$	13,3	312\$	33,6
1844/45	130\$	13,7	270\$	28,3
1845/46	152\$	16,1	307\$	32,6
1846/47	142\$	15,9	353\$	39,6
1847/48	124\$	14,4	382\$	44,7
1848/49	127\$	13,2	278\$	29,0
1849/50	128\$	13,8	333\$	36,0
1850/51	120\$	14,3	436\$	52,2
1851/52	122\$	14,8	323\$	39,2
1852/53	115\$	13,2	345\$	39,5
1853/54	134\$	15,8	372\$	44,2
1854/55	139\$	16,0	364\$	41,9
1855/56	173\$	19,8	375\$	43,0
1856/57	229\$	26,3	438\$	50,2
1857/58	213\$	23,3	447\$	49,5
1858/59	177\$	18,8	329\$	35,0
1859/60	172\$	18,0	564\$	59,0
1860/61	167\$	18,0	522\$	56,0
1861/62	148\$	15,8	608\$	84,7
1862/63	129\$	14,2	1:055\$	115,7
1863/64	207\$	23,5	1:506\$	171,0
1864/65	151\$	16,9	1:245\$	138,8
1865/66	146\$	15,2	1:102\$	114,8
1866/67	146\$	14,8	847\$	85,6
1867/68	179\$	16,7	769\$	71,9

Continua

Tabela VIII (Continuação)

ANOS	Açúcar		algodão em pluma	
	Milrêis	£. Ouro	Milrêis	£. Ouro
1868-69	205\$	14,5	897\$	63,5
1869/70	212\$	16,6	1:024\$	80,2
1870/71	156\$	14,3	539\$	49,5
1871/72	162\$	16,2	592\$	59,2
1872/73	142\$	14,8	588\$	61,3
1873/74	114\$	12,3	430\$	46,7
1874/75	112\$	12,0	457\$	49,1
1875/76	115\$	13,0	393\$	44,5
1876/77	164\$	17,3	391\$	41,2
1877/78	123\$	12,6	387\$	39,6
1878/79	149\$	14,2	389\$	37,2
1879/80	145\$	13,0	457\$	40,7
1880/81	161\$	14,8	402\$	37,0
1881/82	148\$	13,5	441\$	40,2
1882/83	130\$	11,5	368\$	32,5
1883/84	119\$	10,7	390\$	35,0
1884/85	83\$	7,0	450\$	38,8
1885/86	125\$	9,7	430\$	33,4
1886/87	72\$	5,6	649\$	50,5
1887	112\$	10,5	425\$	39,8
1888	127\$	13,4	420\$	44,2
1889	136\$	15,0	513\$	56,5
1890	130\$	12,2	530\$	50,0
1891	234\$	14,4	880\$	54,4
1893	300\$	15,0	920\$	46,0
1893	390\$	18,07	1:020\$	49,0
1894	320\$	13,4	1:060\$	44,3
1895	272\$	11,2	1:218\$	50,2
1896	260\$	9,7	1:313\$	49,3
1897	308\$	9,7	1:658\$	52,0
1898	386\$	11,5	1:312\$	39,0
1899	416\$	12,8	1:280\$	39,4
1900	398\$	15,5	1:420\$	55,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1939/40, p. 1377/1378.

Tabela IX

Valor da exportação do algodão e da exportação total do Maranhão

Quinquênios	Total do valor da Exportação	Algodão	Outros Gêneros
1852-53 a 1856-57	10.499:328\$000	8.240:120\$000	2.255:208\$000
1857-58 a 1861-62	12.544:201\$000	9.297:981\$000	3.246:220\$000
1862-63 a 1866-67	28.245:521\$000	24.425:720\$000	3.819:781\$000

FONTE. Relatório Franklin A. de Menezes de Dória, 28/10/1867, p. 33.

## Tabela X

## Exportação de arroz pilado do Maranhão

1767 - 1881

Anos	Quantidade (arroba)	Anos	Quantidade (arroba)
1767	225	1819	336.746
1768	273	1820	324.121
1769	555	1821	284.721
1770	627	1856	56.066
1771	8.133	1857	58.955
1772	30.217	1858	22.883
1773	57.465	1859	29.936
1774	50.920	1860	43.172
1775	109.599	1861	31.584
1776	75.154	1862	36.084
1777	144.845	1863	35.232
1778	129.032	1864	23.039
1788	313.434	1865	32.138
1805	235.243	1866	37.194
1806	374.331	1867	28.826
1807	321.595	1868	33.723
1808	83.673	1869	53.440
1809	376.472	1870	2.329
1810	254.073	1871	2.528
1811	257.912	1872	2.649
1812	354.646	1873	1.175
1813	347.405	1874	212
1814	372.252	1875	1.856
1815	377.605	1876	5.782
1816	417.617	1877	2.087
1817	297.417	1878	5.850
1818	360.093	1879	6.968
		1880	7.134
		1881	3.386

FONTE: 1767 a 1778 - DIAS, Manoel Nunes, op. cit., v. 1  
 1788 a 1881, COSTA, Cassio Reis, op. cit., p. 120-121

Tabela XI

## Exportação de açúcar no Maranhão

Anos	Sacas (60kg)	Anos	Sacas (60kg)
1860	12.600	1871	56.000,00
1861	5.650	1872	83.000,00
1862	26.600	1873	83.000,00
1863	35.000	1874	113.000,00
1864	37.300	1875	115.000,00
1865	32.500	1876	181.000,00
1866	30.000	1877	170.000,00
1867	31.000	1878	86.000,00
1868	40.000	1879	116.000,00
1869	35.000	1880/1	212.490,25
1870	43.000	1881/2	240.554,51
		1883/4	228.281,05
		1884/5	183.282,65
		1898	1.085,00

FONTE; 1860-1879, VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comercio do Maranhão 1612, 1898. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil - 1954, p. 422, vol 2.

1880 - 1883, Fala João Capistrano Bandeira de Melo , 15 S3/1886, Anexo.

1898 - Mensagem João Gualberto Torreão da Costa, 15/2/1880, série D nº 3 ponto.

Tabela XII

Produção de algodão no Maranhão 1852-1853 a 1854-1855.

Ano	Quantidade (alqueire)	Valor
1852-53	72.454	144.908\$00
1853-54	88.768	150.905\$00
1854-55	103.100	169.650\$00

FONTE: Relatório Antonio Cândido da Cruz Machado, 9/6/1856, p. 82-83.

B I B L I O G R A F I A

## I - FONTES CITADAS

## RELATÓRIOS, MENSAGENS E FALAS

Fala com que o Exm<sup>o</sup>. Presidente Joaquim Vieira da Silva e Souza abriu a Sessão do Conselho Geral da Província em 1<sup>o</sup> de dezembro de 1832.

Discurso do Exm<sup>o</sup>. Presidente da Província Antonio Pedro da Costa Ferreira na instalação da Assêmléia Provincial a 16 de fevereiro de 1835.

Discurso que recitou o Exm<sup>o</sup> Sr. Manoel Felisardo de Sousa Melo, Presidente desta Província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 13 de maio de 1839.

Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o Dr. Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembléia Legislativa, no dia 3 de maio de 1855.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Província, Major Francisco Primo de Sousa Aguiar, no dia 3 de julho de 1861.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província do Maranhão, Dr. José da Silva Maia em 18 de maio de 1870.

Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Cincinato Pinto da Silva, Presidente da Província, instalou a 2<sup>a</sup> sessão ordinária da 23<sup>a</sup> Legislatura Provincial do Maranhão, em 19 de fevereiro de 1881.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup> Sr. Vice-Presidente, Dr. José Fran-

cisco de Viveiros, passou a administração da Província ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Augusto O. Gomes de Castro, em 28 de setembro de 1874.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Província, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, apresentou a Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua abertura, no dia 3 de maio de 1866.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Maranhão pelo Presidente da Província Dr. Augusto Olímpio de Castro em 3 de maio de 1871.

Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, apresentou na sessão ordinária de 20 de agosto de 1857, o Presidente da Província, Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.

Discurso recitado pelo Sr. Dr. João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de julho de 1841.

Fala dirigida pelo Exm<sup>o</sup>. Presidente da Província do Maranhão, o Dr. Eduardo Olímpio Machado, à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1851.

Discurso que recitou o Exm<sup>o</sup>. Sr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente desta Província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de maio de 1838.

Relatório que dirigiu o Exm<sup>o</sup>. Presidente da Província do Maranhão, João José de Moura Magalhães, à Assembléia Legislativa Provincial, em 20 de junho de 1844.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, no dia 18 de outubro de 1877, apresentou

à Assembléia Provincial, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária.

Fala dirigida pelo Exm<sup>o</sup>. Presidente da Província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849.

Rêlatório apresentado por sua Exc. o Sr. Presidente da Província, Dr. Luís de Oliveira Lins de Vasconcellos, à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 13 de fevereiro de 1880.

Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Província, Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, por ocasião da abertura da mesma Assembléia, no dia 17 de maio de 1873.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Província Dr. Ambrósio Leitão da Cunha passou a administração da mesma Província ao Exm<sup>o</sup>. Sr. 4<sup>o</sup> Vice-Presidente Tenente Coronel José Caetano Vaz Junior no dia 23 de abril de 1865.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Augusto O. Gomes de Castro passou a administração da Província ao 3<sup>o</sup> Vice-Presidente, o Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. José Francisco de Viveiros, no dia 18 de abril de 1874.

Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o Dr. Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembléia Provincial no dia 1<sup>o</sup> de novembro de 1853.

Relatório que à Assembléia Legislativa do Maranhão, apresentou na sessão ordinária de 9 de junho de 1856, o Exm<sup>o</sup>. Presidente da Província, Antônio Cândido da Cruz Machado.

Relatório que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Vice-Presidente da Província, Dr. Manoel Jansen Ferreira, apresentou à Assembléia Legislativa

Provincial no dia 14 de maio de 1868.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Província, Joaquim Franco de Sá, na sessão aberta em 3 de maio de 1847.

Fala com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Desembargador José Pereira da Graça, 2<sup>o</sup> Vice-Presidente da Província, abriu a Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de maio de 1872, por ocasião da instalação de sua sessão ordinária.

Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de maio de 1859.

Fala que recitou o Presidente da Província do Maranhão, Antônio Joaquim Álvares do Amaral, na abertura da Assembléia da mesma Província, em 28 de Julho de 1848.

Fala dirigida pelo Exm<sup>o</sup>. Presidente da Província do Maranhão, Honório Pereira de Azevedo Coutinho, à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1850.

Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o Dr. Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembléia Legislativa, no dia 3 de maio de 1854.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Vice-Presidente, Dr. Carlos Fernando Ribeiro, passou a administração da Província ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Graciliano Aristides do Prado Pimentel, no dia 17 de maio de 1878.

Relatório com que o Dr. José da Silva Maia, Presidente da Província, passou o Governo ao Presidente, Dr. Augusto Gomes de Castro, em 3 de novembro de 1870.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>, Sr. João Silvério de Sousa, Presidente desta Província, abriu a Assembléia Legislativa Pro

cial, no dia 3 de maio de 1860.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Vice-Presidente da Província, Des<sup>or</sup>. Miguel J. Ayres do Nascimento, passou a administração da mesma ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, no dia 3 de outubro de 1864.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Francklin Américo de Me nezes Dória passou a administração desta Província ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Antônio Epaminondas de Mello, no dia 28 de outubro de 1867.

Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial do Ma ranhã apresentou o Presidente da Província, Conselheiro Ant<sup>o</sup> nio Manoel de Campos Mello, por ocasião da mesma Assembléia no dia 27 de outubro de 1862.

Relatório do Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente, Francisco Xavier Paes Barreto, apresentado ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Vice-Presidente, Dr. Jo ão Pedro Dias Vieira, ao passar-lhe a administração no dia 13 de abril de 1858.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão pelo Presidente da Província, Dr. Frederico de Al meida Albuquerque, em 16 de junho de 1876.

Relatório do Exm<sup>o</sup>. Sr. Vice-Presidente, Dr. João Pedro Dias Vieira, apresentado ao Exmo. Sr. Presidente, Dr. João Lusto sa da Cunha Paranaguá, ao passar-lhe a administração, no dia 19 de outubro de 1858.

Relatório que à Assembléia Legislativa da Província do Ma ranhã, apresentou, o Exm<sup>o</sup>. Vice-Presidente da mesma Provín cia, Angelo Carlos Moniz, na sessão de 20 de junho de 1846.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, Dr. José da Silva Maia, passou a administração da Província ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Des<sup>or</sup>. José Pereira da Graça, 2<sup>o</sup> Vice-Presidente, no dia 29 de agosto de 1871.

Relatório do Exm<sup>o</sup>. Sr. Senador Frederico de Almeida e Al  
buquerque Presidente da Província de 7 de dezembro de 1876.

Relatório que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente, Dr. Frederico . José  
Cardoso de Araújo Abranches, apresentou ao Exm<sup>o</sup>. Sr. 1<sup>o</sup> Vi  
ce-Presidente, Senador Luís Antônio Vieira da Silva, ao pas  
sar-lhe a administração da Província, no dia 17 de janeiro  
de 1876.

Relatório que à Assembléia Legislativa da Província do Mara  
nhão, apresentou, o Exm<sup>o</sup>. Presidente da mesma Província, Je  
rônimo Martiniano Figueira de Melo, na sessão de 3 de maio  
de 1843.

Relatório com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Província, Dr.  
Antônio Alves de Sousa Carvalho, passou a administração ao  
Exm<sup>o</sup>. Sr. 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, Dr. Manoel Jansen Ferreira,  
no dia 4 de abril de 1867.

Fala com que o Exm<sup>o</sup>. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandei  
ra de Mello abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 26<sup>a</sup> Legislatura da Assem  
bléia Provincial do Maranhão em 15 de março de 1886.

Fala que o Presidente da Província José Moreira Alves da  
Silva dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial do Mara  
nhão no dia 9 de fevereiro de 1889,

Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial do Mara  
nhão apresentou o Conselheiro Presidente da Província Anto  
nio Manuel de Campos Mello, por ocasião da instalação da  
mesma no dia 3 de maio de 1863.

Mensagem apresentada à Assembléia pelo Presidente João Gual  
berto Torreão da Costa em 15 de fevereiro de 1900.

Relatório da Inspeção da Instrução Pública da Província  
de 16 de janeiro de 1886.

Relatório da Inspeção da Instrução Pública da Província  
do Maranhão de 22 de janeiro de 1888.

Relatório de A. Gonçalves Dias (1852).

Relatório da Diretoria Geral dos Índios da Província do Maranhão de 1862.

Relatório da Comissão Diretora da Escola Agrícola do Cutim de 20/3/1859.

Relatório da Diretoria do Banco Hipotecário do biênio 1913 - 1914.

#### LIVROS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício, Pequena história da formação social brasileira, Rio de Janeiro, Graal, 1981.

ALMANAK da Província do Maranhão para 1862, por B. de Mattos, São Luís, Tipografia do Progresso, 1862.

ANUÁRIO, Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE - 1908 - 1912 e 1939/40.

BARROS, Roque Spencer Maciel de, A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade, São Paulo, F.F.C.L. da U.S.P., 1959.

BLOCH, Maic. Introdução à História, Mira-Sintra, Mem Martins Europa-América, Coleção Saber, 1976.

CARDOSO, Clodoaldo, Pastos Bons, Rio de Janeiro, Departamento Estadual de Estatística, 1946.

CARDOSO, Fernando Henrique, Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Miriam Limoeiro, Para o Conhecimento dos objetos históricos - para questões metodológicas, Rio de Janeiro, s. d. mimeo.

- COSTA, Emília Viotti da, Da Senzala à colônia, São Paulo, Difel, s. d.
- COSTA, Cássio Reis, Maranhão 1948, São Luís, SIOGE, 1950.
- CUNHA, Luís Antônio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus, Forum Educacional, Rio de Janeiro, (3): 3-47, abr./jun. 1979.
- \_\_\_\_\_. As razões da escola de ofícios manufatureiros no Brasil 1808-1820, Forum Educacional (2): 5 - 27. abr./jun. 1979.
- \_\_\_\_\_. A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil: as escolas de aprendizes artífices. Rio de Janeiro, IESAE (1980) Relatório de Pesquisa, mimeo.
- DIAS, Manuel Nunes, A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) Pará, Universidade Federal do Pará, 1970 2. v.
- EISENBERG, Peter, L. Modernização sem mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FONSECA, Celso Sukow, História do ensino industrial no Brasil, Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional, 1962.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho, Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Editora Átila, 1976.
- FURTADO, Celso, Formação econômica do Brasil, S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa, Compêndio Histórico - Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro, 1970.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Império Brasileiro, S. Paulo, Grijalbo, 1972.

- HOLANDA, Sérgio Buarque (org) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico, São Paulo, Difel, 1978, v. 4.
- KONDER, Leandro, O que é a dialética, S. Paulo, Ed. Brasiliense s.a. 1981.
- KOSIK, Karel, Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LIMA, Lauro de Oliveira, Estórias da educação no Brasil de Pombal a Passarinho, Rio de Janeiro, Brasília, 1974.
- MEIRELES, Mário Martins, História do Maranhão, S. Luís, Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
- \_\_\_\_\_. História da independência do Maranhão, Rio de Janeiro, Artenova, 1972.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, A ideologia alemã, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1965.
- MARTINS, José de Sousa. O Cativo da Terra, S. Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- MOACYR, Primitivo, A Instrução e as Províncias 1834-1889, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1939, v. 1.
- PAIVA, Vanilda, Educação Popular e Educação de Adultos, São Paulo, Loyola, 1973.
- PAXECO, Fran, Geografia do Maranhão, S. Luís, Tipogravura Teixeira, 1922.
- PRADO, Jr. Caio, Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Brasiliense, s. d.
- \_\_\_\_\_. Evolução Política do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1979.

- RIBEIRO, Maria Luisa Santos, História da Educação no Brasil São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.
- RODRIGUES, Angel Vega, Crítica ao Positivismo na Imprensa Católica Maranhense, Rio de Janeiro, P.U.C., Dissertação de Mestrado, mimeo. 1978.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira, História da Educação no Brasil (1930/1973), Petrópolis, Vozes, 1980.
- SILVA, Luis Antônio Vieira da, História da Independência da Província do Maranhão, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Americana, 1972.
- SODRÉ, Nelson Werneck, Formação Histórica do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- SPIX e MARTIUS, Viagem pelo Brasil, Rio de Janeiro, Melhoramentos IHGB-MEC, 1976, v. 2.
- TAMBURRANO, Giuseppe, O Conceito de Hegemonia em Gramsci, Cartas do CEAS, Salvador (74): 65-71, jul."ago. 1981
- TOBIAS, José Antônio, História da Educação Brasileira, São Paulo, juris credi, s. d.
- VIVEIROS, Jerônimo de, Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão; Revista de Geografia e História, S. Luis, (4): 3-43, dez. 1953.
- \_\_\_\_\_. História do Comércio do Maranhão. 1612-1895, Jornal do Brasil, 1954, 3v.
- XAVIER, Maria Elizabeth S. P. Poder Político e Educação de Elite, S. Paulo, Cortez, 1980

#### JORNAIS

- Farol Maranhense, S. Luis, anos de 1829, 1830, 1831, 1832 e 1833.

Echo do Norte, São Luís, anos de 1834 e 1835.

O Progresso, S. Luís, de 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852,  
1853, 1854, 1855, 1856 e 1857.

O Observador, S. Luís, anos de 1847, 1848, 1849, 1851, 1852,  
1853, 1854 e 1855.

O Publicador Maranhense, São Luís, anos de 1846, 1847, 1848.

A Imprensa, S. Luís, anos de 1857, 1858, 1859, 1860, 1861 e  
1862.

Jornal da Lavoura, São Luís, de 1875 a 1876.

Diário do Maranhão, S. Luís, anos de 1856, 1857, 1858, 1873,  
1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881,  
1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888 e  
1889.

O Globo, São Luís, anos de 1852, 1853, 1854, 1855, 1858 e  
1859.

Crônica Maranhense, S. Luís, anos de 1838 e 1839.

A Revista, S. Luís, anos de 1842, 1843, 1844.

O Liberal, S. Luís, anos de 1870, 1871, 1872, 1873.

A Coalizão, S. Luís, ano de 1862.

O Amigo do Homem, S. Luís, anos de 1825, 1827.

O Censor, S. Luís, de 1825, 1826, 1827, 1828, 1829.

A Bandurra, S. Luís, de 1828

O Argos da Lei, S. Luís, de 1825.

## II - OBRAS DE REFERÊNCIA

- AMIN, Samir, O desenvolvimento desigual: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico, Rio de Janeiro, Forense Universitário, 1976.
- BEIGUELMAN, Paula, Formação política do Brasil, S. Paulo, Pioneira, 1976.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. A Reprodução - Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Perez, Os Métodos da História, Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, Agricultura, escravidão e capitalismo, Petrópolis, Vozes, 1979.
- CARDOSO, F. H. & Falleto, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. O mito do método, Rio de Janeiro, P.U.C., 1971. mimeo.
- CARR, E. H. Que é história? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- CASTRO, Antonio Barros de, 7 ensaios sobre a economia brasileira, Rio de Janeiro, Forense Universitário, 1975 2 v.
- CHATELET, Francois, Logos e Praxis, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- COSTA, Emília Viotti da, Da Monarquia a República: momentos decisivos. S. Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- COUTINHO, Milson, Caxias das Aldeyas Altas, subsídios para sua história, Prefeitura de Caxias, 1980.

CUNHA, Luís Antônio, Uma Leitura da Teoria da Escola Capitalista, Rio de Janeiro, Achiamé; 1980.

\_\_\_\_\_. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil, Ideologia e Educação Brasileira, S. Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

DEAN, Warren, Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820-1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FAORO, RAYmundo, Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, Porto Alegre, Globo, 1979, 2 v.

FOUCALT, Michel, Vigiar e Punir, Rio de Janeiro, Vozes, 1977

FREITAG, Bárbara, Escola, Estado e Sociedade, S. Paulo, Edart, 1978.

FREIRE, Paulo, Educação e Mudança, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Educação como Prática da Liberdade, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GENOVESE, Eugene D. O mundo dos senhores de escravos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GOLDMANN, Lucien, Dialética e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GOULART, Maurício, Escravidão Africana no Brasil: das Origens à Extinção do Tráfico, S. Paulo, Alfa-Omega, 1949.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

- GRUPPI, Luciano, O Conceito de Hegemonia em Gramsci, Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- LAGO, Aderson de Carvalho, Pedreiras, S. Luís, SIOGE, 1976.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.) Modos de Produção e realidade brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980.
- LEFEBVRE, Henry, Lógica Dialética e Lógica Formal, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- LIMA, Carlos de, História do Maranhão, Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1981.
- LIMA, Lana Lage da Gama. Rebeldia Negra e abolicionismo, Rio de Janeiro, Achiamê, 1981.
- LISBOA, João Francisco, Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão, Petrópolis, Vozes, 1976.
- MARQUES, Cesar Augusto, Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão, Rio de Janeiro, Fon-Fon, 1970.
- MARX, Karl, A Origem do capital (a acumulação primitiva), S. Paulo, Global, 1979.
- \_\_\_\_\_. Miséria da Filosofia, Porto, Publicações Escorpião, 1976.
- \_\_\_\_\_. Salário, Preço e Lucro, S. Paulo Global, 1980.
- \_\_\_\_\_. Trabalho assalariado e capital, S. Paulo, Global, 1980.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808), São Paulo, Hucitec, 1979.
- PAOLI, Niuvenius Junqueira, Ideologia e Hegemonia: As Condições de Produção da Educação, S. Paulo, Cortez, 1980.
- PINSKY, Jaime, Escravidão no Brasil, S. Paulo, Global, 1981.

- PRADO Jr., Caio, História econômica do Brasil, S. Paulo, Brasiliense, 1974.
- ROSSI, Wagner G., Capitalismo e Educação, São Paulo, Moraes, 1980.
- SAVIANI, Dermerval, Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica, São Paulo, Cortez, 1980.
- SIMONSEN, Roberto, História Econômica do Brasil, 1500-1820, S. Paulo, 1937.
- SODRÉ, Nelson Werneck, Síntese de história da cultura brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- VASQUEZ, Adolfo Sanchez, Filosofia da Práxis, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- VIVEIROS, Jerônimo de, Alcântara: no seu passado econômico, social e político, S. Luís, Fundação Cultural do Maranhão 1975.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Bandel, Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Tese apresentada aos Srs.

Cândido Gyzybanki

Alberto

Lilah Xavier de Almeida

\_\_\_\_\_



Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 17/12/1982

Altair R. P.

Coordenador Geral de Ensino

Luiz D.

Coordenador Geral de Pesquisa